



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**LUCAS DA SILVA GODINHO**

**A CRUZ, A ESTRELA VERMELHA, E O POVO:  
A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DE  
LIDERANCAS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DIOCESE  
DE CHAPECÓ. (1979 – 1989)**

**CHAPECÓ**

**2019**

**LUCAS DA SILVA GODINHO**

**A CRUZ, A ESTRELA VERMELHA, E O POVO:  
A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DE  
LIDERANÇAS NO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DIOCESE  
DE CHAPECÓ. (1979 – 1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Émerson Neves da Silva

**CHAPECÓ**

**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Godinho, Lucas da Silva

A Cruz, A Estrela Vermelha, e o Povo:: A Influência da Igreja Católica na formação de lideranças no Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó(1979-1989) / Lucas da Silva Godinho. -- 2019.  
116 f.:il.

Orientador: Doutor em História émerсон Neves da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História-PPGH, Chapecó, SC , 2019.

1. Introdução. 2. A Teologia da Libertação no Brasil. 3. A formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil. 4. Análise do discurso político das lideranças do Partido dos Trabalhadores formadas na Diocese de Chapecó. 5. Considerações Finais. I. Silva, émerсон Neves da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

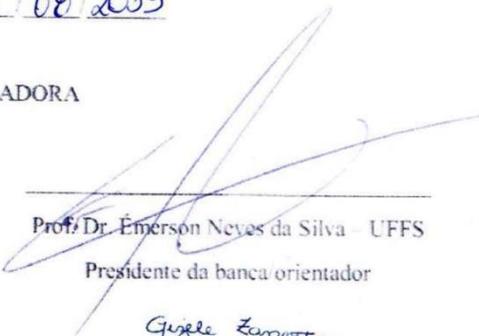
LUCAS DA SILVA GODINHO

**A CRUZ, A ESTRELA VERMELHA, E O POVO:  
A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NO  
PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DIOCESE DE CHAPECÓ. (1979 – 1989)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em 14 de Agosto de 2019, da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em  
História, defendido em banca examinadora em 14/08/2019.

Aprovado em: 14/08/2019

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Emerson Neves da Silva – UFFS  
Presidente da banca orientador

*Gizele Zanotto*

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Gizele Zanotto – UPF  
Membro titular externo

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw – UFFS  
Membro titular interno

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Isabel Rosa Gritti – UFFS  
Membro suplente

Chapecó-SC, Agosto de 2019

Dedico este trabalho a meu pai Daniel e minha  
mãe Maria.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus pais, pelo dom da vida e por concederem a oportunidade de viver, aprender e lutar em um mundo tão cheio de vida e oportunidades de superação. O pouco que puderam me dar foi mais do que suficiente para me fazer triunfar.

Em seguida, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma me ajudaram na árdua caminhada até aqui. Agradecer a Aline Bazzo, por me informar sobre este mestrado, à minha companheira Cíntia Périco, por todo apoio que nunca mediu para que meus sonhos pudessem se tornar realidade; agradecer a minha irmã Deisi e a meu irmão Kléber, que nas horas mais sombrias me deram forças para continuar; agradecer também ao estimado amigo Wiliam, que abriu as portas de sua casa para me oferecer abrigo e conversas motivadoras; agradecer a José Roberto Paludo e Renato Manenti, meus grandes mentores; e que para sempre ocuparão lugar de honra em meu coração. Quero em especial, agradecer a Cristian Verona, por todos os consertos possíveis em minha moto, para me fazer chegar até aqui. E um especial agradecimento ao meu amigo e irmão Celso, que não exitou em me ajudar, mesmo em momentos de justificada dúvida.

Quero aqui registrar o agradecimento pela existência da Universidade Federal da Fronteira Sul, sendo que seria impossível conseguir uma graduação de mestrado sem a oportuna presença de tão necessária instituição.

Também registrar toda a gratidão e honra em ter o professor Émerson Neves da Silva como meu orientador, o qual com simpatia e compreensão soube me conduzir pelos caminhos mais edificantes e o qual a partir de agora terei como inspiração para o futuro.

Por fim, quero agradecer aos novos amigos conquistados na universidade, que por dois anos conviveram com meus dilemas, minhas derrotas, meus êxitos e que sempre estiveram dispostos a fornecer a energia necessária para mudar o mundo. Em especial, Vinícius, Marcelo, Daniel(chartier), Andrezza, Thiago, Graziela, Daiane, à minha querida e eterna professora Janete, onde sem ela não teria me tornado o professor que me tornei. E também, ao meu fiel escudeiro, o sancho pança de um Dom Quixote motoqueiro, Tiago Benetti, que se tornou meu caro amigo e irmão.

Finalmente, agradecer a todos que lutaram e tomaram na sobrehumana tarefa de tornar este mundo mais humano.

Caminhe, caminhe. Com esperança em seus corações. E você nunca andará sozinho. Você nunca andará sozinho.

Dropkick Murphys

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender a influência que a Igreja Católica, representada pela Teologia da Libertação, difundida através da prática de líderes religiosos;exerceu no processo de formação política de populações rurais e urbanas, bem como a formação de lideranças que culminaram com a criação do Partido dos Trabalhadores na região oeste de Santa Catarina. Para isso, iremos abordar o processo de difusão da Teologia da Libertação na Diocese de Chapecó, bem como os mecanismos utilizados para promover uma aproximação com estes grupos, ao longo do contexto histórico compreendido entre o início da década de 1970 e final da década de 1980. Metodologicamente a pesquisa pautou-se em pesquisa bilbiográfica, análise de cartilhas produzidas pela Igreja e entrevistas com lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores que foram formadas nos grupos de atuação da Igreja. A pesquisa evidencia uma Igreja comprometida e engajada na luta e na formação política, que no contexto do período contribui para a formação de variados movimentos sociais e políticos, dentre eles o Partido dos Trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Igreja Católica – Teologia da Libertação – Partido dos Trabalhadores-Diocese de Chapecó.

## **ABSTRACT**

The present work seeks to understand the influence that the Catholic Church, represented by liberation theology, spread through the practice of religious leaderships, exercised in the process of political formation of rural and urban populations, as well as the formation of leaderships that culminated in the creation of the Party of Workers in the western region of Santa Catarina. In order to do so, we will discuss the diffusion process of Liberation Theology in the Diocese of Chapecó, as well as the mechanisms used to promote a rapprochement with these groups, throughout the historical context between the early 1970s and the late 1980s. Methodologically the research was based on a bibliographical research, analysis of leaflets produced by the Church, and interviews with political leaders of the Workers Party who were trained in Church work groups. The research shows a Church committed and engaged in political struggle and formation, which in the context of the period contributes to the formation of various social and political movements, among them the Workers' Party.

**Keywords:** Catholic Church - Theology of Liberation - Workers' Party - Diocese of Chapecó.

## LISTA DE SIGLAS

|       |   |
|-------|---|
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional                       |
| BP    | Balço de Pagamentos                               |
| CEBs  | Comunidades Eclesiais de Base                     |
| CEOM  | Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina      |
| CLT   | Consolidação das Leis Trabalhistas                |
| CPT   | Comissão Pastoral da Terra                        |
| CRAB  | Confederação Regional dos Atingidos por Barragens |
| EUA   | Estados Unidos da América                         |
| FHC   | Fernando Henrique Cardoso                         |
| ISI   | Industrialização por Substituição de Importações  |
| LOPP  | Lei Orgânica de Partidos Políticos                |
| MDB   | Movimento Democrático Brasileiro                  |
| MMA   | Movimento das Mulheres Agricultoras               |
| MST   | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra      |
| PAEG  | Programa de Ação Econômica do Governo             |
| PJs   | Pastorais da Juventude                            |
| PND   | Programa Nacional de Desenvolvimento              |
| PSDB  | Partido da Social Democracia Brasileira           |
| PT    | Partido dos Trabalhadores                         |
| URSS  | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas       |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>1.1 – O CONTEXTO POLÍTICO - ECONÔMICO E AS LUTAS.....</b>   | <b>24</b>  |
| <b>2 – A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL.....</b>   | <b>47</b>  |
| <b>2.1 - A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO OESTE DE SANTA CATARINA</b>   | <b>56</b>  |
| <b>3 - A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL.....</b>  | <b>63</b>  |
| <b>3.1- A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DIOCESE DE<br/>    CHAPECÓ .....</b>                                    | <b>74</b>  |
| <b>4 - ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DE LIDERANÇAS DO PARTIDO<br/>DOS TRABALHADORES FORMADAS NA DIOCESE DE CHAPECÓ.....</b> | <b>82</b>  |
| <b>4.1 - PEDRO UCZAI .....</b>   | <b>83</b>  |
| <b>4.2 - LUCI CHOINACKI.....</b>   | <b>92</b>  |
| <b>4.3 – JOSÉ FRISTCH.....</b>   | <b>98</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>106</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>112</b> |
| <b>FONTES .....</b>  | <b>116</b> |

## 1 - INTRODUÇÃO

O trabalho do historiador que analisa fatos e atores que são relativamente próximos ao seu tempo, é uma tarefa que por vezes torna-se permeada de subjetividade e aspectos delicados e de difícil abordagem. Quando o estudo está pautado em atores e partidos políticos, movimentos sociais, instituições sociais tradicionais e comunidades organizadas, estes pontos tornam-se ainda mais evidentes. Adentrar em situações em que o confronto ideológico entre projetos de sociedade representam também classes específicas e, ainda, em um contexto político de transição podem produzir ao longo do tempo, interpretações distorcidas do tema.

É neste âmbito que o historiador deve estar atento e empreender uma minuciosa análise quanto ao olhar que quer direcionar sobre aquele recorte histórico. Em se tratando do contexto citado em seguida, que aborda as características da formação e mobilização de alguns setores da “nova esquerda”, no período correspondente ao fim da ditadura militar e ao mesmo tempo com uma busca por movimentos de redemocratização, as tensões políticas existentes podem, invariavelmente, aliados ao conjunto de ideologias próprias direcionar o autor a posicionar-se na sua escrita.

Um dos aspectos deste trabalho, tem por objetivo, adentrar as relações sociais estabelecidas entre os grupos políticos ligados aos movimentos sociais surgidos na região do oeste catarinense, a partir da década de 1980, com ênfase na maneira como a mobilização foi promovida pelos setores progressistas da Igreja Católica e posteriormente pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores na região referenciada. Porém, para empreender um estudo sobre este tema, torna-se necessário buscar um referencial teórico-metodológico, por se tratar de um tema pautado em relações políticas, que invariavelmente, envolvem identidades ideológicas e partidárias, que produzidas sem a devida atenção, podem reproduzir na produção historiográfica um sentido tendencioso. Por isso, faz-se necessário, uma ampla análise das metodologias empreendidas neste tipo de trabalho.

O surgimento do Partido Do Trabalhadores no Brasil, está situado em um contexto de mudanças, do ponto de vista de movimentos sociais. A partir da segunda metade da década de 1970, ocorreu a eclosão de diversos movimentos sociais no Brasil, abrangendo particularidades tanto referentes a natureza e identidade destes grupos, quanto as tendências teóricas e suas práticas sociais, em um claro contraponto ao que ocorria no resto do mundo.

Aliado a esse fato, o agrupamento de diferentes setores, por vezes contrários, em um mesmo movimento, caracterizou a formação do partido com uma ampla e diversificada base. Como destaca em sua bibliografia, de um modo geral, a nível nacional, Frei Betto demonstra que: “Desde sua origem o PT abrangia [...] os militantes cristãos dos movimentos populares identificados com a Teologia da Libertação.” (BETTO, 1994, p. 47).

Nascido entre as fileiras do movimento dos trabalhadores urbanos do ABC paulista, o PT foi marcado em suas origens, pelo “novo sindicalismo”, que expunha a ruptura frente ao “sindicalismo varguista”, que buscava acordos entre líderes sindicais e o governo. O “novo sindicalismo” representado na época por seu carismático líder Luís Inácio Lula da Silva, pautava-se no embate e na resistência frente aos patrões através das greves, defendendo a autonomia e expressão dos trabalhadores, afastando-se das prerrogativas dos velhos acordos e conciliações promovidos no passado.

Inseridos em contexto similar ao sindicalismo dos trabalhadores, outros setores, a partir do final dos anos 1970 ganham força e expressão como o movimento negro, dos direitos dos consumidores, e as alas progressistas da igreja, como a Teologia da Libertação<sup>1</sup>, as pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base. Assim, os setores católicos, aliados ao “novo sindicalismo” e dos grupos e militantes de esquerda as três grandes forças sociais responsáveis pela formação do Partido dos Trabalhadores.

Procurando estabelecer esta relação com o estado, a região oeste de Santa Catarina, exemplifica de forma satisfatória essa relação e integralização entre o movimento da Teologia da Libertação com o surgimento do Partido dos Trabalhadores na região. A representatividade da ideologia do movimento encontrou solo fértil para a atuação de lideranças como Dom José

---

<sup>1</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. É considerada como um movimento supradenominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Ela foi descrita pelos seus proponentes como uma reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais, mas seus oponentes a descrevem como um marxismo, relativismo e materialismo cristianizado. A maior parte dos teólogos da libertação é favorável ao ecumenismo e à inculturação da fé. Embora o movimento tenha raízes anteriores, costuma-se dizer que seu marco inicial ocorreu em 1971, quando o padre peruano Gustavo Gutiérrez publicou um livro denominado A Teologia da libertação. O movimento foi censurado nos Pontificados de João Paulo II e de Bento XVI. Atualmente, durante o pontificado de Francisco, existe o entendimento de que a igreja demonstra uma posição reconciliadora, ainda que o pontífice já tenha refutado ligações com a teologia da libertação de Leonardo Boff e jamais tenha apoiado os postulados de Gustavo Gutiérrez. Outros expoentes são Frei Betto do Brasil, Jon Sobrino de El Salvador, Leônidas Proaño do Equador e Juan Luis Segundo do Uruguai.

Gomes, chamado popularmente como “o pastor dos pobres” e o engajamento da população camponesa, indígena e de trabalhadores das cidades, no que Leonardo Boff chamou de “projeto de Deus sob a ótica dos pobres” (BOFF, 1993).

Referente à organização destes grupos, especialmente relativa a contribuição para a formação do Partido do Trabalhadores, destaca-se a participação da Igreja Católica neste processo, como demonstra Emir Sader (SADER, 2001) no livro: “Quando novos personagens entraram em cena”, onde o autor mapeia as características destes grupos, suas interações e redefinições.

Por fim a atuação da ICAR, em sua abordagem progressista, representada pela atuação das CEBs e formação de uma militância política de esquerda sob a organização e liderança dos setores da igreja, o que seguia essa tendência, particularmente nas regiões interioranas do Estado de Santa Catarina. Como destaca Ângela Della Flora:

A Atuação da Teologia da Libertação foi relevante na história política do oeste catarinense, pois foi a primeira intervenção alternativa que se propunha de “esquerda” e “crítica”, possuindo um método pedagógico que visava a despertar naquele momento histórico e entre os jovens do meio rural a consciência de seu papel na sociedade, de sua situação de exclusão, estimulando a reivindicação de seus direitos. (FLORA, 2007, p. 09).

A mobilização social promovida principalmente por líderes religiosos nas mais diversas regiões de Santa Catarina, são características marcantes da composição da base organizada de trabalhadores, povos indígenas, pequenos agricultores, mulheres agricultoras, atingidos por barragens, trabalhadores rurais sem-terra, juventude rural, etc. A partir das contradições visíveis dos grupos citados, procurava-se construir uma consciência política de luta e identidade de classe e movimento social. Neste sentido as Comunidade Eclesiais de Base<sup>2</sup> desempenharam um significativo papel na tarefa de desenvolver posturas críticas e

---

<sup>2</sup> As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupo a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto. São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas.

transformadoras, com a intenção de formação de lideranças na região. Porém, o espaço de atuação dessas organizações religiosas sofreram uma limitação de atuação política transformadora. Com o fortalecimento e aumento na visibilidade do Partido dos Trabalhadores no estado, tais grupos buscaram e incentivaram entre seus membros, a busca por representatividade no referido partido. Sendo assim, sob influência da própria Teologia da Libertação, a tentativa de uma integralização e militância dentro do partido, transfigurou-se na etapa seguinte ao que antes se praticava na igreja.

Este cenário nos leva a questionar: de que forma esse processo ocorreu e quais consequências trouxe para a identidade do Partido dos Trabalhadores no interior do estado de Santa Catarina, particularmente no entorno da Diocese de Chapecó, bem como a relação entre os grupos de esquerda presentes no partido com a presença católica no mesmo?

Por se tratar de uma instituição ligada a elementos da educação, representada pelos seminários, grupos de formação e mesmo administração de escolas, a formação proporcionada pela ICAR produziu uma classe de militantes, com intenso contato com publicações, informativos, livros, manifestos e cartilhas. Mesmo os membros da base, supostamente dispunham de uma relativa carga teórica, advinda do hábito de ler as leituras recomendadas, fosse pelo padre ou pelo líder comunitário. Algo que comprovou-se eficaz na tarefa de mobilizar as comunidades. Esta tática de aproximação é afirmada sua aplicabilidade no trabalho de Raymond Williams:

Os meios de comunicação, das formas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção (WILLIAMS, 2011, p. 69).

O contato com o mundo do conhecimento sistematizado difundido pela Igreja, fez com que de certa forma, se despertasse a necessidade de buscar uma formação além do que oferecia o partido ou a comunidade. Isso fez com que muitos buscassem formação acadêmica, sobretudo na área das ciências humanas e sociais, tendo muitos iniciando suas carreiras na educação pública, em um contexto de reivindicações e greves, o que acabou por influenciar, na produção de seus trabalhos acadêmicos, artigos e mesmo projetos de pesquisa pautados na

própria luta política cotidiana, ou mesmo as convicções e ideologias trazidas do movimento ligado à Igreja.

Ao empreender uma análise deste momento histórico político importante para a região oeste de Santa Catarina e sobretudo relevante, para os movimentos populares e de esquerda da região citada; nos remete a uma preocupação metodológica. As várias produções existentes, mesmo com sua justificada importância, por vezes estão carregadas de uma carga ideológica e partidária, que nos limita a obter uma leitura próxima do real, ou mesmo uma visão imparcial do recorte histórico citado. Como fica claro em Rodrigues (2009, p.1), “[...] Nesse sentido, o PT seria a expressão mais pura da sociedade civil na sua luta contra o autoritarismo de um Estado dominado pelos militares e de uma sociedade capitalista. [...]”.

Dentro deste contexto, se faz necessário, construir uma análise com um olhar aberto a outras possibilidades de interpretação e de bases teóricas desvinculadas dos movimentos políticos. Porém, não se deve apenas renegar as produções historiográficas de orientação de esquerda, pois as mesmas têm sua importância devido a sua indiscutível participação no processo.

A incidência do uso do poder na produção de história, tanto no conceito, quanto em seu sentido dentro da própria produção historiográfica, pode ser referenciada através do trabalho de Francisco Falcon, *História e Poder*. No texto, o autor destaca as formas de poder presentes na própria produção historiográfica, o que implica em um grande problema ao envolver aspectos da escrita do historiador a respeito de um determinado objeto de análise, quando o autor se reveste de usos políticos e ideológicos e consciente ou inconscientemente, deixa transparecer em seu trabalho.

A própria dificuldade em abordar o termo político, na produção historiográfica, remete a uma problematização do termo, pelo fato de muitos historiadores, em suas produções, utilizarem o termo política e político como sinônimos de poder. Ao longo da história, em suas mais variadas vertentes teóricas encontramos diversos usos do poder e da política, na construção de narrativas que servissem para afirmar, divulgar ou enaltecer políticos, teorias filosóficas, jurídicas, teológicas e instituições; produzindo assim uma visão centralizada e institucionalizada a respeito do objeto de análise. Para o efeito posterior, acabou contribuindo para a afirmação de determinadas supremacias e inverdades em nome do destaque de sujeitos e instituições. Identificado o uso desta história política tradicional, coube uma certa continuidade que com o triunfo das correntes positivistas, no contexto do século

XIX, evidenciou a utilização de documentos oficiais, a pauta em grandes personagens e nomes importantes, destacados nos processos históricos estudados, como forma de novamente legitimar a força de suas ações e o caráter inquestionável da história produzida. O Estado, utilizado em larga escala, como objeto dentro da produção histórica demonstrou ser o motor que elevou este modelo teórico metodológico de produção historiográfica, a uma hegemonia. Tal modelo, chamado de positivista, mas que teve em períodos recentes um renomeação, chamada de historiografia metódica, produziu uma história narrativa factual e linear, que novamente sobrepôs o discurso político sobre a análise histórica.

O advento dos Annales na historiografia, de certa forma assinalou o declínio da história política tradicional, ao propor em sua problematização o estudo do homem no tempo e uma ressignificação do uso das fontes, propondo uma história reflexiva e ampla. Neste sentido, sob esta perspectiva, a Escola dos Annales traz uma possibilidade de visão ampla e diversificada, considerando os múltiplos atores e fatores que coexistem em determinado momento político. Considerar as múltiplas faces, das múltiplas ideias e os múltiplos atores que compõe o cenário político a ser estudado, nos aproxima de uma compreensão das tensões, das relações e dos significados existentes em cada um dos meandros que compõe o campo da ação política dos homens e de suas instituições.

A complexidade exposta pela análise das relações sociais estabelecidas entre os homens, no campo político, quando estudadas sob este prisma, expõe anseios e angústias, que normalmente, em face à ação homogeneizadora dos partidos, sindicatos e associações, ficam ocultas na “simplicidade” do coletivo.

Considerando as correntes marxistas, a mesma oposição à história política tradicional ocorre nesta corrente historiográfica. Esta oposição torna-se evidente, quando se demonstra ainda no século XIX, a existência de três ídolos presentes na história política. O conceito de política desvinculado da totalidade do processo histórico e facilmente ligado a ideologia, o aspecto voluntarista, ao considerar os processos como fruto das ideias e ações de agentes específicos e individuais e um discurso narrativo, cronológico e linear.

Para além da contribuição marxista, um de seus êxitos reside em considerar a totalidade, em dar a devida importância para as condições materiais, as estruturas socioeconômicas, as classes e grupos sociais envolvidos nos fatos narrados e a utilização da ideologia na análise do discurso histórico. Como bem exemplifica Falcon, ao tratar das contribuições do marxismo para a história política:

[...] Inicialmente pelo menos, o marxismo produziu dois efeitos antagônicos: recolocou no primeiro plano da escrita da história o poder, o político e a política; mas aprofundou a atitude, entre os historiadores marxistas, de franca rejeição da história política tradicional com seus chamados fatos, seus conhecidos atores, enfim, sua alienação. É também não menos verdadeira a constatação de que a vertente do marxismo estruturalista (sic) contribuiu, e muito, para reforçar o descrédito daquela história, na medida em que interpretou a política como efeito derivado das estrutura[...] (FALCON, 1997, p.113).

Do pressuposto de que todos, invariavelmente, somos seres passíveis de envolvimento com a prática política e que esta por vezes se traduz em um movimento que produz história, estamos a todo momento vulneráveis a afirmativas deterministas, pautadas na reprodução, desde produções textuais até em falas do cotidiano, do discurso político tendencioso e parcial. Esta prática, se exposta em uma análise ou trabalho de pesquisa, pode inibir interpretações corretas de dados, fontes ou mesmo acerca de determinado tema da história.

Sob essa perspectiva é necessário e oportuno em se tratando de uma análise de um movimento político de esquerda, que é em muitos aspectos referenciado pelo marxismo, ter um olhar crítico sobre o uso desta corrente historiográfica, que pode facilmente incluir no trabalho do historiador um conteúdo político-ideológico. Sob este aspecto, a obra de Eric Hobsbawn *Sobre História*, nos exemplifica os perigos deste vício de produção ao citar a existência do “marxismo vulgar”, ou seja, o fato de apropriar-se de conceitos da teoria de Marx e utilizar irresponsavelmente, para justificar posições, fatos ou mesmo buscar um referencial de veracidade ao discurso exposto. Desta maneira, a produção historiográfica, mesmo tratando de temas sociais, de rupturas ou relações, toma o aspecto de narrativa política, uma história oficial, não a serviço dos “poderosos”, porém a serviço de determinada classe. Entendendo aqui o sentido de classe, como pertencentes a um grupo político e social, com reivindicações de base comum (HOBSBAWN, 2006, p.158).

Porém, a importância de Marx na produção historiográfica não se reduz aos “marxismos vulgares”. Muito maior do que uma recorrente análise da influência de Marx na produção de história, a nova visão trazida pelo pensador alemão, na qual o historiador Eric Hobsbawn nos traz presente em sua obra *Sobre a História*:

[...] A principal contribuição do marxismo a essa tendência no passado foi a crítica do positivismo, ou seja, das tentativas de assimilar o estudo das ciências sociais ao das ciências naturais, ou assimilar o humano ao não humano. Ela implica o reconhecimento de que as sociedades são sistemas de relações entre seres humanos, das quais as mantidas com a finalidade de produção e reprodução são primordiais para Marx. Implica também a análise da estrutura e funcionamento desses sistemas

como entidades que mantêm a si mesmas, em suas relações tanto com o ambiente exterior — não humano e humano — quanto em suas relações internas. [...] (HOBSBAWN, 2006, p.160).

A própria dualidade do marxismo, torna-se evidente e necessária na compreensão da identidade e formação dos grupos políticos, no sentido em que destaca uma hierarquia dos fenômenos sociais e um conjunto de tensões e contradições existentes, mesmo quando há um esforço do sistema em ser hegemônico. Isso aplicado à lógica sistemática de partidos e grupos políticos em geral, evidencia que nunca existe uma hegemonia única de pensamento.

Quando existem diferentes pessoas, de diferentes setores da sociedade, as ideias e reivindicações tendem a seguir a mesma lógica. A contradição de vontades existe. Sendo assim, não se pode olhar para determinado partido ou grupo religioso<sup>3</sup>, como uma massa hegemônica de pessoas com exatamente a mesma visão, os mesmo ideais, as mesmas reivindicações; é preciso entender as particularidades que de alguma maneira, integralizaram para formar uma coletividade, sim, porém com identidades próprias. Como nos exorta Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, I: 10)

Neste sentido o autor britânico apresenta uma visão conjuntural tanto de história quanto do próprio conceito de classe, pois vê a história como um processo, marcado por experiências e posicionamentos característicos do próprio contexto existente. Dentro desta análise, o autor entra em conflito com a visão do chamado marxismo estruturalista, sobretudo o defendido por Althusser. A ideia de conceber a sociedade como algo já determinado, onde busca-se encaixar a todo momento o sujeito histórico em uma estrutura já existente, limitam as possibilidades do próprio sujeito.

Para o historiador, boa parte destas discussões são inócuas. O sujeito histórico, muitas vezes está mais preocupado com a ação histórica do que propriamente com o conceito, com a estrutura. Sendo assim, a história muitas vezes se faz analisando as ações do ser humano e não apenas seus pensamentos ou rótulos.

É notório que existe uma história da cultura, uma história do pensamento, mas essa história só faz sentido quando confrontada com a história factual. Muito deste debate está

---

<sup>3</sup> Neste trabalho compreendidos como Partido dos Trabalhadores e Igreja Católica.

presente em uma obra de Thompson, na qual discorre críticas ao pensamento de Althusser. Em *A miséria da Teoria* de 1978, o autor britânico discorre sobre as divergências presentes na interpretação de Althusser sobre a obra de Marx. Sob este aspecto, faz sentido nos remeter a dois conceitos que Thompson enfatiza: o conceito de necessidade e consciência. Tais conceitos foram em certa medida buscados em Marx para sua análise.

Primeiramente, o autor destaca o conceito de necessidades da vida como algo coletivamente produzido pelos seres humanos, por necessidade entende-se como algo inerente ao ser humano. É preciso diferenciar necessidade com sinônimo de meios básicos de vida, como casa, comida, abrigo, trabalho. Tais fatores são vistos como coisas que o ser humano precisa, para a própria sobrevivência e não especificamente o que almeja em um sentido maior de existência.

Em sua análise, Thompson compara estes sentidos entre Marx e Althusser, quando destaca que Althusser por vezes não dá a devida importância ao conceito de necessidade, relacionado ao de luta de classes; tratando como algo sem importância. Já para Marx, a luta de classes era um conceito muito prezado.

Já com relação ao conceito de consciência, Thompson destaca a importância do mesmo na formação do termo classe. Inclusive o autor destaca o papel importante que a formação da consciência, dentro de uma prática passível de experiências que contribuam para isso é muitas vezes responsável pela superação do próprio conceito de classe. O momento em que o ser humano toma consciência de si, do outro e do mundo.

Neste momento que ele se percebe como um ser social, como um ser histórico, ou temporal e no comando de suas próprias ações. Assim, o ser humano deixa de ser massa e torna-se um ser com identidade. Neste sentido, tais questões e interpretações não cabem no pensamento estruturalista. As estruturas são concepções gigantescas, que tentam explicar cada fator da sociedade humana e que funcionariam melhor sem pessoas.

Sobretudo, Thompson especifica o modo como nós lidamos com o sentido material e suas relações com os conceitos abordados acima. Trazendo para uma perspectiva teórica, nosso trabalho como historiadores muitas vezes perpassa estes limites, quando a partir de determinada perspectiva teórica selecionamos nossas fontes, recortamos um determinado período, uma determinada época, produzimos questões para interrogar estas fontes e a partir das fontes formulamos conclusões e produzimos nossas obras.

O modo como nós selecionamos e o modo como desenvolvemos nossas concepções de história é subjetivo e talvez seja isso que pessoas como Althusser não consigam aceitar. Não há nada mecanicista em olhar para o passado e selecionar um tema, porque nós selecionamos de acordo com nossas predileções. Neste sentido, não existe historiador neutro.

Na visão de Thompson, isso não é necessariamente ruim, pois podemos desempenhar cientificamente a análise e a interrogação de evidências, podendo criar todas as nossas interpretações de nosso fato histórico e num momento qualquer atribuir valores à ação de determinados sujeitos históricos. Quando atribuímos significados, atribuímos valores contemporâneos ou fora de época, o que permite que entendamos melhor aquele sujeito histórico e permite que deixemos nossa marca. Como demonstra Thompson:

[...] Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente. Se tivermos êxito, então recuamos na história e lhe atribuímos nossos próprios significados: Congratulamo-nos com Swift. Endossamos em nosso presente os valores de Winstaley, e fazemos com que o baixo e impiedoso oportunismo que distinguiu a política de Walpole seja visto com horror [...] (THOMPSON, 1981, p.53).

E o autor segue no trecho seguinte:

[...] No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas e um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro do seu próprio presente. Somente eles terão o poder de selecionar, entre muitos significados oferecidos pelo nosso conturbado presente, e transmutar alguma parte de nosso processo em seu progresso.[...] (THOMPSON, 1981, p.53).

Entender o sentido do tempo em que determinada classe ou grupo específico de pessoas está inserida, é imprescindível ao analisá-las. O tempo por vezes formata os homens no seu agir e refletir sobre o mundo em que vive. A formação da identidade política dos militantes do Partido dos Trabalhadores, em suas origens, em meados da década de 1980, bem como dos membros das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais (juventude, terra, operária, etc.); refletem, de certa forma, o contexto político e social que o Brasil vivia na época, com o fim da ditadura militar, a intensificação das lutas dos movimentos sociais, um processo de redemocratização e um panorama de crise econômica e de luta pela terra.

Neste ponto, a utilização do conceito de experiência de Thompson é uma boa ferramenta para nortear a análise deste contexto e sua influência na formação destes sujeitos históricos. É sob esta perspectiva que buscamos analisar estes fenômenos neste trabalho. No entanto, antes de direcionar o olhar para o conceito acima é necessário retornar a conceitos anteriores.

A consciência é o ponto mais importante para identificar a classe, porque temos de modo geral a tendência por um defeito pós-modernista a considerar a classe apenas como uma categoria estatística. A classe do ponto de vista histórico, tanto em Marx quanto em Thompson, depende muito de dois fatores: identidade e consciência.

A identidade é o estofo cultural que dividimos com aqueles com quem convivemos em nossa formação, ela está nas nossas origens, ela está no modo como fomos socializados em nossos lares, na escola, e muitas vezes este sentido é ultrapassado por uma condição estatística. Quando estatisticamente somos padronizados como membros de determinada classe social, por intermédio de uma mudança no nível de renda ou mesmo condições de consumo, ainda assim o sentido de identidade permanece, pois é permeado de sentidos e construções baseadas em experiências, muitas vezes carregada de um sentido emocional.

A consciência de classe por outro lado é o momento em que como sujeito integrante desta classe, percebe seu papel histórico e passa a lutar politicamente por seus direitos. Tanto em Marx quanto em Thompson, a identidade é ligada à cultura e a consciência é ligada à experiência de luta política.

Assim, o conceito de experiência evidenciado por Thompson articula-se com a cultura e representa um ponto de junção entre a estrutura propriamente dita com a possibilidade de agir e de intervir do sujeito histórico, de homens e mulheres, que não somente concebem a experiência como algo pensado, mas também sentido. Além disso é a expressão prática do diálogo entre o ser social e a consciência social:

[...] Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por 'relações determinadas' indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares [...] (THOMPSON, 1981, p. 111).

Neste sentido, a oportunidade de vivenciar o sentido da experiência pode surgir nos mais diferentes aspectos e formas, dentro do fluxo de tempo na história. É em certa medida,

uma resposta mental e emocional dos indivíduos ou grupos sociais frente a determinados acontecimentos. Como podemos perceber no trecho a seguir:

[...] A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença[...] (THOMPSON, 1981, p. 17).

Com isso em mente, neste trabalho, vamos procurar analisar a necessidade de uma representação política destes membros das camadas populares, em buscar uma expressão na ideia de um partido “vindo de baixo”, que carrega um misto de vontades coletivas, com lutas individuais, como por exemplo melhores condições de vida e posse da terra. Tudo isso embalado por convicções particulares, ora políticas, ora religiosas.

Neste aspecto, compreender a política como forma de expressão de vontades e reivindicação de direitos, bem como o protagonismo empreendido pelos seus atores, torna-se indispensável, na tarefa de construir uma análise clara e real dos movimentos pertinentes às ações e consequências que a história ocupa-se em desvendar. Observar a formação de um referido partido, a mobilização promovida por determinada organização, aqui neste trabalho, referenciada como a ICAR; sob o prisma das pessoas comuns que compõe o processo é de fundamental importância, para verificar as nuances, os anseios, os conflitos, bem como toda uma esfera interna de fatores, que ao longo de várias narrativas facciosas, foram ocultas, a serviço do partidarismo, para criar uma “história perfeita”. Ao historiador cabe buscar uma proximidade com o real, desvendar os meandros que compõe determinado recorte histórico, explorando todos os personagens, coadjuvantes ou não, lideranças ou não; construir assim, uma história, seja ela “perfeita” ou “imperfeita”.

O primeiro capítulo, será pautado na tentativa de compreender a metodologia utilizada na aproximação da Igreja Católica, com os setores populares, particularmente em regiões interioranas e campesinas. Para isso, será utilizado como fonte, as cartilhas da CPT (Comissão Pastoral da Terra), dos grupos de reflexão da Diocese de Chapecó, como possibilidade de compreender o imaginário de comunidade, presente nas populações do interior e de que forma isso aproximou o ideal bíblico de luta pela terra e pela conquista do “paraíso terreno” prometido pelas “sagradas escrituras”. Da mesma forma, procurar

compreender os fatores políticos, econômicos e sociais que criaram tensões e que contribuíram para o surgimento destes movimentos sociais.

No segundo capítulo, buscando compreender o surgimento, a atuação e interferência da Teologia da Libertação na região, buscaremos estabelecer uma análise, quanto às suas origens, o contexto em que atua nas décadas de 1970 e 1980, bem como sua atuação no Brasil, e especificamente na região oeste de Santa Catarina.

No terceiro capítulo, abordaremos o contexto que envolve a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil; suas características no que concerne a sua criação, bem como o processo de formação do referido partido na Diocese de Chapecó, no oeste de Santa Catarina.

No quarto capítulo, analisaremos o processo de formação de lideranças dentro da Igreja Católica, representada pelos seus variados grupos de atuação (Cebs, PJs, CPT, etc.) e a atuação das mesmas, em papéis de liderança dentro do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, será feito um estudo de caso, sobre a continuidade dos discursos e agendas políticas dessas lideranças ao longo de sua trajetória política.

O levantamento de dados e a pesquisa deste projeto irá proceder através de pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas com lideranças políticas e religiosas do período pesquisado. Também a pesquisa pretende utilizar-se dos arquivos disponíveis no CEOM, sobre os movimentos sociais, bem como a consulta aos livros-tombo da Diocese de Chapecó, e os arquivos do banco de dados da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e PJ (Pastoral da Juventude).

Por fim, farei um relatório das considerações finais obtidas por meio da pesquisa e as conclusões relativas ao desenvolvimento do trabalho.

## **1.1 – O CONTEXTO POLÍTICO - ECONÔMICO E AS LUTAS**

A partir do fim da década de 1970, com o Brasil passando por um período de relativa ruptura com o contexto ditatorial militar, e ao mesmo tempo com a possibilidade de reabertura política, redemocratização e a possibilidade de expressão democrática e política, fez com que o período fosse propenso ao surgimento de vários movimentos sociais e políticos, cuja motivação inicial seria reivindicar direitos das mais variadas classes. Fazendo assim, surgir partidos, sindicatos, associações e comunidades de base.

A Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), a partir do impacto da expansão da corrente da Teologia da Libertação na América Latina, em seus setores mais progressistas ou mesmo de esquerda, passou a inserir-se nas comunidades e grupos sociais das classes menos favorecidas, promovendo uma mobilização social pela fé e objetivando a promoção de justiça social. Suprindo desta forma, a lacuna dessas classes, no sentido de sentirem-se representadas por aquela instituição social.

O contexto da ocupação e posse das terras no oeste catarinense, fruto de complexos episódios de luta pela terra e a conseqüente acumulação de terras, o desenvolvimento de complexos agroindustriais, fez surgir uma massa camponesa acuada pelos grandes proprietários, em um claro conflito por modelos de uso da terra.

Se por um lado, o grande proprietário objetivava o lucro extensivo e industrial através da terra, o camponês familiar, buscava uma agricultura de subsistência, em uma relação de cooperação com a terra e um sentido de sustentabilidade do ambiente rural na pequena propriedade.

Este fator será utilizado pela Igreja no sentido de desenvolver com o auxílio das “sagradas escrituras”, um ideal de uso da terra, que buscava uma certa dose de ecologia e preocupação com o meio natural. Algo de certa forma romântico, mas que aproximava as classes camponesas e tinha um sentido para elas.

Nas próximas linhas, vamos procurar entender de que forma ocorreu este processo, tendo em vista o contexto histórico de ocupação destas terras, a utilização da igreja de artifícios religiosos e místicos, encontrados na bíblia e nas cartilhas divulgadas pela Igreja e que visavam ajudar e motivar essas populações a engajar na luta por um projeto sustentável e social de uso da terra.

O território do oeste catarinense, ao longo de sua história foi permeado por um misto de descaso governamental e contestações territoriais envolvendo estados e países. Os diversos movimentos ou iniciativas de presença humana na região, desde a presença indígena até o limiar das grandes navegações, trouxeram movimentos consistentes para promover o avanço de populações europeias nessas terras.

Entre os fatores que contribuíram neste processo podemos citar: a criação das primeiras vilas em Santa Catarina, o tropeirismo, a imigração colonizadora de D. João VI e, por fim, a Lei de Terras de 1850.<sup>4</sup>

Além dos fatores favoráveis à política de implantação de projetos de ocupação do território, a região oeste de Santa Catarina teve o agravante de envolver uma área de contestação de limites (região contestada), o que acirrou o conflito pela terra na região, devido aos diferentes projetos de ocupação.

Durante o período republicano, prevaleceu o projeto “civilizador”, o que implicava em negar a presença de grupos humanos nativos, como é o caso dos índios e miscigenados, como o caso dos caboclos e introduzir uma população imigrante europeia, a fim de promover o desenvolvimento capitalista na região, a visão a respeito dessas populações era de possuidoras de iniciativas de progresso e desenvolvimento.

Um paradoxo reside no fato de que grande parte da população europeia imigrante era atraída para o Brasil devido à falta de terras e de oportunidades que dispunham em seus países. Porém, a visão de que representavam o “branqueamento” da sociedade brasileira, fez com que o governo criasse demandas de incentivo para a vinda dessas famílias para ocupar o chamado “vazio demográfico” da região.

Com a prática voltada para a vocação agrícola e o povoamento efetivo promovido por essas populações, posterior à fase de apropriação e regulamentação dos lotes de terras, o próximo passo foi a comercialização dessas terras, trabalho este desempenhado pelas companhias colonizadoras, promovendo assim, a chegada dessas levas de populações imigrantes para legitimar a posse destes territórios e assim assegurar o domínio político e administrativo por parte do Estado brasileiro.

A despeito de diferentes projetos de ocupação, a alteração da paisagem pela presença humana na região foi uma constante. Tanto indígenas, em menor escala, quanto

---

<sup>4</sup> A lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, amplamente conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Esse ato determinou que a única forma de acesso às terras devolutas da nação fosse através da compra ao Estado em hasta pública, garantindo, entretanto, a revalidação das antigas sesmarias, que era até então a forma de doação da terra por parte do Estado à iniciativa particular – prática existente desde os tempos coloniais – e das posses realizadas até aquele momento, desde que estas tivessem sido feitas de forma mansa e pacífica. As terras localizadas nas fronteiras seriam exceção a essa regra, permitindo-se a cessão gratuita por parte do Estado em uma área até dez léguas da fronteira. Ficava ainda estabelecido um prazo para que os proprietários – posseiros ou sesmeiros – demarcassem e registrassem suas terras, de forma que garantissem, assim, os necessários títulos de suas propriedades, sem os quais não poderiam hipotecar, vender ou alienar de qualquer outra forma. A lei definiu também penas para aqueles que se apossassem indevidamente de terrenos públicos ou privados e neles pusessem fogo ou derrubassem mato, sendo estes casos sujeitos a expulsão, prisão de seis meses a dois anos, e multa de 100\$.

européus e demais grupos humanos, em maior escala, utilizaram-se de práticas de desmatamento ou mesmo queimadas.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se a ideia de que os únicos responsáveis pela alteração do meio natural, eram os povos europeus a partir dos seus modelos de colonização. Porém, esta visão torna-se estreita, a partir de estudos, como o de Stephen Pyne, no livro *Fire in America – A cultural History of wildland and rural fire* (1988), onde destaca uma grande quantidade de práticas incendiárias entre os nativos, contestando a visão romântica por parte de alguns ambientalistas.

Também, o uso do fogo como ferramenta de preparo da terra para o plantio era utilizado pelos indígenas no sistema de corte e queima da área, prática conhecida como “coivaras”. Este sistema foi posteriormente assimilado pelos colonizadores europeus no sistema de agricultura familiar.

O processo de ocupação das terras da região oeste catarinense foi de certa forma mais efetivo após os diversos conflitos existentes na região, na qual cabe destaque a Guerra do Contestado, tanto relativo à luta pela terra por parte dos caboclos, quanto pela questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná.

Somados a esses fatores, a atuação das companhias colonizadoras, configurou a região a partir da divisão das terras em lotes, o que favoreceu a organização do espaço em pequenas propriedades com característica de agricultura familiar, inicialmente voltada para a subsistência. Porém, como destaca Corazza:

[...] Esses agricultores, na sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul, além de sua experiência no cultivo agrícola, praticavam uma agricultura de subsistência, mas já bastante mercantilizada, o que explica muito das rápidas transformações posteriores.[...] (CORAZZA, 2015, p.312).

Este fator favoreceu o surgimento da agroindústria frigorífica na região, visto que as pequenas propriedades garantiam a mão de obra necessária e a matéria prima para o funcionamento e expansão das empresas deste ramo, no território do oeste catarinense.

A inicial relação de autonomia dos agricultores em relação a agroindústria, com o passar do tempo foi gradativamente ao longo das décadas de 1960 e 1970, sendo substituída por uma forte dependência dos mesmos à agroindústria. Este processo, chamado de integração, limitou o uso autônomo da terra por parte dos agricultores às necessidades da produção industrial. O agravamento da situação de crise vivida nos anos 1980, as grandes

agroindústrias como grupo Sadia, grupo Perdigão e a Cooperativa Central Aurora Alimentos, concentraram a produção e muitos agricultores foram excluídos do sistema devido à lógica de produção industrial ser focada no mercado e não mais na subsistência, como é o caso da agricultura familiar; agravando e precarizando suas condições de sobrevivência. (CORAZZA, 2015, p. 306).

Os agricultores inseridos dentro deste contexto de dificuldades, tiveram dois caminhos possíveis: o êxodo rural, onde muitos agricultores buscaram ir para as cidades em busca de uma superação de sua condição, onde invariavelmente, acabavam preenchendo os quadros de funcionários da mesma agroindústria que havia causado sua dificuldade. Em outro aspecto, continuavam em suas propriedades, na prática de uma agricultura familiar camponesa, motivados em parte por movimentos sociais ou mesmo sistemas de cooperativas com forte difusão e atuação na região. (CORAZZA, 2015, p. 307).

Em um sentido amplo, percebemos que o sistema de uso e ocupação da terra na região inicia-se com um sentido de produção familiar e de subsistência. É modificado ao longo das décadas de 1970 e 1980 com o surgimento da agroindústria frigorífica e após os processos de rupturas, crises e transformações, reconfigura-se com um sentido de retorno à propriedade familiar ou mesmo, organizações cooperativas, de caráter agroindustrial. (CORAZZA, 2015, p. 307).

Como vimos acima, a modificação do uso e da posse da terra na região oeste foi motivada ao longo do tempo pelo surgimento e expansão da agroindústria, particularmente a frigorífica, que modificou a sistemática das propriedades, antes pautadas na agricultura familiar de subsistência e posteriormente, em um caráter industrial, no sentido de suprir a demanda de matéria prima de aves e suínos. (CORAZZA, 2015, p. 312).

No início do processo, entre as décadas de 1920 até meados da década de 1950, os agricultores tinham autonomia no trato com os animais. Desde a escolha do tipo de animal, a forma de criação, o espaço utilizado, a alimentação e mesmo a escolha do mercado. A agroindústria apenas recebia os animais para o processo de industrialização da matéria prima. (CORAZZA, 2015, p. 306).

A partir dos anos 1970, a chamada “revolução verde”<sup>5</sup> chega ao país e consequentemente à região oeste de Santa Catarina, como região de característica produção agrícola e suas práticas e modificações passam a ser implantadas na região, motivadas pela grande agroindústria frigorífica e por incentivos promovidos pelo Estado. (CADERNOS GEOGRÁFICOS – UFSC, 2015, p. 70).

Segundo Rover (2010, p.106), o Estado tem um papel fundamental neste período, motivando a pesquisa, a extensão rural e o crédito subsidiado para a aquisição de bens industriais para a agricultura, como sementes melhoradas, agrotóxicos, maquinários e adubos químicos. Esta integralização promovida pela política desenvolvimentista do Estado, aliada aos interesses da agroindústria, contribuíram para a perda da autonomia em suas propriedades, por parte dos agricultores. Como próprio Rover destaca:

[...] Este processo não foi linear, e muito menos sem seletividades. Para muitas pessoas, grupos sociais e organizações ele representou uma oportunidade, mas para outros representou exclusão via perda de terras, laços sócio-culturais, etc. [...] (ROVER, 2010, p.107).

Seguiu-se assim uma racionalização industrial na sistemática das propriedades. O uso de insumos, vacinas, medicamentos, alimentos e assistência técnica passam a integrar o modo de criação dos animais. Até mesmo a escolha da raça específica dos animais que atendessem os padrões exigidos pela empresa e a rotina de trabalho dos agricultores, que passam a delimitar o seu tempo em função quase que exclusivamente dos animais. Por outro lado, verifica-se uma constante preocupação por parte das famílias em cumprir os compromissos de financiamentos adquiridos para a adequação das granjas e compra dos insumos e medicamentos. Este processo porém, ocorreu de forma bastante seletiva, pois beneficiava os agricultores detentores de capital. Os desprovidos do mesmo acabaram excluídos do processo, com suas propriedades prejudicadas e muitas vezes contribuindo para a necessidade de vender suas terras, muitas vezes para quitar seus débitos, ocasionando assim o êxodo rural. Como podemos perceber na produção de John R. McNeill:

[...] A revolução verde também atraiu a maioria dos setores influentes da sociedade nos países asiáticos e latino-americanos. Prometeu um aumento na renda das elites proprietárias de terras e reformas agrárias menos urgentes, onde este problema teria surgido. Para as burocracias estatais, parecia indicar um meio de acesso à sociedade industrial e, portanto, à riqueza e ao poder, sem os riscos de seguir caminhos

---

<sup>5</sup> Ver também: FLORA, Ângela D. A Teologia da Libertação e a Formação Político-Cristã de uma Geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó-SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. (2007, p51-52). Florianópolis: UFSC, 2007.

alternativos. Uma agricultura mais eficiente, em particular, uma agricultura orientada para a exportação, poderia fornecer um acúmulo de capital necessário para a industrialização e, ao mesmo tempo, pegar mão de obra do campo e direcioná-la para as fábricas[...] (MCNEILL, 2003, p. 271, tradução nossa).

A modernização capitalista do campo trouxe grandes transformações nas pequenas propriedades descapitalizadas que não conseguiram se modernizar e passaram a ter grandes dificuldades para continuarem existindo. As novas condições de produção e de vida causaram o empobrecimento da população do campo frente a máquina racional e capitalista da grande agroindústria, visto que muitos agricultores tiveram dificuldades em obter recursos financeiros para adequar suas propriedades ao novo modelo de produção.

Inseridos em um contexto de regime ditatorial no Brasil, a representatividade através de movimentos sociais para sustentar e organizar as lutas camponesas torna-se difícil. Para isso será necessário um afastamento de alguns setores de uma importante instituição, a ICAR, na qual alguns setores haviam apoiado anteriormente o regime e agora, caminhava para uma ressignificação de sua postura perante tal cenário.

A lógica de promover golpes militares pelo mundo como forma de conter o comunismo, incentivada pelos Estados Unidos da América foi abraçada pelos setores conservadores da ICAR no Brasil. (GONÇALVES, 2013, p.32). Como forma de preservar a unidade social e a ordem estabelecida numa tentativa de manter intactos os valores tradicionalistas e conservadores, tidos como ameaçados naquele momento pela perspectiva do governo de Jango. (NETTO, 2007. p.16).

A dinâmica econômica proporcionada pelo golpe militar, no Brasil, através do plano de governo, promoveu o processo de industrialização, porém, tendo como produto final a concentração de renda e a desigualdade social.

A adesão de alguns setores conservadores da ICAR no início do golpe vai fragmentando-se com a intensificação das falhas do desenvolvimento econômico. Porém, junto com a situação de crise econômica surge uma forte repressão política com prisões, interrogatórios, torturas e censura. Tudo isso justificado pela necessidade de manter a estabilidade do regime e oferecer um contraponto às "ameaças subversivas", aos "terroristas" e "comunistas", tidos na época como inimigos da nação e das instituições da época, entre elas a própria Igreja. (GONÇALVES, 2013, p.33).

Porém, o agravamento da crise promove uma descrença geral da validade do regime e a posterior derrocada do regime ditatorial. Com a diminuição da censura e o surgimento de

escândalos de corrupção envolvendo o governo, como o envolvimento da polícia do exército com o contrabando carioca, o envolvimento do delegado paulista Sérgio Fernandes Paranhos Fleury com o tráfico de drogas, o caso Luftalla, o envolvimento do SNI (Serviço Nacional de Informações) na escolha de governadores, o caso Capemi, o caso Coroa-Brastel, entre outros; a contestação popular conquista um caráter legítimo e a organização de movimentos a partir da década de 1970, torna-se efetiva devido a possibilidade de uma oposição democrática, dentro de um regime ditatorial.(GONÇALVES, 2013, p.32).

O grande mérito do regime ditatorial havia sido o “milagre econômico” promovido em partes, devido ao PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), na qual consistiam em políticas de estabilização econômica e em conjunto com transformações institucionais, principalmente no mercado financeiro, como por exemplo: a criação da correção monetária e do Banco Central, de certa maneira, preparou a economia para o milagre econômico e também, aprofundou as características de um modelo econômico dependente e associado ao capital estrangeiro (HERMANN, 2011, p.70), mantendo a matriz industrial implementada com o Plano de Metas<sup>6</sup>.

O crescimento experimentado pelo “milagre econômico” acabou trazendo consequências para a economia, o que acabou refletindo em outros setores da sociedade, como podemos perceber em Carta Capital:

[...] A literatura econômica considera milagre econômico, entre 1968 e 1973, período mais funesto da ditadura militar brasileira, taxas de crescimento acima de 10% ao ano, isso se deveu a reorganização do sistema financeiro brasileiro bem como a alta liquidez internacional e beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial e sua abertura comercial e financeira em relação ao exterior. Paralelamente, agravaram-se as questões sociais, com o aumento da concentração de renda e deterioração de importantes indicadores de bem-estar social. O milagre aprofundou as contradições estruturais e aprofundou e os problemas decorrentes de sua enorme dependência em relação ao capital internacional. [...] (CARTA CAPITAL, 2012).

---

<sup>6</sup> O Plano de Metas foi um importante programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek, na forma de um "ambicioso conjunto de objetivos setoriais" que "daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores". Bandeira importante de sua campanha eleitoral, ainda que nesta fase de sua candidatura os projetos fossem mencionados de forma sintética pela falta de estudos detalhados, posteriormente se "constituiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados" resultado dos trabalhos efetuados pelo Conselho de Desenvolvimento, instituído pelo Decreto nº 38.744 de 01 de fevereiro de 1956. O plano, que contemplou apenas marginalmente o setor industrial, continha metas tanto para o setor público como para o setor privado, e foi consideravelmente mal-sucedido, impulsionando um período de crescimento econômico acelerado, às custas de um alto endividamento público. Apesar de ter sido realizada na presidência de Juscelino, o plano teve consequências em administrações futuras, quando aconteceram diversos planos para recuperação da economia.

Tal desafio foi herdado ao longo do governo do general Ernesto Geisel, o que se demonstrou uma tarefa difícil, em função do contexto externo, como vemos no trecho a seguir:

[...] A partir de 1974, com a posse do general Geisel, seu grande desafio era dar prosseguimento ao crescimento econômico obtido no período anterior, mas internamente, havia clamores e manifestações para distensão política e, externamente, ocorreu o primeiro choque dos preços do petróleo e mais adiante uma elevação da taxa de juros norte-americana e outro choque dos preços do petróleo, mas a decisão de governo era a chamada “fuga para frente” ou como afirmaria o saudoso professor Barros de Castro: “Decidiu-se conduzir a economia brasileira em “marcha forçada”, com objetivos claros, inclusive, de justificar o golpe, haja vista, as tensões políticas e sociais. O financiamento para viabilizar a Brasil potência em boa parte era realizado com empréstimos externos, via “petrodólares”, estavam direcionados em sua grande maioria, as empresas produtoras de bens de capital com forte apoio e regulação estatal. [...] (CARTA CAPITAL, 2012).

No campo econômico, o período de 1974 até 1984, marca o auge e declínio do modelo de crescimento vigente desde 1950; a industrialização por substituição de importações (ISI), comandada pelo Estado e apoiada no endividamento externo (HERMANN, 2011, p.74). Durante o governo Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) completou o processo de ISI no Brasil tendo como consequência direta o forte crescimento do país e transformações na estrutura produtiva.

Com o governo de Figueiredo (1979 - 1985), o crescimento foi mantido, porém com sinais de esgotamento do modelo de crescimento do II PND, tais como o forte aumento da inflação e deterioração das contas públicas. A partir de 1980 - 83, há uma grave oscilação no balanço de pagamentos (BP), aceleração inflacionária e forte desequilíbrio fiscal. A partir de 1979, o diagnóstico do desequilíbrio externo brasileiro mudou e o governo passou a adotar uma estratégia de ajuste recessivo. À medida que se estendia por mais de uma década o quadro de crescimento vigoroso da economia, crescia a percepção de que o desequilíbrio externo brasileiro refletia uma situação de excesso de demanda, que se agravava por ocorrer em um “mau momento” do mercado internacional. A solução seria obtida por uma combinação de ajuste de preços relativos — da taxa de câmbio, em especial, e em menor escala, das tarifas públicas — e controle da absorção interna (HERMANN, 2011, p.74). O controle de absorção interna foi promovido por uma política de juros reais elevados captando recursos via conta de capital.

Em 1981, o ajuste externo recaiu sobre o controle da absorção interna. Adotando assim, o modelo de ajuste recessivo. No entanto, a maxidesvalorização cambial tenha sido

implementada em 1983. Porém, os custos foram mais altos e duradouros que seus benefícios. Como demonstra Hermann:

[...] Tal como no biênio 1979-80, os efeitos favoráveis da política restritiva sobre a balança comercial foram maiores que sobre a conta corrente e o saldo global do BP — especialmente no período de 1981-83, quando o saldo comercial aumentou US\$9,3 bilhões, enquanto os da conta corrente e do BP cresceram, respectivamente, US\$6,0 bilhões e US\$3,4 bilhões. Além disso, o fato de que o desequilíbrio externo volta a ser um problema já em 1985 atesta a fragilidade do ajuste obtido nos anos 1981-84. O preço desse ajuste em termos de inflação e deterioração fiscal, no entanto, foi elevado e persistente. No caso da inflação, a tendência à aceleração foi reforçada e se manteve na cena econômica brasileira até meados da década de 1990. [...] (HERMANN, 2011, p.93).

Com relação às contas públicas, o déficit nominal e a dívida interna mantiveram um crescimento devido à inflação, correções cambiais, juros altos, proteção dada aos devedores externos, que aumentaram o estoque da dívida pública. Na realidade, o ajuste recessivo, demonstrou um crescimento exógeno dos juros da dívida externa, motivado pelos juros internacionais. A mesma situação ocorreu com as contas públicas: o crescimento esperado do superávit primário e diminuição do déficit operacional, não reduziram efetivamente o déficit nominal, pois os encargos da dívida continuavam subindo com a correção cambial e monetária (HERMANN, 2011, p.93). Sob este cenário, a redução das despesas financeiras sobre o BP e as contas públicas tornava-se impossível de alocar tais indicadores nos saldos comerciais e no ajuste fiscal e externo que o governo necessitava.

No entanto, o advento de 1984 trouxe grande esperança representada pela campanha das Diretas Já<sup>7</sup> e a eleição do civil Tancredo Neves à presidência em 1985. A ideia de voltar ao sistema democrático era acompanhada de um otimismo de estabilização econômica e redistribuição de renda (CASTRO, 2011, p.98). Em alguns aspectos, esta esperança de melhora na economia tinha fundamento: as contas externas apresentavam superávit comercial e a liquidez do mercado internacional havia melhorado. Também as contas fiscais haviam tido uma melhora e a estabilização dos investimentos realizados pelo II PND, tendo em vista a oferta de bens de capital davam segurança na crença do país ter capacidade para voltar a crescer.

---

<sup>7</sup> Movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em maio de 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros quando da campanha para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar instituído em 1964.

No entanto, a morte inesperada de Tancredo Neves dificultou em partes a transição para a democracia, porém dificultou ainda mais a organização do projeto administrativo estipulado pela aliança política responsável pela chegada ao poder. Na tentativa de buscar legitimidade nas ruas, José Sarney levou para a economia a dificuldade da transição político-administrativa. De forma a superar o “fantasma” da recessão, a implementação do Plano Cruzado tornou-se realidade (CASTRO, 2011, p.99).

Porém, o Plano Cruzado não representou a estabilização duradoura que era esperada (CASTRO, 2011, p.123-124). Vários erros na concepção do plano e na condução do mesmo, aliados aos períodos de críticas instabilidades internas e externas fizeram com que o plano fracassasse. Ao Plano Cruzado, sobrevieram dois outros planos (Bresser e Verão), que objetivavam corrigir os pontos fracos, mas não tiveram sucesso.

O que ocorria, é que após ao anúncio dos planos a inflação até baixava seus índices, porém, dentro de um breve período voltava a crescer. A cada plano aumentava mais e reduzia cada vez menos. Tanto que este período ficou marcado na memória do povo como uma grande frustração no campo econômico. Em seu trabalho, Castro, nos exorta algumas lições do período:

[...] A primeira lição consiste na observação de que à estabilização se seguem movimentos naturais de expansão de demanda. Estes foram ampliados pelos abonos salariais e pelas políticas adotadas pelo governo. Ainda que a inflação fosse puramente inercial (e ela não o era em 1985-86), teriam de ser tomadas medidas para evitar o boom de consumo que geralmente sucede à estabilização. A segunda lição se refere ao uso da escala móvel. O “gatilho salarial”, ao endogeneizar o período de reajuste, provou ser, na prática, um acelerador da inflação, na medida em que levava ao encurtamento do período de reajuste. A terceira lição é de que a estratégia de congelamento produziu desequilíbrios de preços relativos — e o descongelamento mostrou-se uma tarefa difícil de administrar. [...] (CASTRO, 2011, p.124)

E ainda ressalta que:

[...] Por fim, a repetição de programas semelhantes de estabilização se mostrou um verdadeiro fracasso. Os agentes aprenderam a burlar os congelamentos, tornando-os inócuos, na prática. Os planos de estabilização do período de 1985-89 não incorporaram o necessário controle da demanda agregada após a introdução do Plano. O congelamento agravou esse problema, porque incentivou um aumento da demanda e, via expectativas, criou o temor de novos congelamentos (e dos efeitos do descongelamento). [...] (CASTRO, 2011, p.124)

Tais dificuldades inauguraram uma era de crises na economia brasileira, que iria se estender até os anos de 1990; com uma relativa recuperação em 1984, porém, reavivada com

os fracassos dos planos econômicos durante o governo de Sarney (HERMANN, 2011, p.74). Neste sentido, os movimentos sociais de base passam a promover intensa mobilização com o surgimento de sindicatos, grupos de lutas pelos direitos da mulher, associações de moradores, comitês de direitos humanos, movimentos camponeses, entre outros.

A igreja no final da década de 1970 e início da década de 1980, também se modifica e redireciona seus esforços na tentativa de acompanhar as reivindicações do período e promover uma representatividade perante os grupos sociais. Apesar do conservadorismo dos setores mais tradicionais da ICAR, apoiador do movimento pelo golpe militar, agora uma parcela progressista, posicionava-se curiosamente como "subversiva", ao permitir e incentivar a prática de discursos e ações de cunho social e luta por direitos sociais. O nascimento de muitos desses movimentos, deve-se à atuação da Teologia da Libertação no que podemos verificar, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Os movimentos sociais recém surgidos, representam um novo formato de política e democracia. O que identifica um período de transição, na qual o país estava passando. A possibilidade de criar espaços para a prática da democracia nas assembleias, reuniões e votações destes grupos evidencia a necessidade que diferentes setores da sociedade expressavam em ter a oportunidade de debater, discutir e propor mudanças nas condições de vida e nas relações sociais e políticas.

Frente a isso, os trabalhadores do campo reagiram contra a expropriação e expulsão de suas terras. Apoiados por setores progressistas da ICAR e partidos de esquerda, acompanhando o movimento de redemocratização do Brasil no período pós ditadura militar.

A luta e enfrentamento a esta condição foi de certa forma sustentada por um ideal de defesa da terra, como posse de bem comum, na tentativa de resgatar o sentido de subsistência da agricultura familiar.

Sob certos aspectos das reivindicações e manifestações dos agricultores, destacou-se o papel da Igreja na tarefa de mobilizar essas populações, ressignificando o sentido do uso da terra e de certa forma buscando um ideal "bíblico" de uso da terra. Como destaca Sérgio Sauer (2010, p.14) "A luta pela terra – e o acesso a ela, seja pelas ocupações e assentamentos, seja pela garantia de posses e reconhecimento de territórios – representa um processo de reinvenção do campo e da sociedade".

Parte desta reinvenção do campo e mesmo das populações rurais foi pautada em um sentido romântico de ecologismo<sup>8</sup>. A preocupação em considerar a terra como provedora da sobrevivência humana, porém, buscando aproximar-se de um contexto de sustentabilidade da terra. O próprio conceito de ecologia, aproxima-se, em sua grande maioria, de uma corrente de pensamento de esquerda; como afirma Pádua:

[...] Examinando as propostas e programas políticos dos ecologistas, inclusive dos partidos organizados a partir desta tendência, é fácil constatar que em sua esmagadora maioria eles se situam no campo da esquerda, associando uma posição crítica diante do avanço da tecnosfera urbano-industrial com uma defesa intransigente dos direitos individuais e da radicalização da democracia.[...] Em suma, existe no interior do atual campo ecologista uma forte tendência humanista ou eco socialista que conjuga o estabelecimento de sociedades ambientalmente sustentáveis com a promoção da democracia política e social.[...] (PÁDUA, 2005, p.65).

Em profundidade, sob análises do material divulgado e utilizado sobretudo pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), para aproximar-se dos trabalhadores do campo, a construção de um conceito romântico e ecológico-sustentável da terra permeou a mobilização empreendida pelos setores de esquerda presentes dentro da ICAR. Tanto no Oeste de Santa Catarina, quanto no Sudoeste do Paraná, instituições e grupos invariavelmente ligados à ICAR ou mesmo à Igreja Luterana, tiveram papel importante na mobilização destas populações camponesas. Na região Oeste de Santa Catarina, destaca-se o papel tanto de lideranças religiosas, como é o caso de D. José Gomes na Diocese de Chapecó, bem como a atuação da CPT e do Movimento das Mulheres Camponesas, bem como o MST.

Já na região do Sudoeste do Paraná, outra associação teve papel fundamental na organização da luta pela agricultura familiar, com ênfase em uma prática norteadada pela doutrina social cristã. A ASSESOAR, surgida em um contexto subsequente a Revolta dos Posseiros de 1957. Na região, a atuação de padres missionários belgas, contagiados pelo espírito do início do Concílio Vaticano II e da possibilidade de uma Igreja mais próxima ao povo, acabam por contribuir para a vontade de organização e mobilização na região. Sobretudo, o papel do padre José Caekelberg, que trouxe consigo uma experiência de trabalho de organização de movimentos com jovens, o que na região terá muita validade.

---

<sup>8</sup> Sobre o “sentido romântico” aqui relacionado, ver também: PADUA, José Augusto. "Herança romântica e ecologismo contemporâneo? Existe um vínculo histórico?". (Varia História, Belo Horizonte, v. 33, p. 58-75, 2005).

Assim, em 10 de fevereiro de 1966 surgia a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. Apoiada e referendada pelo bispo D. Agostinho de Palmas – PR; A associação surge fruto da mobilização por parte da Juventude Agrária Católica (JAC) e a orientação dos padres belgas presentes na região. O sentido dado a este recém-criado grupo, de certa forma, representava a ideia comunitária de sociedade e garantia de posse familiar da terra, como podemos perceber em Abatti:

[...] Até 1975, a ASSESOAR foi desenvolvendo reuniões nas comunidades, em geral com os agricultores. Nestas eram tratados assuntos como: Higiene, saúde, alimentação, conservação do solo, reflorestamento, plantas medicinais, técnicas agrícolas, política agrícola e contabilidade agrícola. No ano seguinte, a Associação já organiza um programa mais definido, engendrando, dentre outros assuntos, uma agricultura biodinâmica. Isso significa o início de um trabalho que garante a possibilidade de continuidade na linha da agricultura alternativa: adubação orgânica, adubação verde, curvas de nível com terraços ou cana de açúcar, reflorestamento, aração do solo, emprego limitado (somente o necessário) de corretivos químicos (ASSESOAR, 1981) [...] (ABATTI, 2018, p.77).

Em suma, a ASSESOAR contribuiu para promover uma melhora nas condições de vida dos pequenos agricultores ao proporcionar um intercâmbio de ideias e técnicas. Dentro de um contexto cristão e comunitário, em contraponto à modernização da agricultura que adentrava a região neste período. Observado por Abatti:

[...] Nesta concepção a Assesoar passou a organizar, fundamentar e efetivar o colono em suas pequenas propriedades, incentivando a prática da agricultura através de organizações e ou associações, catequese mais próxima do povo e não mais nas Paróquias, grupos de jovens que se reuniam para refletirem sobre a prática de produtividade familiar, visto que é neste período que ocorreu a chamada “Revolução verde”[...] (ABATTI, 2016, p.11).

Aproximar-se do cotidiano comum dos agricultores e moradores do campo, especialmente relacionado à população do Sul do Brasil, significava rebuscar muitas vezes outros sentimentos e valores culturais, que adicionados aos conceitos religiosos e presentes na realidade das comunidades aproximava o meio clerical, onde predominava a prerrogativa da hierarquia e formalidade, de um ambiente mais informal, até mesmo na linguagem e nas expressões coloquiais utilizadas no campo. Como podemos perceber na imagem abaixo:

Figura 1: Cartilha Fogo de Chão -1979.

## **RECADO FOGO DE CHÃO**

FOGO DE CHÃO ... Uma das mais caras tradições da gente do sul.  
Encontro de amigos. Conversa entre iguais. Sinal de unidade do homem do campo.  
Fogo de chão - Folheto com informações sobre questões da "vida do homem na terra". A posse da terra e as dificuldades que tocam a vida no campo são os problemas vistos neste 1º folheto.  
Fogo de chão - uma oportunidade para você se encontrar com seus vizinhos e com ele conversar e organizar a sua "peleia" em favor da terra e de sua gente.



COMPOSIÇÃO - LAY-OUT E IMPRESSÃO  
ASCOM - ACESSORIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### *1- De quem é a terra?*

É da terra que o homem tira o alimento para si, sua família e para os outros homens com quem ele constitui a comunidade.  
Pelo seu trabalho o lavrador produz o seu sustento e contribui para o desenvolvimento de sua Nação.  
Mas são muitas as situações em que o homem não pode agir como seria seu direito. É o caso:  
- do lavrador sem terras (são 10 milhões de famílias no Brasil!);  
- do dono da terra sem dinheiro para aplicar;  
- do que só ganha um indigno salário pelo muito que faz;  
- do "posseiro" sem direito legal à terra que ocupa e faz produzir.

**Para voocê pensar e discutir:**

A terra e o seu uso são direitos do trabalhador rural.  
Situações que dificultam o exercício desse direito, produzem desequilíbrios e pedem mudanças.



Fonte: Arquivo CPT. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/cedoc> > Acesso em: 24 de outubro de 2017.

Na tarefa de ressignificar o sentido da terra, para as famílias agricultoras do interior, famílias que invariavelmente carregavam em seu conjunto de tradições e valores, conteúdos religiosos cristãos, quase sempre pautados em ensinamentos presentes na bíblia e especialmente utilizados nos cultos das comunidades, devido à facilidade de aproximar-se do pensamento daquelas populações; a ICAR fez o uso destas oportunas ligações entre o mundo idealizado na bíblia, com a possibilidade de readequar na construção de uma nova realidade (BRESOLIN, 2017, p.42-45).

Haviam duas concepções no ideário do clero progressista latino americano: uma definida pelas esquerdas e definida como "homem rural" e outra emanada do concílio, definida como "todo batizado". Para a Igreja, o povo de Deus era o sertanejo "batizado".

Sendo assim, foi este povo, tanto definido pelas esquerdas, quanto pela própria Igreja, escolhido pela igreja para defender frente as desigualdades impostas pelo sistema capitalista. Havia uma inclinação em identificar o povo de Deus como sendo o povo pobre.

Ao identificar as dores e sofrimentos do povo, a Igreja estaria identificando as dores e o sofrimento do próprio Jesus Cristo (SILVA, 2006, p.35).

Para tanto, a Igreja objetivou aliar a defesa do pobre com a necessidade de conversão religiosa, prática essa que acabou sendo criticada por muitos, por ainda assim, permanecer distante da realidade social enfrentada pelos pobres (SILVA, 2006, p.35).

A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1980, ocorre uma mudança na mentalidade da Igreja, motivada pela necessidade de uma reflexão frente ao cenário acima expresso. A necessidade de uma aproximação entre a Igreja e o povo pobre, fez de certa forma com que a igreja se despidesse de sua luxuosidade e status de elite, para envolver-se efetivamente com a classe trabalhadora e pobre (SILVA, 2006, p.36). Era necessário que o clero progressista estivesse presente nas favelas, nos subúrbios, nos assentamentos, ou seja, onde o pobre estava.

Ao aliar a concepção marxista de transformação da sociedade e na ruptura do projeto capitalista no mundo, com a concepção bíblica da esperança de um vindouro paraíso celeste, surge a síntese em um projeto unificador de utopias: a construção do reino de Deus na terra sob o ponto de vista dos pobres, articulado pela nova Igreja, a Igreja ressignificada pela Teologia da Libertação. Mas como fazer sentido para trabalhadores e camponeses?

Nenhum instrumento seria mais eficaz na tarefa de atingir as camadas populares do que o próprio instrumento solidificador da fé católica: A Bíblia. Como fica evidente nos escritos de Leonardo Boff: “A hermenêutica libertadora busca descobrir e ativar a energia transformadora dos textos bíblicos. Trata-se finalmente de produzir uma interpretação que leve a mudança da pessoa (conversão) e da história (revolução)”<sup>9</sup>.

Neste sentido, a significação da bíblia como elemento metodológico também é demonstrada por Silva:

[...] Se a Igreja cristã ocidental de alguma forma incorporou a máxima de Maquiavel de que a política não era coisa de Deus, mas de homens, os padres progressistas prontamente romperam com essa lógica. A política seria o meio pelo qual Deus construiria seu *reino* na terra. Para tanto, seria necessário retirar da Bíblia não apenas ensinamentos morais ou espirituais, mas também, e principalmente políticos. [...] (SILVA, 2006, p.51).

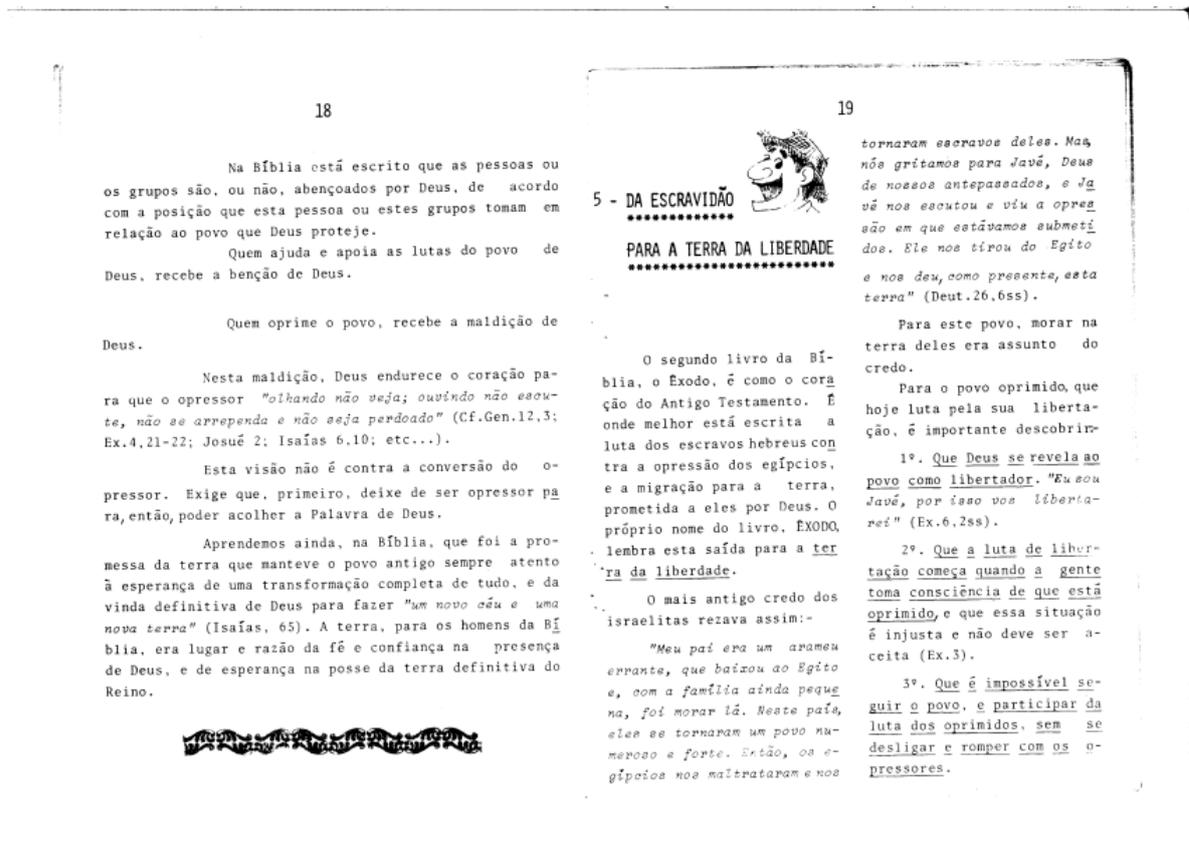
E ainda, o mesmo referenciado autor, exemplifica:

---

<sup>9</sup> BOFF, Leonardo;BOFF, Clodovis, op.cit.; p.53.

[...] Assim, a libertação do Egito, narrado no livro do Êxodo, ganhou uma nova conotação. A libertação dos hebreus não seria apenas espiritual, mas principalmente política. “Na experiência fundante da escravidão do Egito, os homens bíblicos elaboram a ânsia de libertação e testemunharam a intervenção de Javé como libertador. A libertação da opressão egípcia foi um acontecimento político, mas que serviu de base para a experiência religiosa de uma libertação plena também da escravidão do pecado e da morte”. Nesta reflexão, Deus intervém na História dos homens para libertar politicamente seu povo oprimido e escravizado [...] (SILVA, 2006, p.51).

Figura 2: Cartilha: A luta pela terra na Bíblia – 1981.



Fonte: Arquivo CPT. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/cedoc> > Acesso em: 24 de outubro de 2017.

A utilização da narrativa do antigo testamento, contida na Bíblia, é bem exemplificada na imagem anterior.

Essas relações eram construídas e difundidas através da ação pastoral dos grupos de reflexão, nas missas, encontros de jovens e mesmo na própria liturgia. A partir disso, a celebração ou mesmo a liturgia não era mais “apenas” um louvor a Deus, mas sim denunciar os males do inimigo do Reino de Deus, a exploração do sistema capitalista.

Ao tentar buscar um sentido ecológico, Boff empreende um esforço em aproximar as duas lutas, as duas preocupações: a pobreza e a degradação ambiental. Tal sentido fica evidente em sua obra *Ecologia, Mundialização e Espiritualidade*:

[...] A teologia da libertação e o discurso ecológico têm algo em comum: partem de duas chagas que sangram. A primeira, a chaga da pobreza e da miséria, rompe o tecido social dos milhões e milhões de pobres no mundo inteiro. A segunda, a agressão sistemática à Terra, desestrutura o equilíbrio do planeta, ameaçado pela depredação feita a partir do tipo de desenvolvimento montado pelas sociedades contemporâneas e hoje mundializadas. Ambas as linhas de reflexão e de prática partem de um grito: o grito dos pobres por vida, liberdade e beleza (cf. Ex 3,7): a teologia da libertação; e o grito da Terra que geme sob a opressão (cf. Rm 8, 22-23): a ecologia. [...] (BOFF, 1993, p.146).

O sentido romântico, aqui relacionado ao ecologismo, demonstrado por Pádua e confirmado por Boff, foi largamente utilizado pela CPT na tarefa de construir um sentido novo para a luta pela posse da terra e seu uso sustentável. Desenvolver tal conceito em famílias de agricultores que por anos tiveram o pensamento de progresso e crescimento econômico pelo uso extensivo da terra não se revelaria uma tarefa fácil.

Figura 3: Cartilha Bíblia e Terra – 1981.

Ao oeste, o litoral do mar Mediterrâneo: uma planície fértil e bem regada que pertencia por muito tempo aos filisteus (povos do mar) antes que os israelitas conseguissem conquistá-la.

No leste, o vale do rio Jordão. Este rio atravessa o pequeno lago Merom, depois o lago de Queneret, que, no tempo de Jesus, era chamado de Lago de Genesaré, mar da Galiléia ou Lago de Tiberíades.

O Jordão corre depois para o sul, afundando-se na falha mais profunda do mundo, pois termina no Mar Morto, cujas águas estão a 400 metros abaixo do nível dos oceanos. Este mar ou lago é tão salgado que os peixes não sobrevivem e nas suas encostas não cresce nenhuma planta, nem se vêem aves ou insetos.

DUAS REGIÕES DE MORROS:  
No sul, os morros de Judá; no centro os morros da Samaria.  
Mais ao norte está a planície de Jesrael e o território que passou a formar a Província da Galiléia.

Durante alguns séculos, os israelitas ocuparam também os morros da Basan e Galaad, do outro lado do Jordão.

Produção: cereais e frutos nas planícies; vinho e oliveira nas encostas; nos campos dos morros, gado, especialmente gado menor, cabras e ovelhas.

O jumento era o animal de carga. O cavalo só era usado na guerra. O camelo se usava mais na região do sul, devido ao fato de que pode resistir por muito tempo sem tomar água.

A água é o elemento mais importante nesse País quente, durante grande parte do ano. Onde há água é um paraíso; onde não há água é o deserto. A água na Bíblia é símbolo de vida.

Esta é a terra, preparada por Deus, para "o seu povo escolhido" viver, durante uns dois mil anos, uma Aliança com Ele acolher o MESSIAS PROMETIDO, que é o próprio FILHO DE DEUS.

1º ENCONTRO

### O HOMEM FEITO DE TERRA

Em muitos povos antigos existia a idéia de que o homem fora criado pela deusa da terra, ou também pela união da terra, do mar e do céu.

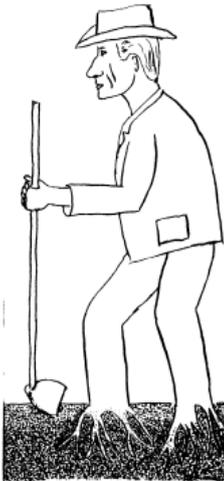
Nós, agricultores, sentimos também essa ligação com nossa terra, que é parecida com nossa mãe:

- ela nos dá alimento, água;
- ela nos acolhe, acolhe;
- ela nos sustenta;
- ela vai, depois de nossa morte, nos acolher quando formos enterrados.

Por isso, cuidamos da terra como cuidamos de nossa própria mãe. Não queremos estragá-la e fazemos o possível para que possa dar ainda suas riquezas por muitas gerações...

O povo da Bíblia também tinha esse profundo respeito pela terra: até chegaram a dizer que o homem foi feito do barro da terra. Encontramos isso no livro do Gênesis: "O Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente". (Gênesis, 2.7).

"Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó e em pó de hás de tornar".

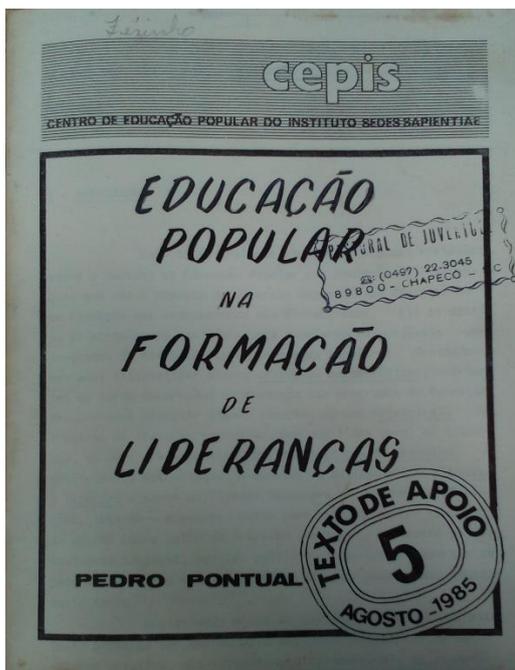


-6-
-7-

A imagem apresentada comprova que ao utilizar os argumentos corretos, o que implicava em refletir sobre a realidade do campo, a CPT obteve êxito em utilizar-se de passagens bíblicas, junto à linguagem popular para aproximar-se do modo de vida camponês.

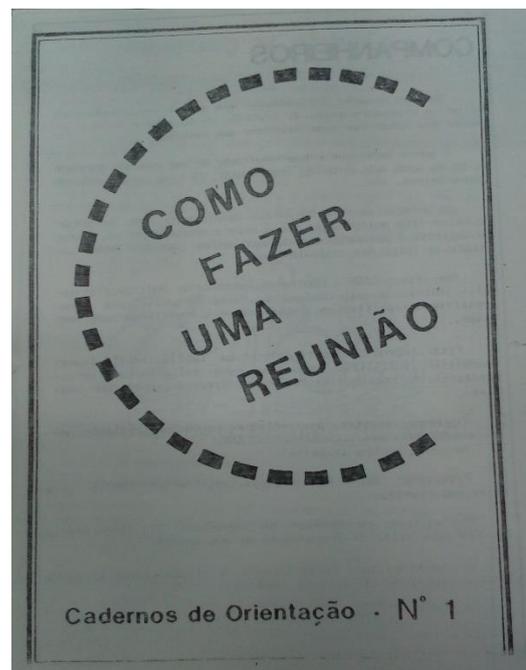
Em suas cartilhas de impressão simples, linguagem informal e utilizando desenhos que notadamente buscavam uma identificação com o leitor, a informação era precedida de identidade com a situação vivida. A esta metodologia, muito se deve ao fato de que quem as elaborava, eram em sua maioria, membros da comunidade, lideranças leigas locais, que auxiliavam os padres e membros da diocese na elaboração dos materiais de apoio dos grupos de reflexão. Dentro da organização da produção do material, encontravam-se leigos, que faziam parte de uma equipe vinculada normalmente a algum grupo de reflexão ou pastoral. Nestes grupos eram levantados os temas mais pertinentes para a reflexão e debate, bem como a diagramação das cartilhas e forma de abordagem ao utilizar o referido material. Paralelamente a estes grupos, eram vinculados a alguma CEB, paróquia ou diocese. Além das cartilhas que eram trabalhadas diretamente com as pessoas das comunidades, havia ainda a preocupação em materiais para formar as lideranças leigas responsáveis por trabalhar com os grupos. Como podemos perceber nas figuras abaixo:

Figura 4: CEPIS – Texto de Apoio 1985.



Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Figura 5: Cadernos de Orientação 1985.

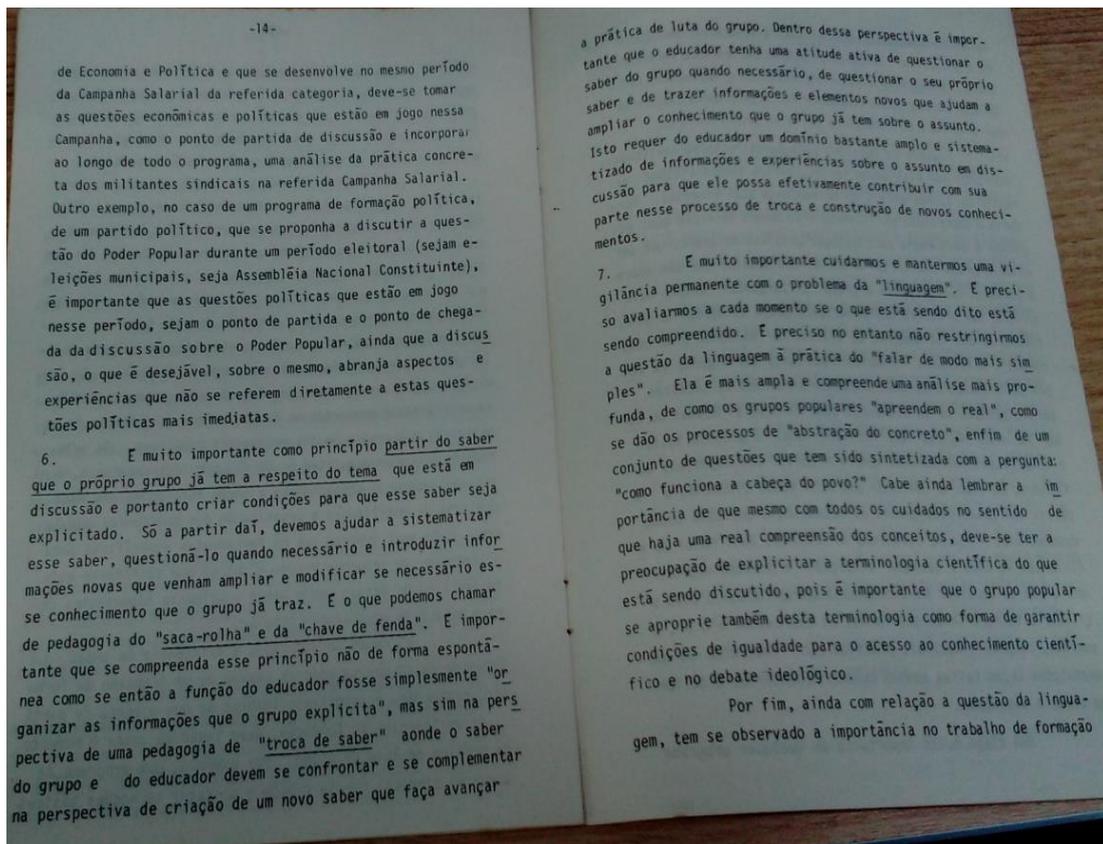


Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

A formação dos coordenadores e leigos responsáveis pelos grupos de reflexão era algo construído estrategicamente, muitas vezes contando com diagnósticos sobre a comunidade ou público específicos que iriam ser trabalhados. As cartilhas de formação contavam com métodos de abordagem e condução de reuniões que encaminhavam a reflexão dos grupos para os assuntos de interesse para a mobilização e conscientização. Inclusive é verificada uma preocupação especial com o formato da linguagem utilizada, buscando verificar se os conceitos discutidos seriam realmente compreendidos pelas pessoas do grupo.

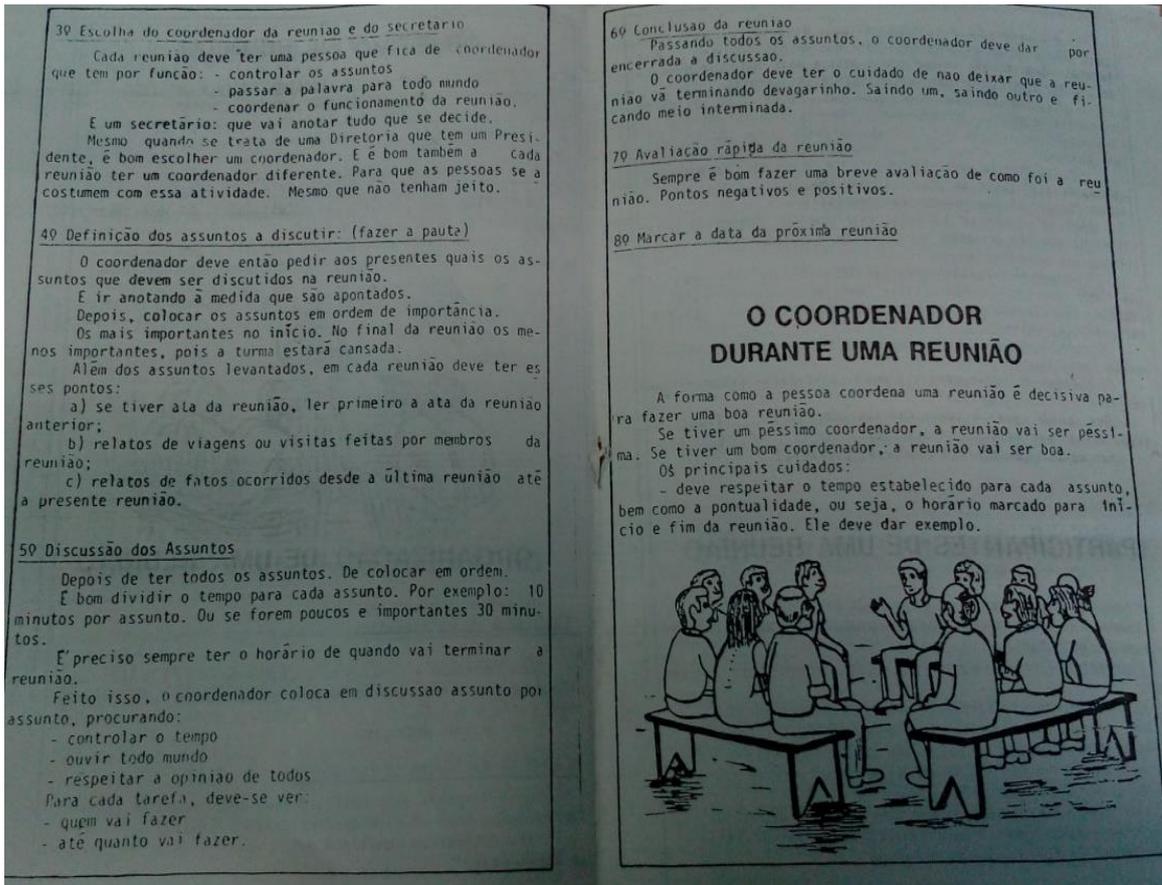
Do mesmo modo, no sentido prático haviam orientações sobre meios específicos de conduzir as reuniões. Para os líderes e coordenadores eram ensinadas técnicas que iam desde dinâmicas de grupos, formação de plenárias e mesas redondas até mesmo a postura do coordenador durante a condução dos grupos. Como podemos perceber nas imagens abaixo:

Figura 6: CEPIS – Texto de Apoio – 1985.



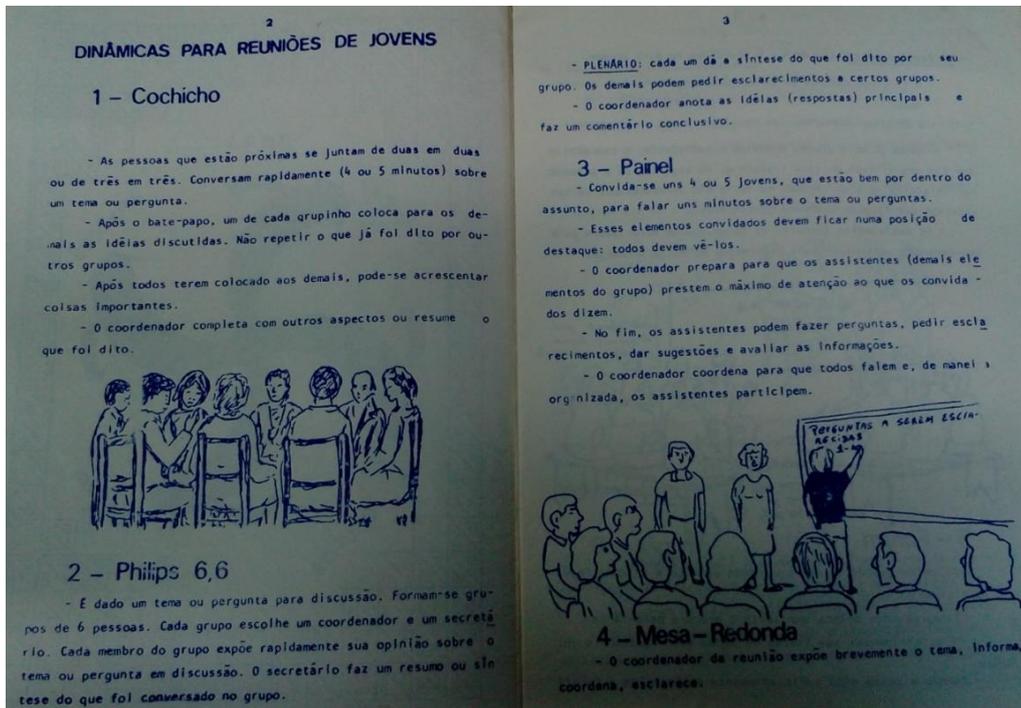
Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Figura 7: Cadernos de orientação – 1985.



Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Figura 8: Cadernos de Orientação – 1985.



Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

A citação de trechos e versículos da bíblia acabavam por conceder legitimidade à causa da luta e a consequente mobilização das famílias. A visão construída pela ICAR, de que eram o “ povo de Deus” concedia a estas práticas a interpretação de que estavam moralmente corretos em sua luta. Não significa dizer que a luta e a mobilização não tinham um sentido de justiça, ao contrário eram reivindicações justificáveis. Porém, inseridas dentro de uma lógica religiosa, para estas pessoas, significava algo “correto” por assim dizer. Como destaca Strapazzon (1997):

[...] No início, vê-se uma tentativa de equiparar-se a palavra de Deus e da Igreja como motivações para a luta pela terra, principalmente o momento das ocupações, já que é neste momento que a dificuldade se estabelece. A dificuldade existia em função da própria religiosidade e moralidade dos agricultores que foram criados em um ambiente social em que a propriedade privada da terra era “sagrada”. Para se modificar esta significação, utilizou-se um discurso “sagrado”, não racional, que lhes destina a terra como propriedade de Deus a qual, sendo deste, é de todos [...].

Sob outro enfoque, há também, nas publicações, a difusão de um sentido bíblico do uso da terra, um uso consciente e pautado no respeito ao mundo natural e a uma ideia de pertencimento do homem à terra, que por vezes é reverenciada como mãe. Como podemos verificar na cartilha Bíblia e Terra: CPT-PR (1981, p.7):

[...] Em muitos povos antigos existia a ideia de que o homem fora criado pela deusa da terra, ou também pela união da terra, do mar e do céu. Nós agricultores, sentimos também essa ligação com nossa terra. Ela nos dá alimento, água; ela nos aconchega, acolhe, ela nos sustenta, ela vai depois da nossa morte, nos acolher quando formos enterrados. [...] (CPT-PR, 1981, p.7).

Em outras partes da publicação é possível ver citações de trechos bíblicos que justificam e consolidam o conceito, como demonstrado no trecho do livro de Gênesis (Gênesis, 3 – 17 a 19): “Comerás o teu pão com o suor de teu rosto, até que voltes a terra de que foste tirado; porque és pó e em pó hás de tornar-se”.

O cotidiano proporcionado pela vida em comunidade e sobretudo pela rotina experimentada nas vivências da Igreja foram, em alguma medida, o elo de ligação capaz de ressignificar a prática religiosa e a vida em comunidade. O envolvimento das pessoas das comunidades rurais, com grupos de formação, orientados pela Igreja, proporcionou um momento, por vezes raro, mesmo uma oportunidade para aprendizado e militância. Como podemos perceber na entrevista abaixo com Ivone Tressoldi Sbaraini, militante do Movimento das Mulheres Agricultoras - MMA (SBARANI, 2008):

[...] Depois eu assumi o movimento de mulheres agricultoras e aí vim morá em Chapecó, prá facilitá o trabalho no movimento. Bom... o...que, onde eu comecei a militância, foi na pastoral da juventude, eu fui da direção, coordenação, na comunidade de Formosa do Sul, não existia a linha Beira Rio ainda, e sempre atuei na... animação das...das celebrações, dos cultos, dava catequese, tinha todo um trabalho mais a nível de comunidade, depois eu casei, tive o meu “filhote”, comecei a atuar no movimento de mulheres agricultoras, na comunidade, mas era uma coisa assim muito confusa...eu...eu não conseguia entender o que...que aquelas mulheres queriam, era uma...não tinha objetivos claros, se reunia prá se reuni, conversá, fazê uma pipoquinha, tomá um chimarrão, fazê aquelas reunião dos...dos, caderninho, das...das cartilha do movimento[...], até que a coordenação municipal, do município de Quilombo, me convidou prá participá de um curso de formação que a paróquia organizava junto com o movimento de mulheres, movimento sindical, pastorais, enfim... [...].<sup>10</sup>

Ainda mais importante que a oferta da oportunidade de formação, estava a possibilidade de atuação, o que invariavelmente poderia despertar uma nova consciência social e de classe, visto que os debates e reflexões dos grupos de formação sobre a realidade do campo, as condições dos trabalhadores do campo e da cidade, o custo de vida, os baixos salários, a falta de políticas públicas, entre outros; motivavam um olhar para a própria realidade, as contradições e necessidades. Como podemos observar no trecho da mesma entrevista (SBARANI, 2008):

[...] e consegui participá do curso, mas nós tinha a tarefa, de quem participasse do curso, trabalhá ele nas regionais, do município, nos setores, do município, isso fazia-se curso, junto com o movimento sindical, eu comecei a trabalhar, comecei a gostar da idéia, e comecei a entender também por que, por que existia movimento, por que existia sindicato, enfim, comecei atuá mais e... comecei a participa mais da coordenação municipal, do movimento de mulheres, foi alí que clariô pra mim, por que...que o movimento existia, enfim, a partir dalí, eu comecei percebê também toda a questão da dominação das mulheres, da forma como eu..., como eu fui tratada, na minha família, enfim...[...] mas eu não...não tinha me tocado que isso era uma discriminação muito grande, quando eu casei, foi depois que eu comecei a participá do movimento.[...]<sup>11</sup>

Este aspecto nos remete as contribuições do historiador inglês Edward P. Thompson (1981) sobre o conceito de experiência, no processo de construção da consciência de classe. Para ele era fundamental entender as experiências que os chamados “sujeitos” que fazem a história. A ideia de conceber o processo humano como estruturas e ainda pior, estruturas estáveis e por vezes imutáveis muitas vezes ignora a complexidade dos grupos sociais que a compõe. Como podemos perceber em Thompson:

[...] Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam

<sup>10</sup> SBARANI, Ivone Teresinha Tressoldi. CEOM – entrevista concedida em 08 de julho de 2010, Chapecó, 2010.

<sup>11</sup> SBARANI, Ivone Teresinha Tressoldi. CEOM – entrevista concedida em 08 de julho de 2010, Chapecó, 2010.

suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada[...] (THOMPSON, 1981, p.182)

Sendo assim, o contexto do surgimento da agroindústria na região do oeste de Santa Catarina provocou uma modificação na produção agrícola na região, deixando a agricultura familiar em situações precárias e favorecendo a grande propriedade e a grande agroindústria frigorífica. Sob estas condições, a mobilização das famílias agricultoras foi promovida pela ICAR, representada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra); na qual fez um extenso uso de valores religiosos presentes na bíblia e com o objetivo de ressignificar o uso da terra de forma sustentável contrariando a sistemática capitalista e exploratória da grande indústria e buscando uma justa plataforma de luta pela terra e instalação de um projeto de sociedade, que aliasse justiça social com sustentabilidade ambiental. (SIQUEIRA; PAIM, 2014, p.46)

Sob outro aspecto, a sucessão de instabilidades econômicas e políticas no país, no período de derrocada da ditadura militar (HERMANN, 2011, p.93) e a redemocratização, mesclaram momentos de grande esperança de superação da crise, acompanhado da euforia da recém conquistada democracia (CASTRO, 2011, p.98), com o agravamento da precariedade das condições econômicas da população camponesa, que além do já conhecido cenário de concentração de terras, expansão da agroindústria predatória e êxodo rural; agora convivia com alta inflação, congelamento de preços e crise econômica advinda do fracasso dos sucessivos planos econômicos.

Todo este conjunto de causas, de certa forma vai incentivar o nascimento do espírito de luta na tentativa de superar o modelo econômico e social vigente, na busca por um mundo idealizado no imaginário camponês povoado por vezes por reinos bíblicos; o que será amplamente utilizado pela Igreja em um contexto de Teologia da Libertação, para mobilizar essas populações na luta por justiça social e uma economia sustentável e popular.

## **2 – A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL**

O seguinte capítulo, pode parecer um manifesto ou mesmo uma agenda política de um partido ou movimento da mais extrema esquerda. Buscar a transformação do mundo, das estruturas sociais, com o objetivo de construir um mundo justo, igualitário e fraterno.

Conceber a humanidade como uma grande comunidade na qual o bem comum é buscado e o sentimento de coletividade é visto muitas vezes como o maior dos valores vivenciados.

O que seria mais uma tentativa marxista para modificar o modo de produção capitalista, na verdade vem de tempos muito mais remotos que o próprio marxismo. Muitos não se dão conta de que nos moldes da sociedade atual, um certo líder popular munido de muito carisma e capacidade de mobilizar os pobres e oprimidos; e que difundia a ideia de construir um “paraíso na terra”. Este líder, ao longo do tempo foi sendo transformado em deus, em força mística e tempos depois foi revisionado em seu ideal de mundo. Porém, a conectividade com este ideal de sociedade e comunidade acabou sendo retomado, com um olhar religioso, mas ressignificado sob a forma de luta política. Isso pode ser percebido no trabalho de Barbosa:

[...] Uma das principais “novidades” do cristianismo da libertação - objeto de críticas incessantes por parte do Vaticano e das correntes conservadoras da Igreja no Brasil - é a integração, em maior ou menor grau, de elementos fundamentais do marxismo. Obviamente, existe grande diversidade nesse terreno, que vai desde a desconfiança ou a hostilidade de alguns, até a explícita autodefinição de grupos ou indivíduos como “cristãos marxistas” - passando por várias formas de prudente e implícita utilização de alguns aspectos. A grande maioria dos militantes de base do cristianismo da libertação provavelmente nunca ouviu falar em Marx, mas isso não impede que em sua cultura político-religiosa se encontrem, mais ou menos diluídos, temas e conceitos do marxismo [...] (BARBOSA, 2007, p.138.).

É sob este olhar que convém analisar a relação entre a expressão política de partidos políticos formados pela classe trabalhadora, com uma ideologia de esquerda, neste trabalho representado pelo Partido dos Trabalhadores; com os setores progressistas da ICAR, que ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, optaram pela construção de um projeto de fortalecimento, mobilização e em certa medida unificação em torno das lutas populares por melhores condições de vida no campo e na cidade, luta pela terra e pelo uso sustentável e ecológico dela; aliando a luta política, a vivência coletiva em comunidade na construção de uma sociedade pautada na igualdade e justiça social; com um olhar religioso, presente em expressões como: “o paraíso na terra” ou ainda, “o reino de Deus na terra”. Como podemos ver em Barbosa:

[...] Essa mudança na forma de ver e se posicionar no mundo foi ocasionada e interligada às mudanças sócio-políticas do período, ou seja, a visão de mundo influenciava a ação e, em contrapartida, a ação influenciava a visão de mundo. Isso porque no momento em que os cristãos passam a se julgarem responsáveis pelo mundo e pela superação das injustiças existentes que degradam a pessoa humana, torna-se urgente a organização para o trabalho coletivo, para a luta; torna-se imprescindível, ainda, o conhecimento da realidade social, das causas da

manutenção das injustiças, dos meios e possibilidades para sua superação, em suma, torna-se imprescindível a apreensão do devir histórico e assim também ganha força entre alguns intelectuais católicos a necessidade da criação de um Partido Político capaz de representar os movimentos sociais da Igreja, esse partido se daria via PT. [...] (BARBOSA, 2007, p.96).

O sentido de paraíso terreno foi sendo, a partir da atuação das correntes da Teologia da Libertação, associado sob a ótica dos pobres a um mundo com melhores condições de vida e que contemplasse uma sociedade sem miséria e mazelas sociais.

No imaginário do operário e camponês, religioso, católico e que invariavelmente frequentava os encontros comunitários, cultos e missas, entrava em contato com a ideia de reino de Deus ou mesmo paraíso terrestre. Isso sendo traduzido no seu dia a dia, onde coexistiam situações de endividamentos, dificuldades financeiras em meio às sucessivas crises econômicas, falta de estrutura mínima de desenvolvimento, acesso a moradia, salários insuficientes para a sua sobrevivência, desníveis de oportunidades de crescimento entre outros tantos problemas; faziam com que o significado religioso dos termos, tivesse um significado político para aquele cidadão (BRESOLIN, 2017, p. 44,45).

É sob este aspecto, que alguns pontos da ideologia de esquerda, passam a fazer sentido para essas populações. Aliado a isso, a atuação de lideranças religiosas engajadas no contexto de luta e que em algum sentido utilizando-se da estrutura, muitas vezes física da Igreja, contribuíram para oportunizar espaços para o debate, a reflexão sobre esses temas.

Para uma parcela da população que, além de ocupar posição de desvantagem na sociedade capitalista e que na maioria das vezes não era representada nos espaços políticos, ter essa possibilidade vivenciada era um passo importante na busca e na construção deste “novo mundo”.

A partir de meados do século XX, a ICAR volta suas atenções para os problemas sociais do mundo, intensificados pelas tensões sociais promovidas pelo sistema capitalista, seja por suas sucessivas crises econômicas, seja pela própria lógica de funcionamento do modo de produção. Problemas como: urbanização, violência nas cidades, desemprego, fome e miséria trouxeram para a Igreja neste século uma nova forma de atuação no mundo (LEÃO, 2011).

Na América Latina, subdesenvolvida, marcada pela industrialização tardia, dependência do capital externo e com graves problemas sociais e instabilidade política, os problemas tinham uma particularidade ainda mais evidente, em razão do atraso econômico e

social vividos historicamente na região. Isso de certa forma justifica a presença marcante da Igreja no continente neste período (LEÃO, 2011).

O Brasil por apresentar-se como um país de maioria católica, não deixou de vivenciar essas características. A ICAR já vinha sofrendo transformações ao longo do século. Desde a proclamação da república, quando o catolicismo deixou de ser a religião oficial, até os primeiros anos da república, onde houveram movimentos messiânicos cristãos, porém em partes desvinculados da hierarquia católica, falta de padres e ainda, o surgimento de novas crenças religiosas (LEÃO, 2011).

Dentro da Igreja Católica no Brasil, neste período, vai se assistir a uma polarização entre clérigos que se opunham ao regime, denunciando as violações dos direitos humanos, as lutas pelas questões agrárias, a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, o desemprego e a repressão promovida pelos militares. Na contraposição a isso, haviam os clérigos tradicionais, em certa medida ligados ao regime, que defendiam o processo do golpe, ou “revolução” como um processo de defesa da “moral e dos bons costumes”; e como os responsáveis por defender o país da “ameaça comunista” que colocava em risco a existência dos valores tradicionais e conservadores da sociedade brasileira (LEÃO, 2011).

Este quadro de incertezas e caminhos diferentes a seguir, é alterado por dois fatores que modificam, em termos gerais, a postura da Igreja a partir da década de 1960: Pelo Concílio Vaticano II<sup>12</sup>, na qual foram dadas as bases de uma nova teologia pautada na

---

<sup>12</sup> O Concílio Vaticano II foi anunciado pelo Papa João XXIII no dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo fora dos muros. A intenção da convocação era mais com uma preocupação pastoral do que dogmática. Na festa de Pentecostes do ano do anúncio, montou-se uma comissão para elencar os pontos importantes a serem tratados nele. A preocupação da Igreja era o mundo moderno e modo de dialogar com ele. A comissão escreveu cartas aos bispos do mundo inteiro para que eles ajudassem, indicando as problemáticas de cada Igreja particular. No dia 05 de junho de 1960, a fase preparatória começou com o objetivo de elaborar esquemas que pudessem dirigir as reflexões durante o Concílio. Assim, no dia 11 de outubro de 1962, teve a Solene abertura do vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da Igreja, no Vaticano, onde participaram mais de 2.000 bispos. No discurso inaugural, Papa João XXIII posicionou o objetivo geral daquele evento: “a finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito. Para isto, não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranquila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas tas Conciliares desde Trento até ao Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências; é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo. Uma coisa é a substância do depositum fidei, isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência, na sua elaboração; e dever-se-á usar a maneira de apresentar as coisas que mais corresponda ao magistério, cujo caráter é prevalentemente pastoral”. O Papa Paulo VI, eleito em 21 de junho de 1963, após a morte de João XXIII, teve a missão de continuar e concluir esta grande empresa. O Concílio se encerrou no dia 08 de dezembro de 1965.

libertação, com uma visão progressista e social de Igreja; e pelo golpe civil-militar de 1964, que implantou no país um regime ditatorial de exceção de direitos civis (LEÃO, 2011).

Neste contexto, buscou-se organizar dentro da Igreja o movimento da Teologia da Libertação. O envolvimento da Igreja com as causas sociais já vinha sendo desenvolvido, em partes fruto da doutrina social da Igreja, porém, isso tornou-se mais evidente durante a Conferência de Medellín, em 1968<sup>13</sup>; onde entre outras decisões, a prática da Igreja voltada para as questões sociais foi sistematizada e de certa forma, legitimada sob o lema de ter a opção preferencial pelos pobres (LEÃO, 2011).

No Brasil, a prática de padres católicos em apoio aos pobres, além de atrair por parte dos militares a insígnia nada confortável, para o contexto da época de “subversivos”, despertou também a reprovação de seus métodos e práticas pela cúpula conservadora da Igreja. Mas isso não inibiu a atuação dos clérigos em favor do povo. Por todo o país, clérigos católicos posicionaram-se ao lado do povo, em manifestações, formação de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e mesmo nas reuniões das comunidades, onde a realidade brasileira era discutida, sob um olhar crítico, considerando sempre como fator de aglutinação a experiência religiosa (LEÃO, 2011).

Sendo assim, a Teologia da Libertação, em seu conjunto de princípios passou a legitimar a ação desta parcela da Igreja Católica, dando em certa medida, condições para, mesmo em meio a um regime militar, continuar com seu ativismo social. Isso é demonstrado em Lowy:

[...] Quaisquer que sejam as diferenças entre os teólogos da libertação, vários princípios básicos podem ser encontrados na maioria de seus escritos, que constituem inovações radicais. Alguns dos mais importantes são: 1. A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como o principal inimigo da religião - isto é, contra os novos ídolos da morte adorados pelo novo Faraós, os novos Césares e os novos Heródes: Mamon, Riqueza, Mercado, Segurança Nacional, Estado, Força Militar, "Civilização cristã ocidental". 2. Libertação humana histórica como a antecipação da final salvação em Cristo, o Reino de Deus. 3. Uma crítica da teologia dualista tradicional como o produto de Filosofia grega platônica, e não da tradição bíblica em que a história humana e divina são distintas, mas inseparáveis. 4. Uma nova leitura da Bíblia, dando atenção significativa a passagens como Êxodo, que é visto como um paradigma de uma luta do povo escravo pela libertação. 5. Uma forte acusação moral e social do capitalismo dependente como um sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural. 6. O uso do marxismo como instrumento sócio

---

<sup>13</sup> A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada na cidade de Medellín (Colômbia), entre os dias 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, produziu um importante e significativo documento – As Conclusões de Medellín – que registraram as posições da Igreja da América Latina, que assumiu uma posição libertadora frente à opressão no continente. O objetivo do Papa Paulo VI, como diz o próprio título da proposta da Conferência, era ler a realidade latino-americana à luz do Concílio Vaticano II. Os bispos fizeram mais do que isso: leram o Concílio à luz da realidade latino-americana.

analítico em para entender as causas da pobreza, as contradições capitalismo e as formas de luta de classes. 7. A opção preferencial pelos pobres e solidariedade com as suas lutas pela autolibertação. 8. O desenvolvimento de comunidades cristãs de base entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa ao individualismo modo de vida imposto pelo sistema capitalista. [...] (LOWY, 1996, .p 35).

Essa aproximação contribuiu para justificar uma certa aproximação de setores da Igreja com as correntes marxistas, no que concerne a luta social e uma negação às agruras do sistema capitalista. Muitos estudiosos empreenderam análises comparando e estabelecendo uma relação entre a Teologia da Libertação e o marxismo. Do ponto de vista, a partir do contexto brasileiro, a aproximação do marxismo aos setores progressistas da Igreja Católica, preocupava tanto os militares quanto a alta hierarquia conservadora da igreja. O comunismo, antes visto como o inimigo maior da igreja, e que em certa medida, assim também era visto pelos marxistas; agora estavam próximos e com projetos políticos comuns. Utilizando aqui o termo de afinidade eletiva, onde o mesmo permite que um estudo entre dois fatos particulares seja feito, sem que se faça uma relação causal rígida e inflexível, criando uma noção de convergência e combinação sem que esses fatos percam suas características próprias.(LEÃO, 2011).

Tomando como exemplo a obra de Max Weber, *A ética protestante e o espírito capitalista*, o autor consegue estabelecer um paralelo entre a forma como o pensamento religioso, em seu conjunto de preceitos éticos e morais, contribui para formar o modelo de homem e trabalhador dentro do sistema capitalista; e em certa medida, serviu de ferramenta de consolidação da sociedade burguesa. Em outras palavras, o movimento religioso exerceu forte influência sobre o modelo social e econômico (LEÃO, 2011).

Por outro lado, observando as posições de Marx em relação à religião, ou mesmo ao papel da mesma, sob determinadas circunstâncias, promover um estado de alienação na sociedade não é algo exclusivo do autor. Outros autores anteriores a ele e contemporâneos como Feuerbach, Herder, Bruno Bauer, entre outros, teceram críticas e análises sobre este tema. Porém, mesmo não abordando o tema de forma específica, Marx reconheceu por vezes o papel importante da religião como elemento aglutinador e transformador da sociedade:

[...] A angústia religiosa é, ao mesmo tempo, a expressão da verdadeira angústia e o protesto contra esta verdadeira angústia. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação sem espiritualidade. É o ópio do povo[...] (MARX e ENGELS, 1960, p.42.)

Ao contrário da interpretação comum e negativa atribuída a este trecho proferido por Marx, podemos extrair uma interpretação diferente. Ao atribuir a religião como possibilidade de “protesto contra esta verdadeira angústia”, podemos realizar uma leitura, considerando que a religião como prática reflexiva, tal qual a praticada pelos seguidores da Teologia da Libertação, pode despertar a consciência de luta por melhores condições de vida.

Sendo assim, essas duas correntes filosóficas e políticas aproximaram-se dentro do contexto histórico, falando em particular, do contexto brasileiro de regime ditatorial militar e de grande confronto entre as forças conservadoras do país, entre elas os militares e os setores conservadores católicos; estes em um esforço para afastar determinadas atitudes reformistas ou progressistas. Tão significativa foi essa aproximação, que em alguns momentos, padres e líderes comunitários da Igreja foram duramente perseguidos, por serem tachados de “militantes comunistas”, ou mesmo “subversivos” (LEÃO, 2011).

Em face destes conceitos, a religião aproximou dois setores antes antagonizados, porém, o maior elemento foi o envolvimento com a luta social pela superação das desigualdades e infrações existentes naquele contexto. No entanto, a religiosidade não deixa de ter seu papel, na ressignificação dessa luta, aliando ideias cristãs com militância marxista.

Um novo mundo se configura a partir da década de 1980. As mudanças sendo gerais, também alcançam a Teologia da Libertação. Os países do leste europeu em crise, e por consequência, os demais países alinhados ao bloco socialista, o fim das ditaduras na América Latina e mais especificamente o início da era do Papa João Paulo II no comando da Igreja Católica, vão trazer novas direções para os possíveis caminhos trilhados pela Teologia da Libertação (LEÃO, 2011).

A ditadura militar, que já demonstrava sinais de enfraquecimento e distensão do regime, já na década de 1970, ruía suas estruturas após longa agonia. Após os movimentos das Diretas Já, em 1983 e 1984; o ressurgimento dos movimentos sindicalistas no ABC paulista e a eleição do primeiro civil em anos, representado pela eleição de Tancredo Neves à presidência, consolidou o fim do regime. Dessa forma, o engajamento de padres progressistas na luta contra o regime e a sequente perseguição promovida pelo regime militar, justificava o apoio da ICAR. Porém, com o fim do regime, isso já não seria aceito (LEÃO, 2011).

Sendo assim, a luta contra a opressão do estado, já não fazia sentido, dentro do processo de mudanças pelo qual o país estava passando. Porém, se a redemocratização estava próxima, o fim das desigualdades e dos problemas sociais estavam longe de serem superados.

No entanto, um fato iria impactar diretamente sobre a atuação da Teologia da Libertação no país: O início do papado de João Paulo II (SILVA, 2006).

A eleição de João Paulo II para o mais alto cargo da Igreja, representou uma postura da mesma em direção ao conservadorismo e a oposição a movimentos de cunho social que se aproximassem do marxismo ou comunismo. Karol Wojtyła, como era conhecido antes de torna-se Papa, assumiu o alto cargo eclesial, devido a sua conhecida postura de tradição e conservadorismo; e ainda seu empenho ferrenho em derrubar o comunismo europeu, no qual não mediu esforços e ações em prol deste projeto. Karol é reconhecido como peça chave na derrocada do comunismo no leste europeu, na década de 1980 (SILVA, 2006).

Um ponto paradoxal que encontramos, ao analisar o papel de João Paulo II no combate ao comunismo e a todas as suas variantes, é que, se por um lado a Igreja vai assumir uma postura de ruptura, ou mesmo repreensão da Teologia da Libertação na América Latina, o mesmo não ocorre na Europa, já que o próprio Wojtyła, vai apoiar o sindicato trabalhista Solidariedade, liderado por Lech Walesa que promoveu uma série de greves para tentar forçar o regime a negociar com a organização. Inclusive, o modus operandi, empreendido por Wojtyła, lembra muito a forma de atuação da Teologia da Libertação na América, utilizando símbolos nacionais, ligados à religião católica para mobilizar a população nas greves e manifestações. Além disso, a utilização de metáforas religiosas, que enfatizavam a oposição entre o “bem”, comumente ligado ao sindicato, e o “mal”, ligando a dominação estrangeira com o domínio comunista na região (HONORATO, 2014).

Confirmando o papel fundamental de Wojtyła no combate ao comunismo, cabe destacar o trecho presente no trabalho de HONORATO (2014):

[...] Desta maneira, além de discursos proferidos pelo papa apoiando o sindicato, o movimento pôde ganhar âmbito nacional e se utilizar de suas greves como instrumento de pressão popular contra o regime. Apesar de ter sido considerado ilegal durante boa parte do recorte aqui analisado, o Solidariedade não parou de produzir também periódicos que eram distribuídos aos trabalhadores locais, promovendo propaganda positiva que viria a influenciar no resultado das eleições posteriormente.[...]

E ainda destacando o papel dos EUA, em um claro contexto de Guerra Fria, apoiando o movimento contrário ao comunismo do leste europeu:

[...] O auxílio prestado por parte do governo dos EUA tanto a Wojtyła quanto aos membros do sindicato Solidariedade também pode ser visto como uma variável independente, tendo em vista que o governo dos EUA na época (comandado pelo

presidente Ronald Reagan) financiou o grupo durante suas atividades (JUDT, 2005). Também, é importante afirmarmos que tal ação por parte dos EUA fazia parte da chamada Doutrina Reagan, que possuía a finalidade de encerrar a Guerra Fria. [...] (SCOTT, 1996)

Porém na América Latina, a visão com relação ao estreitamento das relações entre movimentos populares e a Igreja não eram vistas da mesma maneira. A aproximação entre teorias marxistas e a Teologia da Libertação, não apenas incomodava, mas também, demandava ação por parte do Vaticano, representado por João Paulo II:

A presente Instrução tem uma finalidade mais precisa e mais limitada: quer chamar a atenção dos Pastores, dos teólogos e de todos os fiéis para os desvios e perigos de desvios, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas de teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (CONGREGAÇÃO PARA A DOUTRINA DA FÉ, 1984)

Com o fim do período da ditadura militar no Brasil, o Vaticano também procurou “frear o ímpeto da Igreja brasileira em ajudar na mudança social do país”, como destaca CAMILO (2013). A reafirmação do conservadorismo católico, buscava imunizar a instituição de qualquer ameaça progressista. Para isso, foram desencadeados um conjunto de ações, a fim de afastar os padres e teólogos da Teologia da Libertação, de seu campo de ação. Como destaca Contiero:

[...] A Teologia da Libertação passou a sofrer uma série de ataques contra suas teorias e suas posições. Alguns de seus teólogos foram chamados ao Vaticano para prestar esclarecimentos, como ocorreu com Leonardo Boff, condenado ao silêncio e, posteriormente, proibido de lecionar e ainda forçado a deixar o cargo de editor-chefe da revista Vozes. Com o pretexto de minar a influência dos movimentos de esquerda no interior da Igreja, o ataque da hierarquia eclesiástica desferido por João Paulo II e pelo prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o Cardeal Ratzinger, contra a Teologia da Libertação, incluía ainda a nomeação de bispos conservadores para ocupar cargos em dioceses estratégicas e o deslocamento de Bispos e padres ligados à Teologia da Libertação para dioceses sem expressão.[...] (CONTIERO, 2006, p.8)

Diante deste cenário, a Teologia da Libertação sofreu uma visível diminuição de forças perante novos atores presentes, especificamente, na realidade brasileira. Com o advento da globalização e o estreitamento do acesso a novas formas de expressão religiosa, bem como o surgimento dos movimentos pentecostais, no qual, longe de buscar um envolvimento social com os fiéis, mas utilizando sua condição como plataforma de expansão; possibilitou uma diversificação de caminhos, que inocentemente seriam trilhados pela maioria da população pobre e carente de representatividade.

Por outro lado, a própria iniciativa católica em fortalecer grupos ligados puramente à prática religiosa e a refoçar o dogmatismo católico, como é o caso de grupos como o da Renovação Carismática<sup>14</sup>, afastaram as possibilidades dentro da Igreja, de envolvimento com as causas sociais.

Mas o contrário de ser totalmente vencida, a Teologia da Libertação não foi de maneira nenhuma posta como “voto vencido”, no contexto de luta social. No ventre fértil da efervescência social, onde o sangue pulsa forte, a cada desafio imposto pelo capital, nasceu uma comunidade eclesial e de base, que rompeu a etapa da formação da consciência e elevou um partido à sua própria plataforma de luta.

Este partido, passou a ser o espaço necessário, para que estes novos atores, essas novas lideranças, formadas a partir das pastorais, das CEBs, dos grupos de reflexão, colocassem em prática tudo o que haviam planejado e almejado ao longo de tantos anos de mobilização. A sequência da Teologia da Libertação, e por algum momento a sua continuidade, foi a substituição da cruz, pela estrela vermelha; e lá, marxista e católicos podiam sintetizar a sua “ fórmula mágica para mudar o mundo”.

## **2.1 - A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Ao abordarmos a atuação da Teologia da Libertação no oeste de Santa Catarina, torna-se indispensável direcionar um olhar para a região. Precisamente falamos da região que abrange a Diocese de Chapecó. Sob este aspecto, é preciso, ser deveras contraditório, como historiador e considerar algumas falas positivistas, como contendo certo tom de verdade. Me refiro aqui à importância que a atuação de uma figura teve em promover esta corrente teológica na referida região. O personagem mencionado é o Bispo Dom José Gomes<sup>15</sup>, que

---

<sup>14</sup> A Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento católico que surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960. Ele é voltado para a experiência pessoal com Deus, particularmente através do Espírito Santo e dos seus dons. Esse movimento busca dar uma nova abordagem às formas de doutrinação e renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística católicos.

<sup>15</sup> Nomeado como bispo de Bagé (RS) dia 25/03/1961. Ordenado dia 25/06/1961, em Passo Fundo, por D. Cláudio Kolling. Tomou posse em Bagé dia 16/07/1961. Foi transferido para Chapecó dia 30/08/1968. Aqui tomou posse dia 27/10/1968 festa de Cristo Rei). Com ele a Diocese começou um intenso período de renovação conciliar, em consequência da abertura realizada pela Conferência de Medellín (26/08 a 14/09/1968), que permitiu um sem número de experiências libertadoras em toda a América Latina. Período pujante de nossa história dentro dos 50 anos de Diocese. Com coragem e profecia, D. José fez a Diocese caminhar pelas trilhas da libertação, com sobressaltos, muitos conflitos e também muitas alegrias. Experimentou a renovação conciliar, a força das comunidades de Base e da organização das lideranças. Por sua luta D. José ultrapassou os limites da Diocese e se tornou também conhecido e admirado em nível nacional. Foi presidente nacional do CIMI Conselho Indigenista Missionário) de 1979 a 1983; e depois da CPT (Comissão Pastoral da Terra), de 1983 a 1987.

em certa medida, por si só, simboliza toda a atuação da Teologia da Libertação como movimento no oeste de Santa Catarina, mais precisamente, na Diocese de Chapecó.

A despeito de outras regiões próximas à Diocese de Chapecó, tendo como exemplo, em sua maioria a Diocese de Joaçaba e a Diocese de Caçador, não tiveram a atuação da Teologia da Libertação com a mesma intensidade. Em partes, esta diferenciação acabou ocorrendo, devido a fatores como: divergências sobre as linhas teológicas a serem seguidas, ao contexto histórico cultural das regiões, ou mesmo as posturas conservadoras existentes nas referidas dioceses. (KRETZER, 2013).

Sendo assim, em termos de Teologia da Libertação, a região oeste de Santa Catarina, representada pela Diocese de Chapecó é o ponto de partida desta análise.

Quanto ao seu surgimento, a Diocese de Chapecó é criada, dentro de um contexto conturbado, em se falando de contexto político mundial. Seu processo de criação e instalação permeia os anos de 1958 e 1959 onde em plena Guerra Fria, o mundo assistia atônito ao confronto ideológico, político, militar e econômico entre as duas superpotências: EUA e URSS. Curiosamente, a disputa entre as duas siglas, vai adentrar um campo tão perigoso ou diverso, quanto o ideológico ou militar, por envolver sentimentos, emoções e paixões humanas no processo: a religiosidade. (FLORA, 2007).

Ainda considerando o contexto de Guerra Fria, o Brasil, a exemplo do mundo, passava por períodos conturbados da política nacional e isso acabou influenciando em múltiplos setores da sociedade. Após os acontecimentos em Cuba, com a vitória da Revolução Cubana em 1959, a atenção dos EUA acabou sendo despertada e terminou por invocar sua interferência nos assuntos latino americanos.

No Brasil, um fato que deflagrou maiores preocupações, por parte dos setores conservadores, foi a eleição de Jânio Quadros para presidência do país em 1960, seguida pela posse conturbada de seu vice João Goulart, na qual agravou ainda mais o clima de instabilidade, devido às suas ideias pouco convencionais, para os setores da direita conservadora. Todo esse imbrólio político, conduz a um processo de golpe civil-militar e a sequente instalação de um regime ditatorial no país. Na contramão destes acontecimentos, a Igreja Católica preparava-se para o Concílio Vaticano II, na qual dava sinais de uma transição eminente no catolicismo da América Latina. Uma alternativa ao conservadorismo tradicionalmente presente na instituição.

O processo de formação e consolidação da Diocese de Chapecó coincide com este período. Entre os anos de 1958 e 1968, sob a liderança de D. José Thuler e D. Wilson Laus Schmidt, a diocese se organizou e estruturou com o trabalho sacerdotal, que de certa forma, tinha sua preocupação centrada em angariar possíveis “ futuros sacerdotes”. (FLORA, 2007).

A gestão de D. José Gomes, em 1968, levaria a diocese em direção a um modelo de atuação pautado fortemente nas decisões advindas do Concílio Vaticano II e na consolidação das mesmas com a Conferência de Medellín. No entanto, de 1968 até 1975, sua gestão “apenas” deu continuidade à estruturação e organização promovida por seus antecessores, como destaca Flora (2007, p 40):

[...] Até 1975, a Diocese de Chapecó investiu de maneira significativa na criação de vários cursos de formação para Agentes de Pastoral, principalmente padres e religiosos. A introdução da eucaristia nas comunidades, com a preparação dos ministros da eucaristia e das equipes de liturgia foi a grande novidade desse período. A partir de 1975, a grande renovação da Diocese foi a nova metodologia dos grupos de reflexão, que consistiam em reuniões pautadas em debates elaborados com material didático próprio da Igreja Católica. O objetivo da igreja era a sua popularização. As reuniões eram realizadas em pequenos grupos nos quais se debatiam os problemas políticos e sociais das comunidades rurais e urbanas, buscando possíveis soluções para as questões locais, atuando reflexivamente. A metodologia da “criatividade comunitária” previa que nos encontros e reuniões de discussão houvesse distribuição equilibrada das tarefas de modo a viabilizar a participação de todos, formando lideranças. [...]

A mesma autora ainda destaca a mudança advinda da definição da opção doutrinária da Igreja, definida como a Teologia da Libertação, no seguinte trecho:

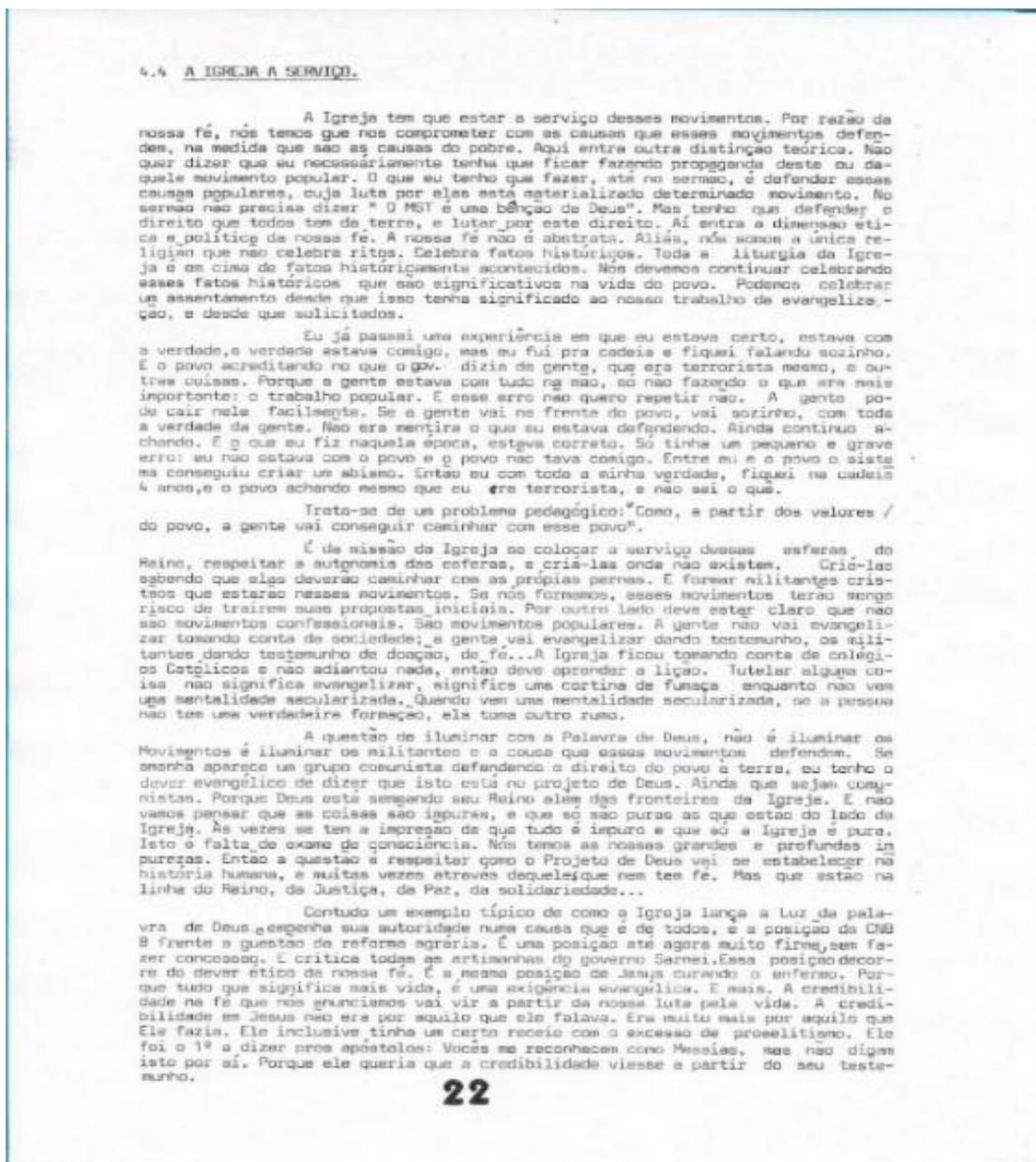
[...] Foi nessa época que a Diocese deixou claro sua escolha doutrinária pela Teologia da Libertação, com o foco de atuação voltado para “os pobres e oprimidos”, criando as pastorais sociais, com destaque para a Pastoral da Terra e a Pastoral Indigenista e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A igreja investiu na formação e preparação de pessoas (“os leigos”) para atuar na estrutura interna da igreja e também na formação de lideranças para atuar nos movimentos sociais que começavam a ganhar corpo. Os laços entre a igreja progressista e os movimentos sociais que então surgiam se estreitaram rapidamente, através da disponibilidade e do apoio aos movimentos populares, à criação dos sindicatos e à participação em partidos populares. [...] (FLORA, 2007, p. 40)

Percebemos ao analisar a trajetória da formação da Diocese de Chapecó, que a metodologia empregada por D. José Gomes, na estruturação de sua futura área de atuação, foi fundamental para a difusão e implantação do modelo progressista posteriormente aplicado. Trazer a comunidade para “dentro da Igreja” com seus problemas, dilemas e discussões, de

uma forma simples e objetiva, mas que ao mesmo tempo, carregava um significado próprio, devido ao caráter popular com que era vislumbrado.

Toda essa iniciativa, mais do que ir além e possibilitar o espaço para a discussão de assuntos relevantes da comunidade, na qual eram discutidos e elencados com o próprio grupo, e considerando análises da realidade local também desenvolvia um senso de identidade de grupo, de pertencimento e de coesão social. Tais elementos foram necessários para mais tarde, dentro de seu plano de gestão, inserir a vivência prática destes conceitos.

Figura 09: Encontros de Agentes da Pastoral Libertadora.



A metodologia utilizada pela ICAR, através dos grupos era algo muito bem planejado, em um contexto que envolvia um amplo estudo sócio-econômico com as populações envolvidas. Como podemos verificar nas figuras abaixo (10 e 11):

Figura 10: Relatório da Assembléia Diocesana

INTERIORE -1-

**A. LEVANTAMENTO SÓCIO - ECONÔMICO**

**1. TAMANHO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO**

1.1 Tamanho da população da Diocese  
 1.2 Tamanho da população por Paróquia  
 1.3 Tamanho da população por comunidade

**2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO : DIOCESE**  
 (População atingida pelo levantamento)

**2.1 - POR FAIXA ETÁRIA**

|                 |                |             |
|-----------------|----------------|-------------|
| De 0 a 6 anos   | 55.643         | 17%         |
| De 7 a 14 anos  | 61.567         | 18,8%       |
| De 15 a 25 anos | 72.001         | 22%         |
| De 25 a 65 anos | 130.024        | 39,7%       |
| Mais de 65 anos | 8.009          | 2,5%        |
| <b>TOTAL</b>    | <b>327.244</b> | <b>100%</b> |

**2.2 QUANTO À CONFISSÃO**

|                        |               |             |
|------------------------|---------------|-------------|
| Famílias católicas     | 60.675        | 93,33%      |
| Famílias não católicas | 4.337         | 6,67%       |
| <b>TOTAL</b>           | <b>65.012</b> | <b>100%</b> |

**2.3 QUANTO À ORIGEM ÉTNICA**

|              |               |             |
|--------------|---------------|-------------|
| Italiana     | 29.275        | 47,7%       |
| Alema        | 15.287        | 24,9%       |
| Polonesa     | 1.993         | 3,2%        |
| Cabocla      | 14.223        | 23,2%       |
| Outras       | 663           | 1,0%        |
| <b>TOTAL</b> | <b>61.423</b> | <b>100%</b> |

*Depto*

*Ausências: 1 mulher  
o adolescente*

Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Figura 11: Relatório da Assembléia Diocesana

**3. O QUE PODE QUER?**

Aspectos do cenário alheio da realidade  
 Tradicionalismo

**1. SUGESTÕES PARA QUE A LITURGIA SEJA MAIS COMPROMETIDA**

- Reorganizar as equipes de liturgia, envolver mais as pessoas
- Cursos para grupos de liturgia
- Explicar as leituras
- Falar mais dos problemas que existem na comunidade
- Concretizar mais as leituras na vida prática
- Tratar assuntos do lugar e não de Chapecó
- Compromisso com as necessidades
- Dinamizar os trabalhos da Igreja. Mais ênfase, participação, motivos
- Ter mais cunho religioso e menos político
- Catequistas, incentivar mais as crianças para irem à missa

**2. ESTÁ**

**15.1 EM QUE FESTAS O POVO MAIS PARTICIPA**

- Natal, Páscoa, Sexta-feira santa, Domingo de Ramos
- Festa do Padroeiro
- Corpo de Deus
- Finados
- 1ª Eucaristia, Crisma
- Dia das mães e dos pais
- Quaresma

*Falta de conscientização do povo  
(sacramento e a liturgia)*

**15.2 OUTRAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

- Terço, rezadeiras.
- Bênção de casas
- Novenas, Vigílias
- Orações em família, para os doentes
- Via-Sacra
- 1ª sexta-feira do mês
- Romarias, Missões
- Missas dos jovens, dos casais
- Bater o sino
- Cantos e orações em alemão
- Devção do Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
- Confissões.

**16. T I S M O**

**16.1 CONDIÇÕES PARA BATIZAS**

- Ser católico praticante, sócio da comunidade
- Participar dos grupos
- Cursos para todos, boa participação
- Conscientização do compromisso
- Batizar quando se tem certeza que a criança vai receber bons exemplos dos pais e padrinhos
- Aceitar e aderir a caminhada da Igreja Hoje
- Menos burocracia
- Pais e padrinhos casados na Igreja
- Mesmo que os pais sejam pobres e não possam pagar a associação, os filhos deveriam ser batizados
- O padre fazer os batizados
- Pais participar da liturgia.

*De uma parte a outra*

Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

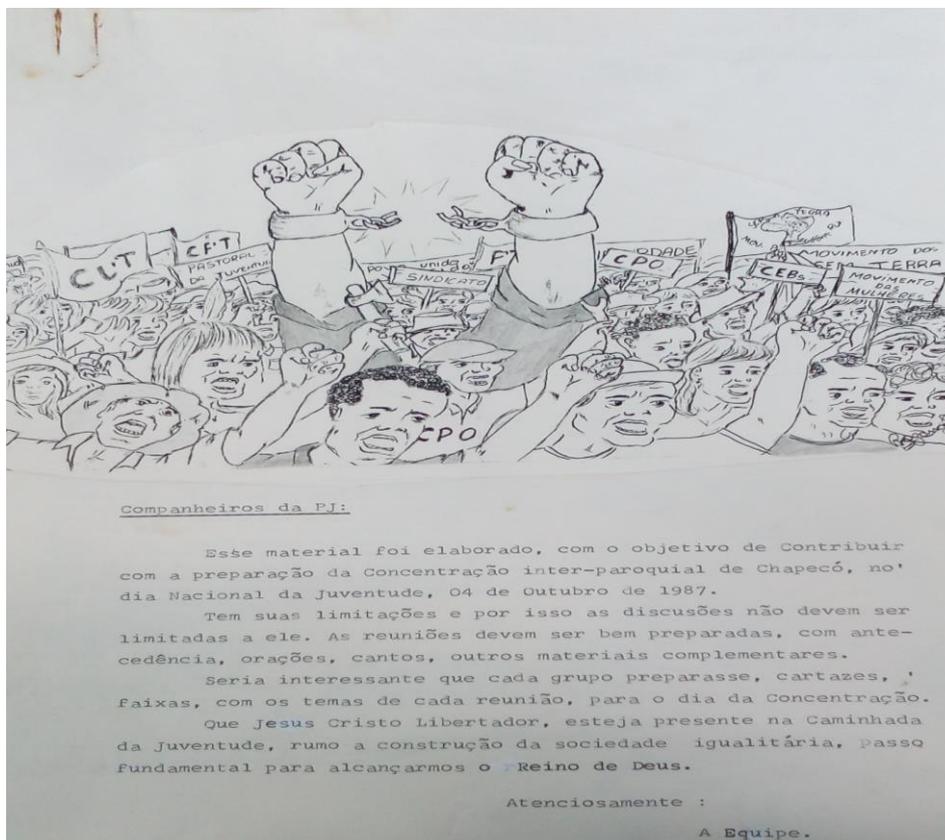
Neste sentido, ainda se faz necessário destacar a possibilidade de protagonismo experimentada pelos participantes da diocese. O fato de participar ativamente do processo e da rotina da Igreja, a utilização de materiais próprios que refletiam as necessidades e características regionais, bem como a logística empregada de ocorrer com grupos pequenos; de certa forma direcionou para uma ação transformadora, onde os próprios sujeitos do espaço refletido eram o agente transformador.

O reflexo direto dessas possibilidades de atuação na própria região, é verificado com o surgimento de várias organizações populares, como por exemplo o CRAB – Confederação Regional dos Atingidos por Barragens, o MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras e o MST - Movimento dos Sem Terra.

Durante toda a década de 1980, a atuação da Diocese de Chapecó continuou pautada no fortalecimento das ações ligadas ao envolvimento com as causas sociais. Do campo às cidades, dos povos indígenas aos jovens, a participação ativa das pastorais, comissões e comunidades eclesiais era intensa e abrangente. Particularmente, com relação aos jovens. A Pastoral da Juventude, neste período era proeminente e ativa, especificamente na área rural. Muitas vezes, por se tratar de eventos organizados pela Igreja, os grupos de jovens eram de certa forma “ autorizados” pelos pais a existirem. (FLORA, 2007).

Em uma sociedade culturalmente tradicional e fortemente arraigada em valores morais severos, o simples agrupamento de jovens em um local, já era motivo de preocupação. Sendo assim, quase não haviam possibilidades para os jovens expressarem suas ideias e anseios. Dessa forma, os grupos de jovens passaram a representar este espaço. Esse contingente de jovens, na região oeste, foi amplamente utilizado pela Igreja, como integrantes para seus projetos de formação. Como as pautas eram reflexivas e invariavelmente traziam temas relevantes, a energia de contestação natural do jovem, rapidamente transformou-se em contestação política e social.

Figura 12: Cartilha de formação da Pastoral da Juventude



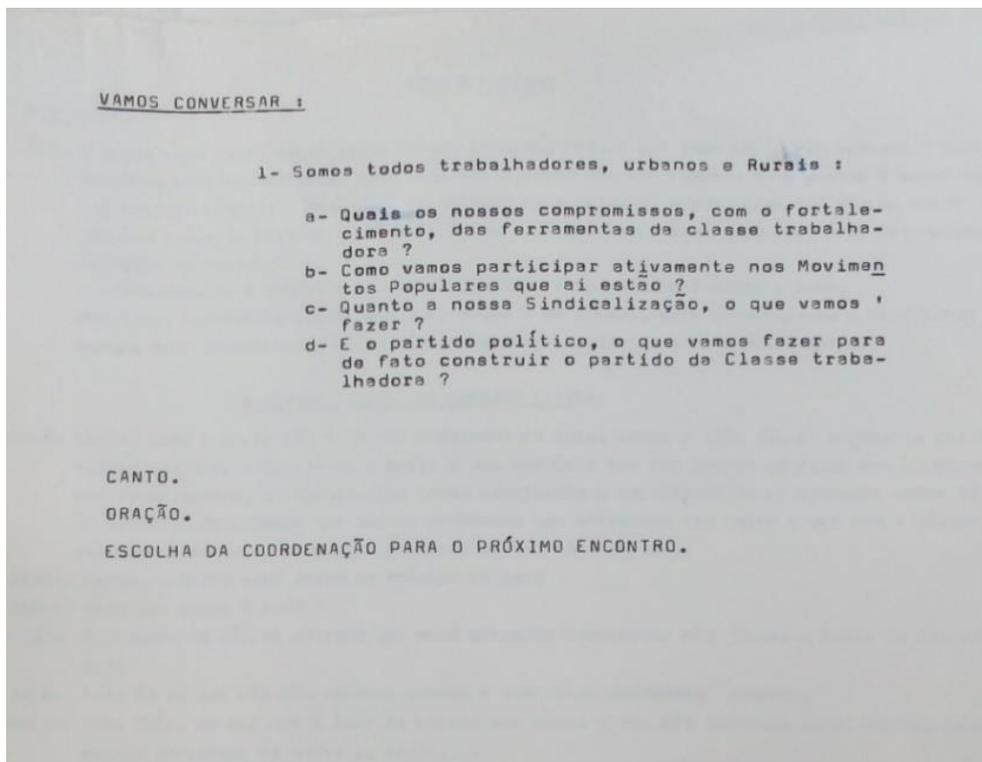
Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

O ambiente religioso, deixava de ter sua função literal, para formar jovens e posteriormente cidadãos atuantes na sociedade, com possibilidade de transformação social e a busca por transpor a ordem vigente de problemas “insolucionáveis”, como: a luta pela terra, a luta por igualdade, a defesa dos pobres e oprimidos pelo sistema capitalista, a luta pelos indígenas, a luta por melhores condições de vida e a construção de uma “linda utopia”.

Utopia esta que na sua vivência prática, era uma realidade. As relações comunitárias vivenciadas tanto nos grupos da Igreja, quanto na comunidade rural, a assimilação da ideia de construção de um “paraíso na terra”, ouvida nos sermões das missas do domingo e nos grupos de reflexão, a negação das dificuldades enfrentadas cotidianamente, seja pela família, ou pelo agravamento dos problemas sociais presentes no entorno de suas casas; tudo isso de certa forma, confirmava a certeza de estar lutando pelo lado certo, de estar revolucionando o “seu mundo”.

Porém, “o mundo” acabou tornando-se pequeno, em face da intensidade de atuação destes jovens. A partir disso, carregando a formação política pré estabelecida pelas ações da Igreja, sob a égide da Teologia da Libertação, o jovem do oeste estava pronto para “alçar novos vôos”. (FLORA, 2007)

Figura 14: Cartilha de Formação da Pastoral da Juventude.



Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Com isso, um partido em especial, irá chamar a atenção destes jovens. Quase que “naturalmente”, a juventude formada pelo amplo processo desencadeado pela atuação militante de D. José Gomes, de despertar a consciência política de luta e superação da miséria e da desigualdade, vai encaminhar-se para atuar no Partido dos Trabalhadores. Como uma sequência, o partido vai abrir os caminhos necessários para que o protagonismo destes jovens, tenha um canal de atuação política e onde suas “ utopias” e “ mundos” poderiam virar projetos políticos para o futuro. (FLORA, 2007)

### **3 - A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NO BRASIL**

O nascimento do Partido dos Trabalhadores, no final da década de 1970, curiosamente coincide da mesma forma, ao cenário de incertezas, a instabilidade e marginalização que sofre o partido atualmente. Ainda sob a égide de um sistema ditatorial, em um contexto mundial marcado pela Guerra Fria, que antagonizava países e pessoas e particularmente rotulava qualquer instigador da luta social, como um “comunista subversivo”, termo que, na grande maioria da população, sequer tinha conhecimento ou mesmo empregava algum esforço em compreender sua origem. É sob este emaranhado de indefinições que surge um movimento, que mais tarde, ao longo de sua própria trajetória, no calor da luta política vai dar origem ao Partido dos Trabalhadores.

O nascimento do Partido dos Trabalhadores está ligado a um período de grandes transformações ocorridas no contexto político nacional. Os últimos suspiros da ditadura militar eram expressos, na ideia de distensão lenta, segura e gradual, promovida durante o governo de Ernesto Geisel. Porém, longe de estar em um momento de plenas liberdades políticas e direitos políticos garantidos, a atmosfera de prisões, perseguições e arbitrariedades ainda era visível. Sendo assim, mesmo neste clima incerto, alguns grupos já apresentavam um certo grau de organização e mobilização. Eram grupos que, de uma forma geral, não se encaixavam plenamente na estrutura do único aparelho político possível, o MDB, que se contrapunha aos alinhados à ditadura, os membros da ARENA. (KECK, 2010).

A principal força geradora do Partido dos Trabalhadores vem de um movimento sindical surgido a partir do final da década de 1970. Este sindicalismo, expresso de forma mais impactante, com a greve dos metalúrgicos das indústrias metalúrgicas da região de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Dentro de todo esse movimento, organizado e

liderado pelos próprios trabalhadores metalúrgicos do ABC, surgiam também seus princípios, suas bandeiras de luta, e sobretudo seus líderes, que trazendo a energia e vontade de luta do chamado “chão de fábrica”, cativou boa parte dos trabalhadores devido ao sentimento de identidade, à qual milhões de trabalhadores conseguiam encontrar nas palavras e discursos que expressavam sua realidade cotidiana e as mesmas reivindicações que a cada fim de turno, os mesmo trabalhadores confessavam na hora do jantar em frente aos seus filhos, ou mesmo antes de dormir para suas esposas. (KECK, 2010).

É necessário destacar, que essa importante força presente na origem do partido, o chamado “novo sindicalismo”, não deve ser confundida com a prática do sindicalismo que já existia, mas que tinha em sua mecânica de funcionamento algo muito mais aliado ao Estado e ao setor empresarial, do que a defesa propriamente dita do trabalhador.

O “novo sindicalismo”, ou mais apropriado chamar de “sindicalismo autêntico”, a despeito do anterior “sindicalismo varguista”, que em contraponto a ideia original dos sindicatos, procurava estabelecer acordos e negociações com o governo e com os empresários; vinham com uma proposta de enfrentamento aos patrões, utilizando-se de grandes mobilizações e ainda resgatando as possibilidades do trabalhador expressar sua vontade política e suas reivindicações frente ao aparato capitalista ameaçador, que anteriormente o tornava “pequeno” demais para resistir. (AARÃO REIS, 2007).

Contudo, isso não exime por completo o contexto geral, considerando os conflitos e lutas sociais presentes ao longo dos anos seguintes à década de 1970, adentrando ainda à década de 1980. A tendência da luta democrática, em certa medida, também interessava às elites, em vista do insucesso dos projetos econômicos dos militares. No plano externo, a vitória da Revolução Sandinista, o enfraquecimento das ditaduras na América Latina como um todo e a política “permissiva” do governo Carter foram alguns dos fatores que, de alguma forma, contribuíram para o surgimento destes movimentos. (AARÃO REIS, 2007).

Sendo o sindicalismo, ou ainda, este “novo sindicalismo”, a principal força geradora do Partido dos Trabalhadores, é necessário, antes de mais nada, entender como surgiu essa nova roupagem, das antigas estruturas. Compreender, além disso, os motivos que conduziram os trabalhadores a uma nova forma de luta.

A existência dos sindicatos, como organismos representativos da classe trabalhadora, foi definida ainda com o surgimento da CLT, a Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943, ainda sob o governo Vargas. Em suma, sua função permaneceu em termos gerais, a mesma

por um longo tempo, cuja principal funcionalidade era: estabelecer uma relação de aliança com o governo e promover a chamada “paz social”. Porém, mesmo estando sujeito às prerrogativas do Estado, os sindicatos tinham uma relativa autonomia, podendo inclusive conceber a iniciativa de greve, a exemplo do que ocorreu durante o segundo governo de Vargas, nas greves de 1953 e 1957. (KECK, 2010).

No entanto, ao longo do governo de Jango, as relações acabaram caminhando para uma radicalização, que justificou, em certa medida, o clima tenso das lutas sociais, que justificariam, mais tarde em 1964, com o golpe militar. Não foi coincidência, o fato de que após o golpe, os sindicatos passam a sofrer um rígido controle do estado militar. Como podemos perceber em Keck:

[...]. Após o golpe, o governo militar utilizou a fundo todos os poderes que lhe conferia a legislação trabalhista corporativista para aumentar o controle sobre o movimento sindical. Entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas por ele nomeadas. Destas intervenções, 80,6% (ou um total de 432) ocorreram entre 1964 e 1965 e, dentre elas, 383 tiveram lugar em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações, afetando, assim, 18,75% dos sindicatos, 42% das federações e 82% das confederações do país. Só em São Paulo, 115 sindicatos, bem como 7 federações num total de 18, sofreram intervenção. [...]. (KECK, 2010, p.96)

A partir deste quadro, os dirigentes sindicais acabaram por desempenhar funções, que na prática, não representavam os anseios mais relevantes para os trabalhadores, como por exemplo aumento salarial. Suas ocupações acabaram ficando na esfera de programas de auxílio social. No entanto, justamente este fator, o fator salarial, será o responsável pelo despertar de um “novo sindicato”. Uma política de arrocho salarial promovida pelo governo acabou por precarizar a situação dos trabalhadores, que em um contexto de “milagre econômico”, não vislumbravam sequer o seus “santos”. (KECK, 2010).

Além disso, os meandros das técnicas de “cortina de fumaça” empregadas pelo governo militar, para de certa forma, “mascarar” a realidade econômica a seu favor, vieram à tona em um determinado momento, como destaca Keck (2010, p.97):

[...]. Como se não bastasse o arrocho salarial, o DIEESE, instituição de pesquisa dos sindicatos, descobriu provas de que em 1973 o governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. Um grupo de economistas do Banco Mundial confirmou os dados do DIEESE, afirmando que em 1973 o índice correto deveria ser de 22,5%, e não de 14,9%, conforme afirmara o governo. A *Folha de S. Paulo*, de 31 de julho de 1977, publicou resumos de várias partes desse relatório. A Fundação Getúlio Vargas, responsável pelo cálculo desses índices, publicou no mesmo mês uma “revisão em suas contas” de 1973, onde o índice de inflação anteriormente

apresentado subiu de 15,5% para 20,5%. Tomando conhecimento do fato, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo solicitou ao DIEESE um estudo estimativo do aumento salarial adicional que os metalúrgicos deveriam ter recebido, caso não tivesse havido a manipulação dos índices. A resposta do DIEESE foi um índice de 34,1%. [...].

Como resultado do estudo acima citado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, juntamente com demais sindicatos, ousou em lançar uma campanha para a reposição dos reais índices divulgados pelo estudo. Essa postura dos sindicatos, representada pelas reivindicações despertava nos trabalhadores uma nova visão a respeito do sindicato. Novamente a estrutura sindical colocava-se como representante dos anseios da classe operária.

A partir da greve de 1978, foi possível perceber a intensidade da mobilização entre os trabalhadores, devido ao movimento de greve não ter sido apenas motivado pelos fatores econômicos (o aumento salarial), mas sim pela necessidade de uma representação política capaz de levar suas expressões à mesa de negociações. A confiança depositada pelos trabalhadores no sindicato transfigurou-se em uma confiança nos próprios líderes sindicais. Com isso, a capacidade de mobilização e enfrentamento dos sindicatos perante a estrutura industrial, e posteriormente a estrutura do governo, teve um aumento significativo. (KECK, 2010).

Com a mobilização demonstrada pelos metalúrgicos de São Bernardo, eclodem a exemplo disso outras greves em várias regiões diferentes do país, demonstrando assim, a insatisfação geral e fortalecendo a iniciativa de enfrentamento como método de luta. Em 1979, outra greve, dessa vez com os trabalhadores ainda mais coesos e mobilizados, provocou uma onda, por todo o país, de trabalhadores dos mais variados setores, reivindicando seus direitos, e muitas vezes não apenas em favor somente da questão salarial. Mesmo, invariavelmente tendo que, em algumas negociações, ter que ceder; de um modo geral, o movimento foi vitorioso por simbolizar o despertar da organização e mobilização de múltiplos setores trabalhistas na representação da classe trabalhadora, forçando assim a existência de diálogos. (KECK, 2010).

A ampla cobertura dos meios de comunicação de massa, ao chamar a atenção de milhares de brasileiros para o que estava ocorrendo, sobretudo as mobilizações mostradas e aos acalorados discursos nas reuniões e assembleias, na qual Lula já demonstrava sua capacidade de carisma e oratória, já que utilizava uma linguagem simples, popular e que até mesmo sua aparência física, o identificava como um trabalhador; fez com que o movimento

tivesse visibilidade suficiente para qualificar a grandeza do que estava acontecendo naquele momento.

Por outro lado, os próprios dirigentes sindicais, à frente da greve, perceberam que a movimentação de greve era um método de luta, porém nem sempre o mais eficaz. Enfrentar um aparato industrial e estatal necessitava de uma organização política densa e institucionalizada, para “maximizar os lucros” (conquistas da classe trabalhadora) e “minimizar as perdas” (sustentação em períodos de greves, prisões, perseguições, etc.). Como fica demonstrado em Keck (2010, p.101):

[...]. Em razão de sua extensão e da atenção que, juntamente com Lula, mereceram dos meios de comunicação de massa, as greves de 1978 e 1979 mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos. Mas também convenceram alguns líderes sindicais de que só a greve era insuficiente, enquanto o Ministério do Trabalho e o aparelho repressivo do Estado intervissem em favor dos patrões. Já que a resposta do governo transformaria automaticamente uma greve industrial em greve política, os trabalhadores precisariam de um instrumento político para fazer com que sua voz fosse ouvida. Especialmente para os metalúrgicos, que continuavam a representar o cerne do “novo sindicalismo”, a ideia de formar um partido próprio entrou na agenda das discussões [...].

Entre 1978 e início de 1979, as primeiras discussões em torno da possibilidade de criação de um partido, começaram a fazer parte das conversas e reuniões dos sindicatos mobilizados. De um modo geral, a ideia de formar um partido era aceita por todos, porém, algumas divergências existiam quanto ao momento certo para isso, visto que tratava-se de um recomeço das instituições democráticas no país.

De início, alguns líderes ocuparam-se de sintetizar os debates e reflexões presentes nas reuniões em um único documento. Assim, Jacó Bittar, Paulo Skromov Matos, Robson Camargo e Wagner Benevides criaram a *Carta de Princípios*. Entre os detalhes abordados na carta, destacou-se a conjuntura política daquele momento, bem como algumas possíveis direções do partido que seriam seguidas em sua trajetória. Um dos aspectos de maior relevância presente na carta foi sobre a necessidade de se formar um partido da classe trabalhadora. Neste sentido, o documento ainda demonstrava o contexto de exploração e desigualdade entre as classes e os desafios enfrentados para concretizar o processo de formação de um partido dos trabalhadores. Ao longo do conteúdo da carta é possível também perceber a busca por um afastamento dos conceitos leninista e stalinista e uma aproximação com uma luta socialista democrática. O documento defende ainda um engajamento da classe trabalhadora nas grandes decisões do país, destacando o fato de que o partido não deveria ter

“donos” e sim, apenas tendo sido construído por meio da atuação de lideranças e bases do sindicato.

*Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.(...). É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.<sup>16</sup>*

Na carta é possível perceber uma análise da conjuntura política brasileira, com o processo de Abertura Política frente ao desvanecido regime militar, na qual a mesma análise chama atenção para o fato de que este processo acima citado foi promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime. Este fato, na visão dos autores da carta, contribuiria para a manutenção do controle sobre a classe trabalhadora, reafirmando assim, a necessidade de uma representação política na forma de um partido.

É possível perceber, uma avaliação quanto ao papel do MDB, suas limitações e as divergências com os interesses da classe trabalhadora.

*O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes. (...) Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada. Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas.<sup>17</sup>*

<sup>16</sup> Carta de Princípios. Documentos PT.

<sup>17</sup> Idem.

Encaminhando-se para o final, o documento ainda enfatiza o Partido dos Trabalhadores como um partido de luta contra a exploração, formado pelas camadas populares e com a aglutinação de diferentes segmentos de trabalhadores e estudantes, com o compromisso de uma luta através da democracia para chegar ao socialismo.

*Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais. Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões: lideranças populares, mesmo que não pertençam ao Partido; e todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade, e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT. O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.<sup>18</sup>*

A intenção do ato era acelerar o processo de discussão, debate e acertos, para logo em seguida registrar o partido. Porém, ainda caberiam muitas discussões, críticas e divergências entre os membros sobre de que forma seria criado o partido. Esse processo ao longo do tempo provou-se necessário, visto que o novo partido não carregaria tão somente o caráter de “partido dos metalúrgicos”, afinal, ao adentrar em um partido, supõe-se que o indivíduo vá expressar a sua própria vontade e não exclusivamente as decisões do sindicato.

Além destes fatores, uma relativa influência do MDB na forma como seria criado, e no posterior uso político deste partido era verificada. Além disso, após sucessivas vitórias do MDB, que acabariam instigando a eclosão de movimentos sociais, sendo vistos de uma percepção de legitimidade, o governo militar acaba de certa forma encurralado e estabelece a partir de 1979, o pluralismo partidário através da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). A iniciativa de certa forma buscava acalmar a instabilidade aparente, mas ao mesmo tempo manter certo controle, dentro de um espaço político limitado.

A partir deste fato, a organização, definição e registro do partido tornaram-se urgentes. Muito se discutia sobre em que medida, a organização sindical influenciaria no

---

<sup>18</sup> Ibidem

partido, ou se os sindicatos iriam acabar subordinados ao agora “partido dos trabalhadores”, entre amplas discussões, que se alastraram por outros espaços além dos sindicatos de São Paulo, envolvendo a exemplo de núcleos de trabalhadores organizados no Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia e Minas Gerais. Em fevereiro de 1980, em uma reunião no dia 10 de fevereiro, no Colégio Sion em São Paulo foi fundado o Partido dos Trabalhadores. (KECK, 2010).

Como principal característica presente na sua fundação, o partido sintetizava o processo político pelo qual o país atravessava. Como bem expressa Benedito Tadeu César, “o PT nasceu assim, quase que como o coroamento do processo de (re)ativação da participação popular, no espaço da sociedade civil, vivido no país durante a década de 1970”<sup>19</sup>. Dessa forma, a multiplicidade de seus geradores criou uma dinâmica interna, que marcou sua própria identidade. (LACERDA, 2008).

Como um segundo elemento, existente na gênese do Partido dos Trabalhadores, vários grupos intelectuais e revolucionários, remanescentes ainda da luta contra o regime militar, que viam no PT uma atualização dos moldes marxistas, que previam uma organização surgida da iniciativa dos próprios trabalhadores e que sendo um partido novo, estaria longe do “velho jogo político”, das estruturas viciantes do poder e que dessa forma, teria autonomia suficiente para lutar por projetos e causas verdadeiramente operárias.

Por fim, um terceiro setor ainda compunha a base de grupos responsáveis pela estruturação do partido: Os setores progressistas da esquerda católica. Desfrutando de uma posição de neutralidade, desde o golpe de 1964, os setores progressistas da Igreja foram emergindo com uma postura crítica, que com o limiar da Teologia da Libertação, transformou-se em confronto contra o sistema político vigente. Apoiados nas chamadas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, onde se praticava uma crítica ao capitalismo produtor de miséria e fome, alcançando uma significativa parcela da população, devido à metodologia em utilizar o sentimento religioso cristão, com o envolvimento com as causas sociais, para mobilizar adeptos; a Igreja foi uma força presente, atuante e fundamental para legitimar a representatividade do recém-nascido e já batizado “partido”. (LACERDA, 2008). Sendo assim, a união da Cruz, da foice e do martelo e da solda, fez surgir um novo ator no palco da política brasileira. Marxistas leninistas de mãos dadas com cristãos e sindicalistas fizeram surgir abaixo da linha do equador, o socialismo do século XXI.

---

<sup>19</sup> CÉSAR, Benedito Tadeu. PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991). Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

Já em 1982, em sua primeira experiência eleitoral, o PT demonstrava a que veio, lançando candidatos na maioria dos estados da federação e candidatando-se aos mais variados postos políticos, elegendo deputados federais, estaduais e vereadores por todo o país.

Em 1984, outro grande *boom* que proporcionou uma maior visibilidade e consequente popularidade foi o envolvimento do partido na campanha das Diretas Já. O partido engajou-se na luta já no início do movimento e talvez por encarnar o espírito de renovação, aliado à luta pela possibilidade de voto direto, acabou por representar a nova escolha para os eleitores brasileiros. Da mesma forma, a coesão com a qual o partido participou, redefiniu e afastou as incertezas presentes no partido, solidificando seu rumo, como destaca Aarão Reis:

[...] No plano interno, a campanha das *Diretas-Já*, sintetizando os movimentos sociais e as lutas político-eleitorais, contribuiu para unificar as tendências do PT, colocando entre parênteses, ao menos temporariamente, possíveis dissensões e contradições que já se desenhavam entre os que priorizavam as lutas eleitorais, as reformas e as negociações, e os que entendiam que o primado deveria pertencer às lutas sociais, ao confronto e, no limite, à revolução [...] (AARÃO REIS, 2007, p.8)

E, além disso, o mesmo autor enfatiza que:

[...] No conjunto, porém, fortaleceram-se no Partido as tendências mais radicais. E isto ficou manifesto quando da expulsão dos parlamentares petistas que, contrariando decisão partidária, votaram na chapa constituída por Tancredo Neves-José Sarney, no Colégio Eleitoral, depois da derrota política, no Congresso, da emenda que restabelecia as eleições diretas. Apesar do prestígio, e da notória militância, os deputados foram punidos por não haver cumprido o papel de *braço parlamentar* do Partido e dos movimentos sociais. [...] (AARÃO REIS, 2007, p.8)

Em finais da década de 1980, o tão sonhado momento reservado ao povo brasileiro havia chegado. Após quase trinta anos, sem poder votar em seu representante maior, a Constituição Brasileira de 1988 havia garantido o principal baluarte da democracia: as eleições diretas para presidente.

Mal havia anunciado os “páreos”, e os primeiros “galopes” eram realizados. Intensa mobilidade de massas, comícios grandiosos, manifestações nas ruas e uma euforia programada para levantar as “primeiras apostas”, com uma relativa indecisão no ar.

Este era o cenário existente em um Brasil maravilhado novamente com a democracia. Após um breve período de uma profusão de candidatos, em alguns momentos causando ares

cômicos ao processo eleitoral; os três finalistas apontam no caminho para a presidência: Lula, Collor e Brizola.

O PT “naturalmente” lançou seu nome e seu símbolo maior: Luís Inácio Lula da Silva. Em certa medida, o estereótipo fundiu-se com a realidade histórica do candidato e do próprio partido. Um trabalhador, líder dos trabalhadores, retirante nordestino e trabalhador operário, sob certo aspecto aproximou o tipo específico de eleitores com o projeto político do PT.

O cartão de apresentação do partido e do candidato era de certa forma, uma ousadia que o contexto da época não permitiria acontecer. Um projeto reformista, mas, sobretudo revolucionário, que previa uma ampla reforma agrária, a negação da dívida externa e o questionamento do modelo econômico social vigente; direcionando para um projeto pautado no povo e na superação das desigualdades sociais no país. Algo que a grande maioria, ou por posição definida, ou mesmo alienação não estaria disposta a apoiar. Além disso, a guerra fria pairava sobre o ar, com o grande “medo comunista” ainda presente no imaginário eleitoral; algo que com o tempo provou-se permanecer.

Porém, para além dos prognósticos ruins, a visibilidade proporcionada pelo processo eleitoral favoreceu o partido e seus principais líderes. O fato de ser um processo eleitoral amplamente televisionado e noticiado, com debates entre os presidenciáveis, instigava a população a olhar de uma forma diferente para os candidatos.

No outro extremo, Fernando Collor, um candidato desenhado, pensado e articulado às pressas, sob a égide neoliberal, porém disfrutando de uma simpatia por parte do incauto eleitor brasileiro, mas que na prática, representava a direita organizada e as elites sociais. Além de posicionar-se como o jovem, o novo, o bonito, em detrimento do “sujo e analfabeto” candidato trabalhador.

Por fim, Leonel Brizola, representante do Partido Democrático Trabalhista – PDT, o mais tradicional entre os três, era um sobrevivente político do golpe civil-militar e que ainda carregava a tradição reconhecida pelas esquerdas, em um histórico de lutas em prol das causas sociais e que inteligentemente apresentava uma proposta moderada, ainda que um fervoroso herdeiro dos moldes populistas de grandes falas e intensos discursos.

A previsão de que a disputa seria polarizada entre os candidatos Collor e Brizola, mostrou-se falha. A facilidade de comunicação demonstrada por Lula e a grande capacidade

de mobilização da militância do PT, levaram Lula, por uma diferença pequena de votos a disputar o segundo turno com Collor.

A possibilidade de vitória de Lula assustou e mobilizou os setores da direita e das elites, em estratégias “maquiavélicas” para inibir o “candidato operário”. Não faltaram artifícios e difamações pessoais, na tentativa de minimizar a força do candidato petista. Para isso, as elites contaram com amplo e “descarado” apoio da mídia para minar a imagem de Lula, confrontando contra o “operário analfabeto, barbudo e comunista” com o “moderno, arrojado, bonito e caçador de marajás”, representado pelo Collor.

Parafraseando a já citada natureza incauta do eleitor brasileiro, em 1989 é eleito Fernando Collor de Melo. Apesar de não ser prioritariamente a opção da direita elitizada, Collor serviu ao propósito de afastar o perigo petista, representado por Lula. No entanto, a derrota nas eleições de 1989 não inibe a força do PT, mas ao contrário, catapulta sua popularidade e difunde como novo líder da oposição. O partido ainda tem o privilégio de contemplar o governo de Collor, com seus múltiplos erros e reverter as inverdades ditas durante a campanha, quando em determinado momento, foi divulgado que se Lula fosse eleito iria “reter o dinheiro da poupança dos brasileiros”, algo que justamente depois, o próprio Collor iria fazer. Isso de certa forma pôs em cheque a escolha do eleitor brasileiro de 1989.

No entanto, a derrota na disputa presidencial, para o candidato neoliberal e novo do ponto de vista político, não abalou a posição do Partido dos Trabalhadores, muito menos de seu principal líder; Luís Inácio Lula da Silva. A partir destes desdobramentos, o partido passou a figurar entre as principais forças da oposição e da esquerda brasileira, tendo inclusive papel de destaque nas denúncias ao governo Collor e o subsequente impeachment do mesmo em 1992.

Nos anos posteriores, apesar das dificuldades em enfrentar a popularidade vivida pelo governo de FHC, o Partido dos Trabalhadores manteve-se ativo e promovendo uma oposição feroz, sobretudo no segundo mandato tucano, promovendo ações e manifestações contra a política de privatizações promovidas pelo governo FHC e ao alinhamento cada vez mais evidente à política norte-americana. Neste sentido, o partido passou por múltiplas metamorfoses, para adequar o “paladar” de parte significativa do eleitorado brasileiro, que ainda temia o “medo comunista”, tão bem difundido em tempos anteriores.

Desta forma, apresentando um Lula mais “paz e amor”, e mostrando um partido inovador e moderno, com um programa político que estava adequado ao contexto globalizado

em que se vivia e afastando um pouco a estigma de “partido sindicalista”, nas eleições de 2002 o Partido dos Trabalhadores finalmente chegaria ao poder, com Luís Inácio Lula da Silva sendo eleito presidente.

### **3.1- A FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA DIOCESE DE CHAPECÓ**

“A Burguesia (e o proletariado) produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”. Com esta frase retirada do Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels, é possível estabelecer uma análise do contexto existente em Chapecó ao longo das décadas dos anos de 1970 e 1980, que justificou o nascimento da expressão que identificaria a região oeste de Santa Catarina e especificamente Chapecó, como “o celeiro dos movimentos sociais”.

Para melhor compreender a origem, ou mesmo a explicação das afirmações acima, é preciso voltar o olhar para um período anterior, na formação e desenvolvimento de Chapecó. Especificamente nos anos subsequentes à década de 1950, com a “onda desenvolvimentista”, que vinda de um contexto nacional, atingiu a região sob a forma da implantação de grandes iniciativas no setor frigorífico, que em pouco tempo evoluiu para um grande conglomerado agroindustrial, representado sobretudo pela industrialização de aves e suínos. (PAIM, 2006)

Como consequência direta, a região assistiu a um crescimento populacional descontrolado, o que desencadeou outras preocupações como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outras necessidades urgentes, que notadamente foram ignoradas pelos governantes, que maravilhados com o “crescimento em números”, ignoraram o “crescimento em almas”. No ímpeto de favorecer sem precedentes ao desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, foram criadas medidas que claramente favoreciam a instalação de grandes empresas. Como exemplo claro disso, podemos citar benefícios como isenção de imposto, serviços gratuitos de terraplanagem, redes de energia e terrenos gratuitos. (PAIM, 2006).

A vista de tão imponentes incentivos, grandes frigoríficos como a Sadia S.A. e outras empresas do ramo, como Perdigão S.A., instalara-se neste período na cidade, bem como o fortalecimento de outras empresas já existentes, a exemplo da Aurora e do Chapecó. A

mudança que ocorria no modo de industrialização urbana, logo se estenderia para o campo, com sua inevitável e impositiva modernização. (PAIM, 2006).

No início deste processo, destaca-se o estabelecimento no campo, do sistema de integração, onde o agricultor limitava-se a fornecer a propriedade, as instalações e a mão de obra e a empresa com o controle absoluto sobre a produção. Isso retirou a autonomia dos agricultores, que afastavam-se cada vez mais da característica produção familiar, tendo que se adequar subitamente à lógica industrial. Este fator fica implicitamente evidente, quando as empresas vão sistematicamente interferir até mesmo na escolha da raça dos animais a serem produzidos. Isso foi demonstrado com a difusão da temida “peste suína africana”, que incultiu uma “grande suposta epidemia” que justificava a substituição das raças utilizadas pelos agricultores, pela opção sugerida pela empresa. Sendo assim, os frigoríficos aparentemente, além de produzir carne industrializada também produziam “epidemias”, para impor seu modelo de produção. As suspeitas em torno da veracidade da peste, começaram a despertar um sentimento de inconformismo com a situação, algo evidente no seguinte trecho:

[...] Na verdade os agricultores não enxergavam nenhum suíno doente e de repente vinha uma determinação e, da noite para o dia, aparecia uma tropa militarmente aparelhada para fazer a matança. Vinham inclusive com retroescavadeira, abriam uma vala enorme, carregavam os suínos dos chiqueirões, derrubavam nas valas e os soldados, com fuzis iam matando. No interior de Saudades, por exemplo, foram disparados mais de mil tiros de fuzil naquele dia, onde foram fuzilados em torno de mil suínos. [...] (POLI, 1999, p.68).

É inegável que múltiplos fatores foram responsáveis pela eclosão de movimentos sociais e de contestação ao contexto existente naquele período na região, até mesmo com diferentes formas de atuação e liderança. Porém, pelo fato de tratar-se de uma região, na sua maioria formada por agricultores, e sendo o interior do estado carregando ainda a marca da agricultura familiar; a suspeita de que a disseminação da “peste” era algo forjado, fez com que este fato, despertasse uma mobilização e engajamento da população na reivindicação de seus interesses. Como é possível observar em Paim (2006):

[...] As evidências da não-existência da doença foram tantas que a população, auxiliada pela Igreja, veterinários e técnicos agrícolas, “descobriu” que a peste suína nada mais foi do que uma farsa, uma estratégia do governo e das agroindústrias, para eliminar definitivamente a produção autônoma de suínos na região; o que causou indignação geral [...].

E a conseqüente mobilização e protesto frente à evidência de fraude, presente demonstrado no mesmo trecho do autor:

[...] Em protesto, ocorreu uma grande manifestação pública, que reuniu mais de 25 mil pessoas no estádio Índio Condá. Os manifestantes seguiram pelas ruas da cidade de Chapecó. Foi a primeira grande manifestação no fim da década de 1970, ainda na vigência do regime militar. Este protesto foi um marco na memória do Oeste Catarinense, o que reforçou e desencadeou o surgimento de quatro importantes movimentos sociais na região. [...] (PAIM, 2006).

É importante destacar, que a onda de contestações à ordem vigente, observadas a partir do final da década de 1970, seguiam uma lógica de mudanças políticas que vinham de um contexto nacional.

Sendo assim, se por um lado o recrudescimento das relações capitalistas no campo, representado aqui pela forte expansão da agroindústria frigorífica na região oeste catarinense, economicamente simbolizou um motivo forte o suficiente para despertar movimentos de luta social contra a exploração no campo, algo que foi ainda mais inflamado com as suspeitas em torno da “peste suína africana”; por outro o despertar de um agente aglutinador e motivador na região, que arrebanhando estas lutas, organizou os movimentos para o embate social, foi a atuação do bispo D. José Gomes, na Diocese de Chapecó.

Uma vez unidos estes dois fatores, economicamente, a exploração capitalista no campo e politicamente, a atuação de Dom José, foi se construindo e consolidando uma rede de resistência apoiada na formação crítica e política, na vivência comunitária e religiosa e no ativismo social em defesa das populações atingidas pelo modelo econômico implantado.

A atuação de Dom José também não significava uma postura isoladamente pessoal do líder. A chegada do bispo em 1968 na liderança da Diocese de Chapecó representava uma nova direção tomada pela Igreja naquele período, algo que trazia em seu bojo teórico e prático, as lições e direcionamentos do Concílio Vaticano II, das conferências de Medellín e Puebla e sobretudo da chegada por aqui, da Teologia da Libertação, significativamente resumida na expressão: “Opção preferencial pelos pobres” (PAIM, 2006).

Com esta força somada ao já crescente descontentamento e a desconfiança sobre as reais intenções da agroindústria, em face da já visível precarização das condições de vida no campo; muitos agricultores e populações em situação de perda de direitos, passaram a aproveitar a formação política dentro dos diversos grupos e espaços presentes na Igreja, para mobilizar e organizar movimentos de luta contra as arbitrariedades vividas (PAIM, 2006).

Destes descontentamentos, foram gerados vários movimentos, nascidos no calor da luta pela terra e pelos seus direitos: Movimento dos Trabalhadores sem Terra, Movimento das

Mulheres Agricultoras, Movimento da Retomada das Terras pelos Índios, Movimento dos Atingidos por Barragens e ainda, um movimento que defendia a reorganização dos sindicatos rurais, para uma organização que realmente representasse as lutas e direitos dos trabalhadores do campo.

Se a modernidade trouxe investimentos econômicos e “desenvolvimento” para a região oeste de Santa Catarina, o seu mais significativo “efeito colateral” foi o despertar da consciência política e de classe, que foi capaz de organizar as lutas, de uma forma igualmente moderna, porém, utilizando-se da tradição religiosa da Igreja.

A partir daí, intensificou-se o surgimento e organização de lutas, tendo como polo central, da região oeste de Santa Catarina, a cidade de Chapecó. A atuação da Igreja, sob o formato popular e pautado na Teologia da Libertação, aliado ao fato de ser a sede da Diocese, contribuiu para referenciar a cidade como “polo” dos movimentos sociais da região. Dentre os movimentos mais significativos e expressivos, tanto em suas reivindicações quanto em suas ações, destacam-se três movimentos, que estão intimamente ligados à questão da terra e ao capitalismo no campo: O movimento dos índios do Toldo Chimbangue, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (PAIM, 2006).

Quanto ao movimento de luta pela demarcação de terras, liderado pelos indígenas da etnia Kaingang, que em 1984 expulsaram os colonos das terras e pressionaram o governo pela demarcação das terras, em um contexto de intensa luta e organização na tentativa de assegurar a plenitude do uso e permanência na terra. Entre as ações utilizadas na luta, desde manifestações, ocupações, acampamentos; até mesmo chegando ao sequestro de representantes do INCRA. Estas ações, considerando o contexto do país, naquele momento, ainda vivendo sob a égide de um regime ditatorial, torna o movimento ainda mais significativo, em vista do que representava. (PAIM, 2006)

Outro movimento que surgiu na região de Chapecó, no início da década de 1980 foi o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA). Surgido na região de Itaberaba, foi um movimento que reuniu lideranças religiosas, políticas e rurais, que buscavam uma maior representação da mulher camponesa nos sindicatos rurais, uma área majoritariamente ocupada por homens. A modernidade das lutas sociais atingia também a sociedade rural da época: a mulher também podia ir a luta, não atrás do marido, mas ao seu lado, com suas próprias reivindicações e anseios. De uma forma ou de outra, a eclosão e profusão dos movimentos,

sugeriu essa autonomia e incentivou as mulheres a assumir o protagonismo das lutas (PAIM, 2006).

Outro significativo movimento foi o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), eclodiu como resposta a mais uma ameaça surgida no campo: as terras atingidas pela construção de usinas hidrelétricas sobretudo no alto Uruguai. A existência de um projeto voltado para a produção de energia elétrica, o projeto Uruguai, concebia a construção de 25 barragens, ao longo da Bacia do Rio Uruguai e que implicava na inundação de 25 mil hectares de terras. Colocando assim em risco, algo próximo de 40 mil famílias, localizadas entre o oeste de Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul. (PAIM, 2006)

A organização do movimento, seguiu-se por uma diversidade de pautas e reivindicações, que forma modificando-se ao longo da formação e atuação do mesmo. Primeiramente a luta pautou-se no pagamento justo das indenizações pela perda da terra, posteriormente a troca da terra por terras mais próximas, e por fim, chegando a existir a luta contra a construção das barragens.

Por fim, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o qual não é uma exclusividade do oeste de Santa Catarina, pois originalmente surgiu em outros estados da região sul, porém, inserido neste recorte histórico tem sua representatividade justificada neste espaço. A constituição deste movimento na região oeste, deve-se à forte atuação e apoio da Igreja Luterana e da Igreja Católica, esta última representada pela CPT, no trabalho intenso de formação de base e lideranças, juntamente com articulação das comunidades rurais no final da década de 1970 e início da década de 1980. (PAIM, 2006)

Essa organização, desencadeou em 1980, uma sequência de movimentações e ocupações, iniciada com a ocupação da Fazenda Burro Branco, do município de Campo Erê, e cinco anos mais tarde nas chamadas Operação Integradas de Ocupação Simultânea; que levaram mais de duas mil famílias a ocupar 13 áreas diferentes em uma mesma noite. Demonstrando assim o alto nível de organização, adesão e mobilização do movimento. (PAIM, 2006)

Invariavelmente, estes e outros movimentos contribuíram para expor as lutas sociais existentes na região e legitimar a organização institucionalizada de uma atuação política mais efetiva perante a sociedade de uma modo geral. Ao longo do regime militar, os movimentos sociais foram tratados de forma austera e intolerante pelo governo. Muitas vezes sendo caracterizados como terroristas, desocupados ou mesmo baderneiros. Porém, o diferencial

existente na região oeste, é de que agora, tratava-se de trabalhadores rurais, ligados à Igreja Católica e que reivindicavam o direito à terra, ao trabalho, sob uma perspectiva comunitária. Isso, aos olhos da sociedade, mesmo invariavelmente tendo casos de oposição, desmonstrava uma certa legitimidade moral. (PAIM, 2006)

Neste sentido, demonstrou-se eficiente o trabalho desenvolvido sobretudo pela Igreja Católica, na formação e mobilização dos diferentes grupos ligados ao objetivo de promover formação política e social, com vistas às lutas por melhores condições de vida, tanto no campo quanto nas cidades, promovendo uma integração dos anseios das camadas populares, vislumbrando uma representatividade política para as mesmas.

A formação promovida pela Igreja, preocupou-se por formar uma classe de militantes, com capacidade crítica desenvolvida, porém construída sob o viés popular. Em suma, a formação política veio acompanhada de uma prática voltada para a viabilização destes conceitos, tão logo quanto fossem aprendidos. A postura militante era exigida no dia a dia não somente nas grandes questões estruturais, mas também na forma de viver no mundo que os cercava. Neste sentido, a Igreja também preocupou-se em trabalhar estas questões com os mais velhos, mas com maior ênfase nos mais jovens, que engrossavam as fileiras do movimento nos grupos de jovens e organizações juvenis ligadas à Igreja. Como nos demonstra o trabalho de Flora (2006):

[...] O jovem precisava ser preparado para uma militância consciente no embate na sociedade capitalista, sempre fundamentado nos preceitos religiosos da Teologia da Libertação. Era exigida dos jovens uma participação efetiva que atribuía aos militantes uma série de deveres e obrigações que deveriam ser cumpridos para garantir o bom êxito nessa empreitada. A programação para o setor juvenil rural trazia a preocupação em elaborar a identidade do jovem militante, por isso estava prevista a inserção nos diferentes espaços de atuação juvenil rural, no sentido de uma iniciação à prática militante, que exigia uma mudança de mentalidade dos jovens rurais, a qual, implicitamente, trazia a ideia de renovação da igreja e da sociedade. [...]

A forma didática como a Igreja empreendeu esta tarefa, foi em certa medida. Tão ou mais efetiva que os estabelecidos grupos de esquerda, que grandes conhecedores de Marx, afastavam-se do grande motivo de toda grande revolução: O próprio povo. A proximidade com que a Igreja desenvolveu este trabalho junto às comunidades, na simples expressão do ditado “colocar a mão na massa”, foi em certa medida responsável pelo sucesso da coesão e mobilização da classe camponesa e trabalhadora.

A presença de padres, freis e líderes religiosos em acampamentos, assentamentos, sindicatos, comunidades rurais, bairros pobres e operários era algo tão comum quanto rotineiro. Sendo assim, a forte base foi construída sob forte coesão e representação social. Isso de certa forma, mesmo que indiretamente, traduzia uma ideia de suporte, de existir uma preocupação real com os problemas e reivindicações do povo ali organizado. (FLORA, 2006).

Porém, apesar de toda mobilização e formação empenhada pela Igreja e suas múltiplas frentes, o espaço de atuação e participação foi pouco a pouco perdendo suas possibilidades, devido a múltiplos fatores, entre eles o eminente fim do regime militar, o qual já era anunciado e previsto. Com o fim do regime militar, a oposição e luta antes feita por intermédio dos movimentos sociais e de lutas, agora, seguindo o sistema democrático, será feito através dos partidos políticos.

Outro fator, que se percebe neste contexto é o fato de que, particularmente as camadas mais jovens presentes nos movimentos coordenados pela Igreja, em um movimento contrário, estimulados pelas ideias de contestação, passam a afastar-se cada vez mais dos assuntos religiosos, algo que erroneamente, a Igreja havia tentado conciliar com o engajamento político, uma proximidade com os assuntos religiosos; algo que notadamente não ocorreu. Como podemos perceber em Flora:

[...] A igreja como uma instituição religiosa se preocupou em enquadrar a atividade do jovem à sua doutrina, já que se sentia ameaçada com o esvaziamento de sua crença e fé. Nesse sentido identificamos um paradoxo: o momento em que o jovem despertava para a militância era também o momento em que ocorria o questionamento da fé. [...] (FLORA, 2006, p.96)

No entanto, apesar da contrariedade de seus objetivos, a Igreja buscou então, empreender um direcionamento a esses grupos, incentivando a adesão da militância política em partidos, ou subjetivamente, em um partido que fugisse das corriqueiras ideologias já existentes, ou mesmo buscando um partido que representasse e reivindicasse as mesmas lutas e projetos que eram defendidos antes nos grupos de formação da Igreja.

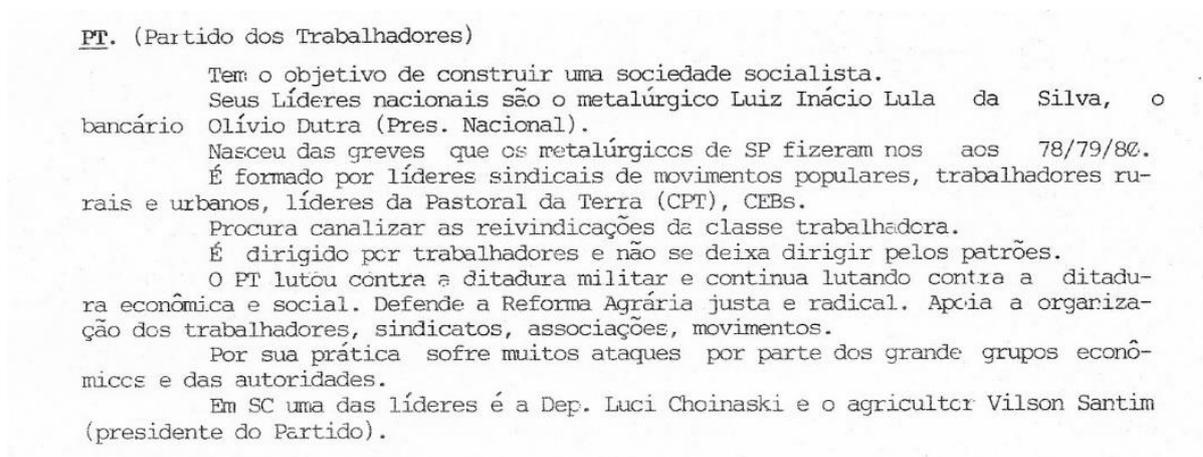
Dentro deste quadro, a Igreja opta por um partido novo, que surgindo do seio da classe trabalhadora e carregando a identidade das lutas também praticadas aqui na região oeste de Santa Catarina, encaixa-se no projeto defendido pela Igreja para a atuação de seus militantes. O partido novo escolhido e acolhido no seio destes novos movimentos foi o Partido dos Trabalhadores, surgido em um cenário em que múltiplos atores, entre eles os

setores progressistas da Igreja, junto ao sindicato dos metalúrgicos do ABC, bem como setores da esquerda brasileira. Como podemos verificar:

[...] O fato de a atuação na PJ para muitos jovens ter sido paralela, e para outros se confundir com o PT, fez com que a juventude aos poucos se tornasse crítica da sua atuação e da condição em que militava. A migração para o partido se tornou uma necessidade classificada por alguns como “natural” ou uma “etapa superior necessária” para a realização da ideia de transformação social que assimilaram da Teologia da Libertação. [...] (FLORA, 2006, p.110)

O direcionamento sugerido pela Igreja aos integrantes de seus movimentos, para que façam a escolha do Partido dos Trabalhadores como espaço de atuação e militância é explícito em suas publicações e cartilhas, que fazem menções ao partido e mesmo ilustrações que faziam referências ao mesmo. Apesar da grande proximidade ideológica entre os grupos coordenados pela Igreja e o Partido dos Trabalhadores, o aval, ou mesmo a legitimidade concedida pelos padres e líderes religiosos e comunitários foi de suma importância para canalizar as opções de filiação ao partido. Como podemos observar na figura abaixo:

Figura 15: Cartilha Os cristãos e a Política.



Fonte: Arquivos da Diocese de Chapecó.

Sob este cenário, as articulações dentro dos movimentos sociais da região oeste de Santa Catarina, confluíram para uma maior integralização entre os mesmos, tendo como pólo regional a cidade de Chapecó, na qual já vinha desempenhando um papel de vanguarda social, desde a chegada e atuação de Dom José Gomes. Esta soma de fatores conduz a fundação do Partido dos Trabalhadores no dia 11 de junho de 1981. (PAIM, 2006)

A fundação carregava em suas características mais notáveis, o fato de que foram os trabalhadores rurais que, ao engrossar as fileiras dos movimentos sociais, de certa forma motivaram a criação do partido. Sendo assim, majoritariamente trabalhadores rurais e Igreja foram diretamente responsáveis pelo surgimento do Partido dos Trabalhadores na região oeste de Santa Catarina. (PAIM,2006)

Neste sentido, surge uma lacuna, na qual a nível nacional era a principal identidade do partido: os operários. Isso em parte se explica pelo justificado medo que a classe operária da região mantinha devido ao histórico de perseguições e repressões empreendidas pelas grandes empresas, o que dificultava o imediato posicionamento político dos trabalhadores urbanos, mas que, na medida em que o partido popularizou-se isso também foi sendo rompido. O partido assim firmou-se no cenário político regional, criando diretórios em múltiplas cidades no entorno da grande região de Chapecó. Em 1982 esteve na disputa nas eleições municipais. O partido seguiu crescendo ao longo da década de 1980 e em 1996 conseguiu eleger o candidato a prefeito José Fristch.(PAIM, 2006)

#### **4 - ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DAS LIDERANÇAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES FORMADAS NA DIOCESE DE CHAPECÓ.**

Ao longo dos capítulos anteriores, nos ocupamos em apresentar aspectos gerais da Teologia da Libertação e sua atuação na Diocese de Chapecó, bem como o contexto histórico de sua atuação. Da mesma forma, procuramos demonstrar a forma como se deu o processo de mobilização de grupos e formação política dentro dos mesmos e a dinâmica utilizada para abordar temas sociais e políticos com um apelo religioso. Em seguida, fizemos um breve histórico sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, o contexto de sua origem, o processo que envolveu sua criação e as características presentes nele. De uma forma ainda mais breve, muito em função do escasso material bibliográfico existente sobre o tema, abordamos o surgimento do Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó. Até aqui, foi notada uma recorrente proximidade entre a formação política promovida pelos setores progressistas da ICAR neste período, com a atuação cada vez mais efetiva de lideranças e militantes dentro do PT. Por lideranças compreendemos tanto as pessoas que de alguma forma desempenhavam funções dentro dos grupos, como é o caso dos leigos, quanto pessoas que atuaram de forma expressiva dentro do PT, mas que foram fruto deste processo de formação política. É sobre este aspecto que a seguir vamos voltar nosso olhar: o processo de formação

de lideranças dentro dos grupos de atuação da ICAR e a escolha e atuação dos mesmos no PT. Para isso, analisaremos três importantes lideranças estaduais do PT, de notável destaque e história pessoal e trajetória política intimamente ligadas à Diocese de Chapecó e que estão relacionadas ao contexto histórico abordado neste trabalho. A escolha dos nomes dessas lideranças em especial, atende à intenção de analisar e compreender o processo de formação política presente no início da trajetória dos entrevistados, bem como as possibilidades de destaque na atuação dentro do PT. Compreender a formação de pessoas que vieram da base e tornaram-se líderes dentro de um partido político, nos permite uma visão sobre a construção da identidade e da consciência presentes na sua atuação política.

#### **4.1 - PEDRO UCZAI**

Pedro Francisco Uczai nasceu em 10 de março de 1963, em Descanso/SC. Filho de Stanislau Uczai e de Francisca Malinski Uczai. Formou-se em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque (FEBE), no ano de 1985. No ano seguinte, bacharelou-se em Filosofia pelo Instituto de Filosofia da Arquidiocese de São Paulo (IFSP). Em 1988, concluiu a graduação em Teologia pela Faculdade Nossa Senhora da Assunção (FNSA) e o Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Professor Universitário na área de História e Ciência Política lecionou em instituições de São Paulo e Santa Catarina: Instituto de Educação São Miguel Paulista (IESMP); Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (IDEAU); Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Nesta última, exerceu o cargo de Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, entre 1995 e 1997.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1989, tornou-se uma figura de destaque da legenda em Chapecó/SC, foi eleito Presidente do diretório municipal em duas oportunidades. Entre 2008 e 2010, presidiu o diretório do PT em Santa Catarina. Pelo PT, concorreu três vezes à vaga de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e tomou posse à: 13ª Legislatura (1995-1999), com 10.377 votos, ficou na segunda suplência e foi convocado no início de 1997, exerceu a liderança do partido, em 1998; 14ª Legislatura (1999-2003), eleito com 22.083 votos, ocupou função de 2º Vice-Presidente da Mesa Diretora da Casa, no biênio 1999-2000; e a 16ª Legislatura (2007-2011), recebeu 33.129 votos, liderou a bancada petista, em 2008.

Nas eleições municipais de 2000, elegeu-se Vice-Prefeito de Chapecó para o período de 2001 a 2004. Assumiu a Prefeitura, entre 2002 e 2004, após a renúncia do Prefeito José Fritsch (PT). Durante sua administração, recebeu o prêmio de Prefeito Amigo da Criança da Fundação Abrinq. Elegeu-se para o cargo de Deputado Federal por Santa Catarina no pleito de 2010, renovou mandato nas duas eleições seguintes: 54ª Legislatura (2011-2015), com 114.985 votos, Vice-Líder da bancada do PT, entre 2013 e 2014; 55ª Legislatura (2015-2019), recebeu 135.439 votos, ocupou a Vice-Liderança do partido, entre 2015 e 2018; e 56ª Legislatura (2019-2023), obteve 115.232 votos, o terceiro mais votado entre os eleitos, tomou posse no início de 2019.

No mandato atual participa da Comissão Parlamentar de Inquérito - Práticas Ilícitas no Âmbito do BNDES, (Suplente), desde 03/04/2019, e integra as Comissões Permanentes de: Legislação Participativa - CLP: Suplente, a partir de 12/03/2019; Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC: Suplente, desde 13/03/2019; e Educação - CE: Titular, a partir de 13/03/2019.

A trajetória de Pedro Uczai relacionada com a ICAR inicia-se desde muito cedo, visto que já integrava o seminário menor, já com dez anos de idade. O contexto na qual esta inserção acontece, coincide com a nomeação de D. José Gomes, que como evidenciado no trecho abaixo, teve grande importância no engajamento de Pedro Uczai tanto na vida monástica, quanto na formação e atuação política:

Com certeza, eu nasci em 1963 na cidade de Descanso, região do extremo oeste catarinense e cheguei em Chapecó pela primeira vez em 1973, com 10 anos de idade, quando entrei para o seminário menor. Veja que Dom José foi nomeado Bispo e assumiu a Diocese de Bagé (RS) em 1961, ano que iniciou o Concílio Vaticano II, que foi encerrado em 1965, do qual Dom José participou diretamente e significou um marco na renovação da Igreja Católica.[...] Eu comecei minha caminhada neste contexto, ainda que quando eu entrei para o Seminário Menor em Chapecó não tinha consciência disso, fui compreendendo melhor essa trajetória de mudança quando estava cursando Filosofia, já na cidade de Brusque no início dos anos 1980. Antes disso eu tinha profunda admiração pela pessoa de Dom José, mas foi neste momento que de fato eu despertei minha consciência histórica e passei a me envolver integralmente com as mesmas lutas que Dom José defendia.[...] <sup>20</sup>

Os intensos movimentos sociais que sacudiram a região da Diocese de Chapecó entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, contribuíram para despertar nos jovens

---

<sup>20</sup> UCZAI, Pedro. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por<lucassgodinhopt@gmail.com> em 22 de abril.2019.

e no povo ligado à ICAR naquele período, uma identidade com as lutas e o despertar de uma consciência de classe. É o que Pedro Uczai destaca no trecho abaixo:

[...] eu acompanhava os acontecimentos de dentro do Seminário, tinha uma admiração por Dom José e foram os acontecimentos deste período que foram formando minha consciência de esquerda e de luta de classes. Acontecimentos como a formação da CPT e do CIMI, dos quais Dom José foi presidente nacional de ambos, junto a CNBB. Dom José presidiu o CIMI nacional de 1979 até 1983 e depois a CPT de 1983 até 1987. Importante ressaltar nesse período o episódio da peste suína africana, em 1980, que Dom José liderou grandes mobilizações dos agricultores para protestar contra essa estratégia do mercado mundial que quase eliminou a produção de suínos inclusive da região oeste catarinense. Dom José foi ameaçado e perseguido por isso, mas nunca baixou a cabeça ou se curvou para os grandes. Depois foi a criação do MST e as primeiras ocupações, como foi na Fazenda Burro Branco em Campo Erê no ano de 1980, enfim, é um período intenso de lutas marcantes e que embora eu não estivesse diretamente envolvido no campo de batalhas, eu acompanhava, estudava e buscava explicações históricas e filosóficas que fundamentavam essas lutas e isso foi a base da minha formação política de esquerda. [...] <sup>21</sup>

Porém, além do engajamento e apoio às lutas, foi de fundamental importância a formação política dos grupos ligados à ICAR. A possibilidade de aprofundar a prática com a teoria política, contribuiu para a formação de pessoas com um senso crítico social relativamente apurado. Como podemos verificar no trecho abaixo:

[...] Havia muita formação dentro da igreja, desde a catequese e a liturgia, que Dom José buscava sempre empoderar os leigos para que eles fossem sujeitos do processo e compreendessem os sacramentos, os rituais da igreja como processos de comprometimento com os mais pobres. Participar da igreja para ele precisava vir acompanhado de tomar posição em defesa dos que mais precisavam, ou seja, era colocar em prática o evangelho. Mas, talvez o mais importante e genuíno movimento de formação e de organização de núcleos de base da igreja, na Diocese de Chapecó, sob a inspiração da Teologia da Libertação, foram os Círculos Bíblicos, que iniciaram em 1973, ou seja, quando eu entrava para o Seminário Menor, com apenas 10 anos de idade. [...] <sup>22</sup>

E ainda destaca que:

[...] No ano seguinte (1974) começou-se a produzir os cadernos que orientavam os encontros de família, contendo leituras de trechos bíblicos, perguntas relacionadas com a realidade das famílias, para as pessoas debater, orações e mensagens que provocam a reflexão entre teologia e prática, portanto, um grande movimento de formação de base que despertou muita gente para a luta. Portanto, não se pode falar diretamente em formação política, não havia esse viés direto, mas sempre uma reflexão que chamava as pessoas a refletir textos bíblicos relacionando com a realidade e daí perceber que ser cristão significa se comprometer com a luta por uma vida melhor, com a defesa dos mais necessitados e daí em diante, as pessoas que

---

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

despertavam sua consciência crítica encontravam nos sindicatos, movimentos sociais e no PT um espaço para colocar em prática tal aprendizado.[...]²³

Neste sentido, no caso de Pedro Uczai, a sua formação se deu sobretudo no segundo momento, quando além de fazer parte do seminário, começou a cursar a faculdade de ciências sociais em Brusque, porém ainda vinculado à diocese de Chapecó. Observando sob este aspecto, a prática social e pastoral era relacionada com a teoria. Isso fica evidente no trecho:

[...] Como relatei, no momento que isso tudo começou eu estava no Seminário Menor e tinha apenas 10 anos, portanto, fui compreendendo o significado e importância disso tudo no momento seguinte, quando estava na faculdade de Ciências Sociais em Brusque. Antes disso, o mais importante era a admiração pessoal pelo Bispo Dom José Gomes. Porém, neste segundo momento sim foi muito importante, porque a gente estudava na Faculdade, ficava no Seminário e ajudava a fazer pastoral nas comunidades, ou seja, meu primeiro engajamento prático com as pastorais e com a Teologia da Libertação foi em Brusque e não em Chapecó. [...]²⁴

E complementando no trecho seguinte:

[...] A Diocese de Chapecó era a referência e a qual nós éramos ligados oficialmente, porém, como não havia curso de Filosofia, nem de Ciências Sociais em Chapecó, até os anos 1990, os seminaristas da Diocese de Chapecó faziam sua graduação em Brusque e era o momento mais próprio para o envolvimento prático com as ações políticas, que alimentavam nossa formação política, ou seja, estabelecia uma relação entre a teoria (Ciências Sociais) e a prática pastoral, então, o Seminário passou a ser um importante espaço de reflexões e sínteses políticas. [...]²⁵

O espaço proporcionado nestes grupos, segundo Pedro Uczai, eram espaços onde predominava um ambiente democrático e popular. Tanto com relação à formação quanto às discussões e até mesmo a atuação na comunidade. Em geral, os próprios coordenadores dos grupos eram membros das famílias de vizinhos, na qual traduzia para a prática este sentido de movimento de base popular. Como verificado no seguinte trecho:

[...] Com certeza, não só era democrático e permitido como era incentivado. Na liturgia, nos cultos e missas dominicais eram chamadas as pessoas para formar os Círculos Bíblicos, que posteriormente foram chamados de Grupos de Reflexão, ou seja, buscava-se incluir a todos. Esses grupos de base eram formados por famílias de vizinhos, dois ou três deles eram escolhidos pelo próprio grupo para serem os coordenadores, que eram orientados sobre como coordenar os encontros e depois participavam de encontros paroquiais e até diocesanos, eles mesmos avaliavam o processo e apresentavam sugestões para melhorar, ou seja, era um amplo movimento de base, de baixo para cima. [...]²⁶

---

²³ Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

Dentro destes grupos citados, Pedro Uczai desempenhou papel de destaque na atuação e formação de lideranças, em uma clara continuidade da formação recebida e desta forma colocada em prática nos grupos. De alguma forma, nestas formações era mantido vivo o ideal da Teologia da Libertação de defesa política do oprimido. Como podemos perceber:

[...] Além dos Círculos Bíblicos, que depois se chamaram Grupos de Reflexão foi muito importante a formação dos Grupos de Jovens, depois chamados de Pastoral da Juventude e finalmente a Formação em Teologia para Leigos, esta sim eu atuei diretamente no papel de formador, me dediquei intensamente no início dos anos de 1990, juntamente com outro movimento chamado Fé e Política, ambos voltados para formar lideranças religiosas e também comprometidas politicamente na defesa dos mais fracos e oprimidos. [...] <sup>27</sup>

Ao analisar este processo sob o ponto de vista de alguém que participou ativamente nos grupos de formação e atuação política, é possível perceber a importância do uso do material didático utilizado nestes grupos, como por exemplo o uso das cartilhas. Tais cartilhas, na visão de Pedro Uczai eram uma espécie de guia para o diálogo e debate com a base. Como demonstrado abaixo:

[...] As cartilhas funcionavam como uma espécie de guia, de roteiro para orientar o diálogo e o debate de base. Esse tipo de material era inspirado no método Ver (a realidade), Julgar (a partir da leitura bíblica) e Agir (com proposta concretas de engajamento nas lutas). Olhando atualmente para esse trabalho podemos afirmar que se tratou de um grande movimento de formação também inspirado em Paulo Freire. Mesmo que não houvesse uma fundamentação pedagógica freireana consciente na época, na prática o que se fazia era uma prática da Pedagogia do Oprimido num espaço social mais amplo do que a escola. [...] <sup>28</sup>

Como vimos acima, a identificação com o método de Paulo Freire para a produção das cartilhas e materiais da diocese para os grupos de formação era algo facilmente associado. Sobretudo pelo apelo social e pedagógico existente no referido método. Porém, a produção deste material era ainda mais efetiva, pelo fato de que a diocese tinha autonomia para produzir um material que refletisse a realidade da sua região de abrangência.

[...] Basicamente o material era produzido na própria Diocese de Chapecó. Havia trocas de experiências, debates nos fóruns da CNBB, mas cada Diocese tinha autonomia para produzir seu próprio material litúrgico e pastoral, como é ainda hoje. O direcionamento sempre foi muito claro, ou seja, incentivar as pessoas a compreender a realidade e agir (VER-JULGAR-AGIR) concretamente na vida social e política da sua comunidade, sindicato, município, região, estado e país, sempre se posicionando do lado dos mais fracos, dos pobres e oprimidos, numa perspectiva de

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

libertação, por isso se chama Teologia da Libertação e na da conservação ou manutenção do *status quo*. Isso não é apenas uma questão semântica, porque historicamente a Igreja Católica Apostólica Romana foi um braço da dominação e manutenção da ordem e a partir de então passou a assumir uma postura de libertação, do lado dos oprimidos. [...] <sup>29</sup>

Relacionando este contexto a Thompson, encontramos uma possível conexão com a visão do mesmo sobre o processo de construção do conhecimento e na relação dialética que se estabelece entre sujeito e conhecimento. A ação do sujeito, bem como sua capacidade de inserir conceitos próprios sobre o mesmo trazendo para sua realidade de análise.

[...] minha mesa (...) Não se conhece nenhum pedaço de madeira que se tivesse jamais transformado a si mesmo numa mesa; nem se conhece qualquer marceneiro que tenha feito uma mesa de ar ou de serragem. O marceneiro se apropria da madeira e, ao transformá-la numa mesa, é governado tanto pela sua habilidade (prática teórica, nascida de uma história, ou “experiência”, de fazer mesas, bem como uma história da evolução das ferramentas adequadas) como pelas qualidades (tamanho, grão, amadurecimento) da própria prancha. A madeira impõe suas propriedades e sua “lógica” ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira. (THOMPSON, 1981, p. 26)[...]

Este contexto motivou na sequência a organização de parte destas lideranças na organização que culminaria com a criação do Partido dos Trabalhadores na diocese de Chapecó. A necessidade de uma maior organização de luta política, aliada ao contexto de redemocratização e participação política através de um partido impulsionou a ação destas lideranças. Como destaca Pedro Uczai no seguinte trecho:

[...] Nesse sentido sim pode-se dizer que o surgimento do PT foi quase que natural, pois, as lideranças que se destacaram neste trabalho inicial das pastorais se tornavam imediatamente os mesmos que começavam a organizar o PT. A reflexão sobre a necessidade de se organizar e lutar levava a conclusão direta da necessidade de organizar o único partido político que surgiu com essa mesma proposta. Muitas vezes as ações religiosas, sindicais ou de movimentos sociais e partidárias se misturavam, porque a liderança era a mesma, uma pessoa ou um grupo de pessoas coesas que lideravam a pastoral também tomavam a frente na organização das oposições sindicais especialmente dos trabalhadores rurais, dos MST, CPT e do PT.[...] <sup>30</sup>

Neste sentido, Pedro destaca ainda a forte ligação do surgimento do Partido dos Trabalhadores com o trabalho de formação de base, o chamado “ativismo de baixo para

---

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

cima”, vindo da força resultante da ação dos movimentos pastorais. Como verificado no trecho abaixo:

[...] Essa é uma característica única de um partido que surge de baixo para cima e nesse movimento se encontrava com uma mudança radical da igreja que também passou a incentivar o ativismo de baixo para cima, ou seja, pelo trabalho de base. Cada região do país e mesmo do estado de Santa Catarina o PT tem uma origem muito marcante e no oeste catarinense a grande vertente foram os movimentos ligados à Teologia da Libertação, praticamente não aparecem outros, se houve eles praticamente sumiram diante da força que tiveram as lideranças ligadas às pastorais na formação do PT da região.[...] <sup>31</sup>

E é reiterado no excerto seguinte:

[...] Como expliquei, não houve uma passagem da igreja para o partido. Simplesmente as pessoas que participavam dos Círculos Bíblicos, depois Grupos de Reflexão, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança, etc, formaram consciência de classe e foram assumindo a responsabilidade de organizar tanto os movimentos sociais e oposição sindical quanto o próprio PT. É difícil separar isso ou identificar um momento de passagem, porque as pessoas eram as mesmas, aquilo que se chama de multimilitantismo, ou seja, o mesmo sujeito participa de vários espaços de luta simultaneamente. Obviamente que o trabalho pastoral foi o precursor, aquele que abriu a mente e iniciou o processo de formação da consciência crítica, que na ciência social se chama de superação do senso comum e conseqüentemente levou ao engajamento político.[...] <sup>32</sup>

A “escolha” ou decisão em direção ao Partido dos Trabalhadores não seguiu exatamente uma decisão ou mesmo uma opção definida por uma espécie de orientação difundida de forma disciplinar ou indutiva, mas sim pela identidade das lutas dos movimentos sociais daquele contexto, que por sua vez encontrava similaridades de lutas com o nascente partido. Além disso, o multimilitantismo da época, contribuiu para formar uma consciência de classe apurada e comum, capaz de identificar os espaços de atuação e luta condizentes com suas ideologias. É o que Pedro destaca no trecho abaixo:

[...] Como expliquei, não houve uma passagem da igreja para o partido. Simplesmente as pessoas que participavam dos Círculos Bíblicos, depois Grupos de Reflexão, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança, etc, formaram consciência de classe e foram assumindo a responsabilidade de organizar tanto os movimentos sociais e oposição sindical quanto o próprio PT. É difícil separar isso ou identificar um momento de passagem, porque as pessoas eram as mesmas, aquilo que se chama de multimilitantismo, ou seja, o mesmo sujeito participa de vários espaços de luta simultaneamente. Obviamente que o trabalho pastoral foi o precursor, aquele que abriu a mente e iniciou o processo de formação da consciência crítica, que na ciência

---

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

social se chama de superação do senso comum e conseqüentemente levou ao engajamento político.[...]³³

Sobre a possibilidade de “migração” de um movimento (grupos de reflexão, pastorais), para outro de cunho partidário (o Partido dos Trabalhadores propriamente dito), Pedro destaca a diferença devido as características específicas do próprio processo de construção do PT:

[...] Não houve migração, o partido surgiu de baixo para cima. Poderia ter havido migração se o partido tivesse sido criado num racha de outro partido, se tivesse nascido dentro do parlamento através de um grupo de deputados que resolvesse romper, por exemplo, com o MDB na época. Esse é o caminho quase natural de todos os partidos políticos, nascer do racha de outro, nascer dentro do parlamento, ou seja, de cima para baixo. Porém, com o PT aconteceu o contrário, nasce de baixo para cima, portanto, ninguém migrou da igreja para o PT, simplesmente as pessoas que participavam das atividades da igreja adquiriam consciência críticas e se sentiam provocadas a começar a organização do PT na sua cidade, na sua comunidade ou no seu bairro. Então, as lideranças de igreja foram os protagonistas do PT e não houve migração de um para outro, até porque, durante muito tempo e ainda hoje muitas lideranças fazem as duas coisas ao mesmo tempo, aquilo que chamamos de multimilitantismo. Se o engajamento em uma frente de lutas é muito importante, imagine a base sólida de formação política que é participar de várias frentes ao mesmo tempo, igreja, sindicato, movimento social e partido. Por isso, essas lideranças têm uma qualidade diferenciada, diria mais, uma qualidade extraordinária de militância se comparado com outros contextos.[...]³⁴

Neste sentido, o militantismo citado acima também acabou trazendo para dentro do partido o modelo e formação política praticado. Mesmo a forma de participação democrática e a representatividade existente nos grupos foi levada para o partido por estas lideranças.

[...] A forma como a igreja promovia a formação de lideranças e a forma como organizava os grupos de reflexão, por exemplo, é a mesma matriz de formação e organização dos núcleos de base do PT. A formação política do PT era baseado no debate e reflexão da realidade, no caso do PT as vezes subsidiada por alguns textos de análise de conjuntura ou de algum material de cunho mais ideológico. A organização em núcleos de base seguia a mesma lógica dos grupos de reflexão da igreja e neste caso não só no oeste catarinense, mas, como uma orientação nacional, aliás, me marcou muito um depoimento de Apolônio de Carvalho, que foi o filhado que assinou a ficha de filiação número um na fundação do PT em 10 de fevereiro de 1980, quando ele diz que o que fez a diferença na origem do PT foram os núcleos de base e para poder participar, votar e ser votado para direção partidária e mesmo concorrer a um cargo público no PT precisava participar ou ser legitimado por algum núcleo de base. No início não havia filiado solto, ou era engajado em núcleo de base ou não contava. Assim, chamou minha atenção quando Apolônio ressaltou que em 1985 ele percebia que o PT começa abandonar essa metodologia de

---

³³ Idem.

³⁴ Idem.

construção partidária e ele estava muito preocupado com isso, um movimento de distanciamento da sua essência.[...]³⁵

Este método de formação específica, carregado de características trazidas da prática dos grupos de reflexão e pastorais ligadas a ICAR, contriubuíram para uma característica particular na região oeste, no que diz respeito ao processo de formação do Partido dos Trabalhadores, tanto a nível estadual quanto nacional.

[...] Então, o PT é um partido plural e sua origem é diversificada em diferentes regiões do país e dentro de um mesmo estado. Nacionalmente pode-se dizer que o grande impulso foram os sindicalistas metalúrgicos do ABC Paulista, que eu acompanhei de perto no período que estudava e militava no PT em São Paulo. Haviam os movimentos organizados e clandestinos que vieram da luta contra a ditadura, e, esses sim entraram para o PT e passaram a atuar de forma organizada em tendências. Outras categorias de trabalhadores sindicalizados passaram a aderir a formação do PT, como no caso de Santa Catarina os mineiros da região sul, com destaque para a liderança do advogado Milton Mendes, os professores e servidores públicos na região de Florianópolis, os operários e também com influência da Pastoral Operária, por exemplo, em Joinville, liderados pelo falecido Eurides Mescolotto, enfim, cada região tem uma origem social e política um pouco diferente e no caso do oeste catarinense a igreja católica e especificamente a figura de Dom José é central neste processo de surgimento do PT, embora nunca ouvi nosso Bispo convocar especificamente nenhuma liderança a se engajar ou se filiar no PT. Percebe a diferença entre formar consciência crítica e as pessoas perceberem seu papel na sociedade ao invés de impor algum tipo de cabresto? Dom José nunca impôs e sempre respeitou as lideranças religiosas que tinham opção por outros partidos ou por nenhum partido.[...]³⁶

Neste sentido, as lideranças políticas atuantes no interior do Partido dos Trabalhadores, carregaram em certa medida, os aprendizados, a postura política, os princípios éticos trazidos da experiência de formação política nos grupos de formação ligados à ICAR. Ao longo de suas trajetórias, uma atuação específica também pode ter sido notada, já que em alguns casos, carregaram em suas agendas políticas, os conceitos de classe e luta a que pertenceram no passado e que persistiram na atuação dentro das esferas de poder que fizeram parte. A respeito disso, Pedro Uczai destaca:

[...] O aprendizado político, o comportamento, o jeito de pensar, os princípios éticos, toda essa bagagem acho que o sujeito carrega sempre, onde quer que esteja. Obviamente há diferenças entre cada indivíduo, então não dá pra generalizar, nem se pode afirmar que essas lideranças agem de forma totalmente coerentes com aquele aprendizado, nem que não tem mais nada daquilo. Os contextos históricos mudaram bastante, o PT mudou bastante, a igreja também, então, muitos deram continuidade na mesma direção, outros se desviaram mais ou menos e alguns abandonaram a luta. Tem de tudo hoje, fica difícil traçar um perfil mais detalhado, teria que fazer um

---

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

levantamente quase que da trajetória de cada liderança. Mas, posso falar por mim. Na medida do possível eu busco ser o máximo fiel às minhas origens. Pra mim Dom José vai ser sempre meu grande mestre e minha inspiração, portanto, serve de balizador do meu comportamento e das minhas atitudes. Antes de agir é quase como se eu me perguntasse automaticamente : Como será que Dom José gostaria que eu atuasse nessa situação?[...]³⁷

Especificamente a respeito das heranças de sua formação política advinda do contexto citado acima, Pedro Uczai destaca o exemplo prático de sua atuação como liderança política ao longo de sua trajetória:

[...] Posso citar um exemplo concreto, no meu mandato recente eu tomei uma iniciativa de articular uma Frente Parlamentar pela redução do uso de agrotóxico, pois, tenho certeza que se Dom José estivesse vivo hoje seria um grande defensor da produção agroecológica, porque tem a ver com a defesa da vida das pessoas, das plantas e dos animais. Outra iniciativa foi incentivar e ajudar na constituição de uma ONG chamada Instituto Dom José Gomes e nos últimos dois anos me dedicar na articulação de um curso de pós graduação num formato extra acadêmico sobre os desafios da Esquerda do Século XXI. Esse é um tipo de iniciativa inspirada no exemplo de Dom José que incentivou e liderou movimentos de formação de base como o que tratamos anteriormente, mas também de formação de lideranças como o movimento Fé e Política.[...]³⁸

Neste sentido, o conceito de experiência de Thompson torna-se evidente onde esta vai além do próprio termo. Ou seja, a capacidade que a experiência vivida tem de ressignificar, ou mesmo despertar sentimentos pessoais relacionados com valores e convicções construídas. Como é possível relacionar com o que Thompson nos exorta:

[...] As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...) Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).[...]

## 4.2 - LUCI CHOINACKI

Luci Teresinha Choinacki nasceu em 17 de março de 1954, em Descanso/SC. Filha de Tadeu Kivoski e de Rosa Kovaleski. Completou o ensino ginásial (atual Ensino Fundamental II) na Escola Básica Everardo Backeuser, no município de Descanso, em 1967. Trabalhadora rural e dona de casa, iniciou as atividades políticas na Pastoral da Terra, mais

---

³⁷ UCZAI, Pedro. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por<lucassgodinhopt@gmail.com> em 22 de abril.2019.

³⁸ Idem.

tarde integrando-se ao Movimento dos Sem-Terra no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Descanso. Exerceu a função de Coordenadora do Movimento Estadual de Mulheres/SC, 1984-1987, Componente da Coordenação Estadual, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas, Florianópolis, MMTU/SC, 2007.

Foi eleita Deputada Estadual à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 6.068 votos, integrou a 11ª Legislatura (1987-1991), foi Deputada Constituinte de 1989 - a segunda mulher com tal responsabilidade na história do Parlamento catarinense, e presidiu Comissões: Comissão Permanente de Agricultura da Assembleia Legislativa (Titular); Comissão Permanente de Defesa do Consumidor (Titular); Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Banco do Estado de Santa Catarina – BESC (Partícipe); e a Comissão da Ordem Econômica, Financeira e Social nos trabalhos constituintes.

Pelo PT foi eleita Deputada Federal à Câmara dos Deputados, com 36.744 votos, tomou posse à 49ª Legislatura (1991-1995) e participou de Comissões Permanentes. Em 1998, elegeu-se novamente Deputada Federal, pelo mesmo partido, com 48.737 votos, para 51ª Legislatura (1999-2002). Nesta Legislatura ocupou o cargo de Vice-Líder do seu partido na Câmara (2000-2001), de Presidente do PT em Santa Catarina (2001-2004) e participou de Comissões Permanentes e Especiais. Foi eleita Deputada Federal à Câmara dos Deputados por Santa Catarina à 52ª Legislatura (2003-2006), pelo PT, com 127.457 votos. Vice-Líder do partido na Câmara de (2003-2004). Neste mandato, posicionou-se em favor das Reformas da Previdência e Tributária e participou de Comissões na Câmara.

Foi candidata ao Senado Federal, nas eleições de 2006, obteve 834.785 votos pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT), mas não foi eleita. Retornou à Presidência Regional do Partido dos Trabalhadores em 2008 e candidatou-se nas eleições de 2010.

Em 2011, elegeu-se para Deputada Federal por Santa Catarina, com 65.545 votos, tomou posse à 54ª Legislatura (2011-2015), foi Presidente da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, em 2012, e participou de diversas comissões.

Os primeiros contatos e envolvimento com a comunidade e os grupos de reflexão da ICAR foram na cidade de Descanso (SC). Inicialmente através das CEBs, atuando como catequista, depois ministra da eucaristia e na Pastoral da Terra, onde teve maior destaque em sua militância. Como destaca Luci no trecho abaixo:

[...] A partir das Comunidades Eclesiais de Base, foi se construindo lideranças que despontavam a partir disso. A Pastoral da Terra, que é uma parte da Igreja ligada a Teologia da Libertação, começou a chamar a participação das mulheres.[...] <sup>39</sup>

O enaltecimento da ICAR na trajetória de Luci é verificada em vários pontos. No início nas CEBs, a Pastoral da Terra e, sobretudo, na forte liderança de D. José Gomes. O início de sua participação política foi a partir da atuação da Igreja progressista de Chapecó. Até houve em alguns momentos um protagonismo individual e em outros momentos legitimado pela própria instituição católica, mas que era sobreposto sobre o forte discurso de que a Igreja era de suma importância para as populações rurais e em um aspecto especial, para as mulheres, já que Luci já despontava como uma liderança feminina. Como destaca no trecho em seguida:

[...] Então, as mulheres do campo, essa foi a formação que a gente recebeu, que precisava obedecer e trabalhar. Quando eu tinha uns dez, onze anos, eu questionava a minha mãe, ela me dizia: “Minha filha, depois que tu casar vai ser assim” E eu dizia: “Meu Deus, se for isso eu quero outro caminho.” E ela dizia: “mas não pode.” E eu falava: “Mas quem disse que a gente tem que ficar aguentando?” E isso que eu amava meu pai, mas eu dizia: “Mas o pai não trata bem a mãe, ele não valoriza o que a mãe merece de valor.” Então era um rompimento, uma não aceitação daquela dominação.[...] eu sempre fiquei trazendo alguma coisa de não ficar aceitando naturalmente as coisas. E depois de muitos anos nessa situação de ficar trabalhando em casa, levando a vida nesse tipo, e aí depois eu comecei a participar das Comunidades Eclesiais de Base em 79, início dos anos 80[...]<sup>40</sup>

O engajamento de Luci nos grupos e mais efetivamente na Pastoral da Terra foi fruto de um amplo apoio da ICAR na mobilização e no interesse em formar lideranças para a continuidade e expansão do movimento. Luci destaca o papel fundamental da ICAR na Diocese de Chapecó:

[...] Naquele momento, a Igreja católica, principalmente a Diocese de Chapecó, fazia um acompanhamento da discussão e da organização do Movimento de Mulheres Agricultoras, do Movimento dos Sem Terra, das oposições aos sindicatos dos trabalhadores rurais, do movimento dos atingidos por barragens. Em Santa Catarina, especialmente na região do Grande Oeste, isso tudo teve um incentivo e um apoio decisivo da Igreja católica. Os primeiros passos foram dados junto com a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base, que mostraram que os trabalhadores rurais, as mulheres, precisavam se organizar para buscarem seus direitos. [...]<sup>41</sup>

<sup>39</sup> Luci Choinacki. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas. Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> CHOINASKI, Luci. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p.225-239.

Por vezes, as lideranças eram escolhidas ou mesmo selecionadas de acordo com sua atuação dentro dos grupos. As pessoas que tinham facilidade de expressão ou mesmo capacidade de debater os temas e reflexões dos grupos eram visadas, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho. Isso em muito contribuiu para o fortalecimento destes grupos e a consequente formação de lideranças capacitadas para a ação nos movimentos sociais que surgiam na região. Como destaca Luci:

[...] Ocorriam através de uma liderança pela outra. O dia em que vieram me buscar pra eu participar de uma reunião, eu estava na roça. Era o presidente do sindicato, mais o assessor do sindicato vieram na roça, eu estava trilhando soja, estava plantando soja e vieram me convidar pra ir pra uma reunião, eu fui assim. Como tinha as lideranças que já participavam, eles iam olhando as mulheres que se destacavam um pouquinho mais, uma que falava, que fazia uma pergunta, duas, já era chamada pra participar. Então dessa forma que foram juntando as mulheres pra participar. Pra ajudar na formação do sindicato de uma forma ou de outra, ou na Igreja, dando visibilidade, eram chamadas, e eu fui chamada desse jeito.[...]<sup>42</sup>

Este aspecto é complementado no trecho seguinte:

[...] Eu fui pra uma reunião inclusive, pela Pastoral da Terra, em maio, época em que a gente colhia soja, era em Xanxerê, e era pra discutir a aposentadoria dos agricultores e agricultoras; e daí uma mulher que eu não gostei nada, e eu acredito que 99,9% não gostou dela também, ela falava com os agricultores de uma forma que não combinava com o que a gente estava pensando, e eu fui me segurando, me segurando, até que eu levantei a mão; e ninguém falava e eu já estava incomodada e levantei a mão e disse que discordava do que ela estava dizendo e acabou a reunião e o pessoal me aplaudiu e eu sem querer caí na linha de frente. Eu nunca pedi pra fazer isso, mas eu não gostei e todo mundo não gostou, e nós tínhamos uma outra concepção, e o que a gente estava discutindo era uma outra concepção de aposentadoria e ela veio e trouxe uma outra, nós não gostamos nada dela. E foi desse jeito que eu comecei a participar, e naquele dia já me chamaram na Pastoral da terra, e nós fomos nos organizando e foi assim, no andar do processo[...]<sup>43</sup>

Ainda neste sentido, o apoio da ICAR na criação de espaços para discussão e reflexão sobre temas importantes e relevantes para comunidade fez toda a diferença no fortalecimento das lideranças. Sobretudo, o papel de D. José Gomes como grande aglutinador de movimentos e incentivador de lideranças. Como destaca Luci:

[...] Como a gente tinha na época uma igreja bem progressista, e o bispo Dom José Gomes era uma figura extraordinária, foi uma figura que movimentou a política, que se entusiasmou pelas causas sociais, foi o líder e o homem mais corajoso que teve lá na história da região; quando todo mundo tinha medo de alguma coisa, ele ia e dizia, ele defendia os pobres, defendia os movimentos [...] E aí a gente foi se

<sup>42</sup> Luci Choinacki. Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas. Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

<sup>43</sup> Idem.

entusiasmando, e este entusiasmo vinha da gente se reunir em comunidades, e em comunidade a gente discutia a bíblia, a vida e o que fazer; neste o que fazer é que a gente começou a se incomodar com situação. E logo no começo as mulheres, a gente começou a questionar as nossas vidas de trabalhadoras rurais.[...]44

E reitera no trecho a seguir:

[...] E nesse espaço que nós começamos a nos organizar, tinha a Pastoral da Terra, que já havia líderes em todo o Estado, e aí nós começamos a organizar os movimentos sociais através das idéias da própria Igreja, ela foi fundamental e estratégica, a Igreja, através do Bispo Dom José Gomes.[...] e aí o próprio Bispo Dom José disse que nós tínhamos que nos organizar, e nós aprendemos ligeiro a lição: „tem que organizar e participar“. Aí começou o grupo de mulheres em Chapecó, na região, e aí nós começamos a discutir vários pontos que se tornaram decisivos pra nossas vidas[...]45

Apesar da combatividade e militância política existente nos sindicatos, CEBs e mesmo na Pastoral da Terra, o ambiente era ainda permeado de machismo, ocorrendo momentos em que as mulheres apesar de participarem ativamente das mobilizações, ainda não tinham plenamente suas opiniões consideradas pela gestão do sindicato ou mesmo muitas vezes sem ter o direito ao voto.

[...] nós formamos vários sindicatos combativos; nós, os pelegos, formamos vários sindicatos, era época da convenção depois da CUT, e assim por diante... E aí nós lá no sindicato ficávamos do lado de fora, nós carregávamos os homens pra dentro, e depois ficávamos só olhando o que eles iam fazer [...].46

Estes fatores contribuíram para motivar a criação de um movimento composto especificamente por mulheres. Sobre isso Luci destaca:

A realidade do campo, no início dos anos 80 era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras ou cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras (CHOINASKI, 1998:26).

Neste contexto, buscou-se organizar o novo movimento, ainda que sob uma forte oposição do visível machismo presente na sociedade da época. Para tanto, a realidade de dominação e submissão das mulheres tanto no meio familiar quanto na sociedade, fez deste

---

44 Idem.

45 Idem.

46 Idem.

movimento uma necessidade, uma inovação com identidade própria, algo que Luci, de certa forma carregava em sua formação e sua própria trajetória de militância. Como relata no trecho abaixo, sobre o surgimento do MMA:

[...] Nesse período começou a brotar. Você sabe que, como dizem, quem conhece a terra, quando está bem fértil, assim que coloca na terra já brota... E foi assim que parece que brotaram os movimentos sociais, era um nascedouro, era uma coisa extraordinária, então era o movimento de mulheres, movimentos dos sem-terra, movimentos contra as barragens, pastorais, sociais, eram os sindicatos combativos, e aí surge também o PT nessa época, por meio disso tudo também surge o PT... E aí em 84 a gente já começou a fazer umas atividades maiores de mulheres na região, e tiramos bandeiras, até 85, 86, ficamos nos organizando; até nós formarmos o Movimento de Mulheres Agricultoras na época, e havia um machismo tão grande que pediam até pra mudar de nome, que diziam que o nosso movimento significava animais no cio, que não era mulher em movimento, movimento era criar uma nova energia, e nós dizíamos que „não, que ia continuar movimento mesmo, nós queremos criar uma nova energia, novas possibilidades...“ Mas nós não discutíamos teorias políticas, nós nos baseávamos nas nossas necessidades, tudo se movimentou pelas nossas necessidades. Eu me lembro que a gente fazia reuniões e colocávamos três perguntas no quadro: Como era a nossa vida? Porque era assim? E o que fazer? Eram perguntas “pé no chão”, mas foram estratégias que orientaram o que fazer. Aí nós levantamos já no início: ser reconhecidas como trabalhadoras. Dessas perguntas logo foram construídas as respostas, as perguntas nos trouxeram respostas. O reconhecimento de que nós trabalhávamos... Era uma coisa impressionante, como que nós, mulheres, nos tocamos, que nós não éramos trabalhadoras. O direito a participação nos sindicatos também.[...]<sup>47</sup>

No entanto, a atuação nas comunidades, na Pastoral da Terra ou mesmo no MMA não eram as únicas ocupações de Luci. A exemplo de outras lideranças e militantes da época, o multimilitantismo era comum. Como o período caracterizava-se por múltiplos movimentos de caráter social, uma mesma pessoa muitas vezes atuava em vários movimentos diferentes, muitas vezes exercendo até mesmo a liderança em diferentes grupos. Porém, apesar de parecer heterogêneos, as reivindicações e consciências motivadoras da participação nestes grupos, muitas vezes carregavam em suas práticas e formas de organização, uma metodologia herdada dos primordiais grupos de formação da Igreja.

Neste contexto, Luci também inicia sua participação e militância junto ao Partido dos Trabalhadores. No ano de 1982 participou das primeiras reuniões do nascente partido no estado, que já alcançava significativa visibilidade inclusive com a candidatura ao governo do estado de Eurídes Mescolotto. Sendo assim, em 1983, Luci filiou-se ao Partido dos Trabalhadores assumindo a secretaria geral do partido no município de Descanso, sendo a primeira e única mulher presente no diretório. Sobre sua atuação no partido Luci destaca:

---

<sup>47</sup> Idem.

[...] No PT, essa questão das mulheres vinha de baixo para cima, das nossas necessidades concretas, do nosso sofrimento. O Movimento das Mulheres Agricultoras foi um marco no sentido de incluir esse debate na pauta do PT. Isso mostra que são os movimentos sociais, fazendo a luta, tendo suas conquistas, que entram para o partido, não o inverso. Começou a haver participação de mulheres nas direções dos sindicatos, no partido. Com isso, mudou o próprio perfil das direções petistas. [...] Mas esse movimento, é bom ressaltar, deu-se de fora pra dentro, com muita decisão política das mulheres[...] (CHOINASKI, 1998, p.230).

### **4.3 – JOSÉ FRISTCH**

José Fritsch nasceu em Ipumirim (SC) no dia 6 de agosto de 1954, filho de Vilibaldo Fritsch e de Ereda Ludwig Fritsch. Em 1973, ingressou no curso de estudos sociais da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), concluindo-o em 1976. Dois anos antes, tornou-se professor do Colégio Bom Pastor, em Chapecó (SC), onde permaneceu até 1977. Nesse mesmo ano, fez curso de teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina (Itesc). Em 1979, tornou-se assessor da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Chapecó. Participou da Comissão de Justiça e Paz na defesa dos presos políticos da Operação Barriga Verde, denominação dada à atuação dos órgãos de repressão catarinenses durante o regime militar, que consistiu na perseguição e prisão de membros de organizações de esquerda que se opunham ao referido regime.

No exercício dessas funções, foi dirigente do Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais, organizador do movimento dos futuros atingidos pelas barragens do rio Uruguai (1981-1982) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de Santa Catarina, participando diretamente da primeira ocupação ocorrida no estado, na fazenda Burro Branco, em Campo Erê. Ainda em 1982, foi um dos coordenadores do congresso de fundação do MST.

Em 1983, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se nesse mesmo ano membro do diretório da agremiação em Chapecó, cargo que ocuparia até 1985. Também em 1983, participou do congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em São Paulo. Membro do diretório estadual do PT catarinense a partir de 1985, participou, nesse mesmo ano, da grande mobilização de 2.500 famílias sem-terra, na ocupação de 25 de maio, em Abelardo Luz e São Miguel do Oeste (SC).

Foi candidato a deputado federal na legenda do PT em novembro de 1986, onde obteve 31 mil votos. Porém, não foram suficientes para assegurar uma cadeira na Câmara dos Deputados, em decorrência da falta de coeficiente eleitoral do partido. Foi chefe de gabinete

da prefeitura de Campo Erê entre 1989 e 1991, tornando-se no último ano presidente do PT de Santa Catarina, função que desempenhou até 1994.

Em outubro de 1994, elegeu-se deputado federal na legenda do PT, sendo a maioria de seus votos proveniente de suas bases eleitorais no oeste e extremo oeste do estado. Assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se, ainda em 1995, primeiro-vice-presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, e titular nas comissões especiais concernentes à concessão e distribuição de gás canalizado e na que fixou o número de deputados por estado (1995-1997).

Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, seguindo a orientação do PT, obstruiu a votação da quebra do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado, votou contra a mudança no conceito de empresa nacional, a quebra do monopólio estatal das telecomunicações e a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE), rebatizado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permitia ao governo gastar 20% da arrecadação de impostos sem que as verbas ficassem obrigatoriamente vinculadas aos setores de saúde e educação. Pronunciou-se igualmente contra a quebra dos monopólios das embarcações nacionais, na navegação de cabotagem, e da Petrobras, na exploração de petróleo. Ainda esse ano, divulgou no Congresso Nacional uma lista contendo os nomes dos 50 maiores devedores em linhas de crédito rural do Banco do Brasil.

Em junho de 1996, votou contra a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — que substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) —, imposto de 0,2% sobre transações bancárias criado como fonte complementar de recursos para a saúde. No pleito municipal de outubro, elegeu-se prefeito de Chapecó. Ainda em 1996, foi autor do Projeto de Lei nº 1.457/96, que instituiu a Lei de Proteção dos Cultivares. Tomou posse na prefeitura em 1º de janeiro de 1997. Sua vaga na Câmara foi ocupada por Dércio Knopp, do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Em outubro de 2000, reelegeu-se prefeito de Chapecó, sempre pelo PT. Entretanto, em 2002, renunciou ao cargo a fim de concorrer ao governo do estado de Santa Catarina, mas não foi eleito. Em janeiro de 2003, foi convidado pelo presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (2003-), do PT, para assumir a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, função com status de ministério. Deixou o cargo em março de 2006 a fim de

desincompatibilizar-se e apresentar novamente sua candidatura ao governo catarinense em outubro daquele ano.

No pleito, terminou o primeiro turno na terceira colocação, tendo sido derrotado por Luís Henrique da Silveira e Esperidião Amin, que passaram para o segundo turno. Nessa etapa eleitoral, apoiou a candidatura de Luís Henrique da Silveira, que foi reeleito. Em 2008, concorreu novamente à prefeitura de Chapecó, perdendo para João Rodrigues, do Democratas (DEM). Passou, então, a trabalhar como conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A trajetória de José Fritsch, a exemplo dos exemplos citados anteriormente também é marcada pela forte presença da ICAR na sua formação política e nos primeiros passos de José Fritsch no engajamento e militância. Sob um contexto de luta contra o regime militar, o seminário, assim como outros espaços de formação dentro da ICAR eram opções de formação humana. Como José Fritsch destaca no trecho abaixo:

[...] Eu estava no seminário na época, era um gurizão; já tinha militância política, proque a gente lutava na época contra a Ditadura né. Então só tinha dois partidos, a gente lutava na juventude do MDB. Mas tava no seminário estudando e havia dentro da Diocese de Chapecó enquanto a gente tava fazendo faculdade na Fundeste, havia na Diocese de Chapecó um grupo de padres do próprio seminário, reitor do seminário, depois tinha outros padres lá, Padre Ivo também, o próprio Jandir Santin, o Pasqualotto que depois saíram né, mas juntamente com algumas irmãs e tal, que tinha um movimento chamado Criatividade Comunitária, que era na verdade um estudo, e foi estudo e ao mesmo tempo formação de lideranças e pessoas, para desenvolver suas potencialidades. Então a Criatividade Comunitária trabalhava lá com 14 sistemas que eles chamavam e estes 14 sistemas é que era todas as áreas que a pessoa devia atuar pra ser uma pessoa que tivesse alguma influência ou tivesse algum desempenho, uma importância na sociedade. Este processo acabou gerando muitas lideranças.[...]<sup>48</sup>

Como podemos perceber no relato acima, a oferta de espaços de formação, por vezes acabou tornando-se uma porta de entrada não apenas para a formação política, mas também para uma formação humana. Também é possível perceber a forte presença de clérigos e leigos ligados ao ensino e a mobilização comunitária.

Sob outro aspecto, ao ser transferido para a Diocese de Chapecó, Dom José Gomes trouxe a continuidade de uma prática, que pode ter sido fundamental para o fortalecimento do trabalho que já se iniciava na região. Curiosamente o motivo para a transferência de Dom José

---

<sup>48</sup> FRITSCH, José. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

Gomes pode ter sido sua atuação social no Rio Grande do Sul. No entanto, sua prática seguiu sendo praticada na nova diocese.

[...] Dom José, eu era seminarista quando ele veio de Bagé, ele veio pra Chapecó e Bagé era uma cidade muito conservadora, tudo fazendeiro e latifundiário, e Dom José, ele contava isso pra mim, não sei se ele contava isso pra mais gente, porque eu viva, praticamente, treze , catorze anos, desde motorista, até, todas as coisas que Dom José precisava era eu que ele chamava. Ai o Dom José contava que lá ele fazia um trabalho com o Bispo e o pessoal não gostava muito, porque ele ia para as comunidades, nos “ arabaldes” , que ele dizia, lá nos “ arabaldes” ele ia lá, ficava com o pessoal, tomando chimarrão, que era um gaúcho daqueles bem “ chimarrero”, né; tomava um chimarrão, escutava histórias e tal, e eu acho que por essa atuação, como a Igreja de Rio Grande do Sul, a Arquidiocese de Porto Alegre era muito conservadora, eu acho que ele foi transferido pra Chapecó, achando que vai sair daquele movimento ai de fazendeiro, e vai pruma Diocese onde não tem muita importância.[...]49

E complementa no trecho seguinte:

[...] Chegando lá, chegando em Chapecó, ele começou a visitar as comunidades, as paróquias e tal, e viu que noventa por cento do povo é tudo pequeno agricultor, cidades pequenas, municípios pequenos; não tinha grandes propriedades, a não ser numa região ali, com divisa com o Paraná, região de Campo Erê, Palma Sola, Anchieta e o resto era tudo pequena propriedade, pequeno agricultor.[...]50

A realidade notada nestes municípios e comunidades acabou contribuindo para a opção por parte de Dom José Gomes por uma atuação social, em partes norteadas pela Teologia da Libertação que refletia na região a necessidade de uma Igreja tendo como opção preferencialmente pelos pobres. No entanto, Dom José ia além, de campanhas de fraternidade e doações, mas sim partindo de uma organização de luta e engajamento.

[...] E o Dom José começou pelo trabalho de pastoral vendo essa realidade e acabou na verdade entrando nessa discussão que já tinha sido levantado lá no Concílio Vaticano II e depois na Conferência de Medellín ficou reafirmado que a Igreja deve ter uma opção preferencial pelos pobres, ou seja, a América Latina tem que olhar pro seu povo sofrido, explorado, massacrado em tudo que é área, e a Igreja tem que atuar com isso. Tem que atuar, estar do lado, ajudar. E na visão de Dom José não era “ ah fazer uma caridade” “ ajudar aqui e ali” arrumar uma comida ou coisa parecida, arruma roupa, como na época das campanhas da fraternidade; mas era um engajamento de luta, de defesa, de organização. [...]51

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> FRITSCH, José. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

É a partir deste contexto, que se inicia, de forma mais efetiva, a formação de grupos de reflexão e formação política, a fim de organizar a luta. É importante destacar que o material era produzido na própria diocese, com o objetivo de contemplar as necessidades e características da própria região de atuação. É também sob orientação de Dom José que se traçam as metodologias para atuar nestes grupos e organizar a formação. Como podemos perceber no relato de José Fritsch:

[...] E ai na diocese começou a se organizar um processo de formação de grupos de reflexão onde os materias eram discutidos e feitos na dicoese, e o Dom José tinha implementado um tese de que grupos de reflexão tinha que ter três balizas: primeiro era ver a realidade, como é que tava a vida do povo, porque que tava vivendo assim quem é que era... porque que tava assim, quais as causas do sofrimento, da exploração. O colono a hora que produzia uma safra boa de feijão não valia nada, outro ano da uma seca, então... toda a organização, movimento dos operarios, lavradores, de muito desemprego, muita fome, muita miséria. Então o material e a discussão tinha que ser nas comunidades, com as lideranças; Porque esta se vivendo isso? Quais as causas disso? E ai vinha um segundo momento que era ter uma iluminação a partir de algum texto bíblico, pra que este texto bíblico pudesse dar uma luz sobre aquela realidade. E a análise da realidade soba a luz da fé, mas ao mesmo tempo sobre os valores da dignidade, valores que eram defendidos pela teologia, pela filosofia, pela sociologia, então tinha muito destes elementos. E o terceiro tripé era diante desta realidade, iluminados pela palavra de Deus e pela análise da conjuntura e da sociedade, o que é que vamos fazer? Então vinha todo esse processo de organização, mobilização sindical e tal[...]<sup>52</sup>

E continua descrevendo no trecho seguinte as características e os procedimentos desta formação:

[...] Naquela época tinha muita formação. Praticamente a base da organização era a formação. E era formação, me lembro quando a gente fez as primeiras ocupações, lá em Abelardo Luz, lá em Campo Erê, em São Miguel do Oeste, em Bandeirante; a gente chegava lá, o pessoal ia pros acampamento, nas ocupação, 80 % não sabia lê, não sabia lê livro, nem uma folha, O que a gente organizava? Tinha uma meninada, rapazes e moças que eram filhos de sem terra, que tinha estudado, que tinham aprendido lê, que tinham ido pra aula, organizava grupo pra da aula, pra ensinar, pra alfabetizar. Então isso fazia parte, era parte da rotina praticamente de todo o processo de organização que a gente tinha naquela época[...]<sup>53</sup>

No entanto, a formação e atuação não ficavam restritas apenas na região. O sentido de organização de uma rede nacional de atuação e formação de movimentos, sugeria um intenso intercâmbio de experiências e práticas que tornava possível conhecer diferentes realidades e agregar diferentes práticas na luta social.

---

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

[...] Lógico que o processo de formação não ficava restrito a nossa realidade. Quem tinha oportunidade de fazer um curso em São Paulo ia, eu por exemplo estudei vários anos em Goiás Velho, como coordenava a pastoral da juventude do Oeste de Santa Catarina, na Diocese, mas ao mesmo tempo, a gente tinha uma organização chamada: Teologia da Enxada, na diocese de Dom Tomás Balduino em Goiás Velho, onde o Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás, o próprio Dom José, o Matheus Rocha, o frei Matheus né; o próprio Marcelo Barros, o Oscar Beozzo, que eram vários teólogos e sociólogos, o Pedro Tierra, o Hamilton Pereira, e todos estes nos ajudavam, e a gente ficava o mês inteiro estudando, e se inserindo na luta dos trabalhadores aqui de Goiás também. Então ali a gente conheceu o enfrentamento da...dos Caiados, dos Valadão, o que a burguesia agrária fez nesse Goiás e no resto do Brasil né, em relação a matança, morte de gente e tal e eu assumi deputado federal, naquele ano que teve massacre do El Dourado dos Carajás, vamo dizê, era uma consequência de toda uma opressão, de toda uma... e isso se expandiu pelo Brasil inteiro.[...]<sup>54</sup>

José Fritsch destaca que o contexto de crises econômicas na região oeste de Santa Catarina favoreceram o engajamento e a mobilização destas populações na luta por seus direitos. Dentre os fatores, destaca dois principais momentos de crise na região: A construção de barragens e a peste suína africana.

[...] e neste contexto surge também toda esta crise que viam, e que viam que era uma crise da área econômica do oeste, muitas famílias de pequeno agricultor tinha filho que não tinha terra, não tinha perspectiva nenhuma, estudar, vim pra cidade passar fome, não tinha emprego, vinha essa luta ai das barragens que o governo queria construir, então eram vinte e duas barragens; eu sei que eu tava na organização da pastoral, do movimento da juventude rural, e a gente tinha os encontros estaduais, e me encontrei com um companheiro nosso que era da pastoral da juventude lá de Florianópolis, o Chiquinho Verissimo, que nos contou: “ Olha tem um estudo ai, e que o governo quer construir barragem no rio Uruguai”. Ai, fomo ver o que que era, ele me trouxe um xerox, um mapazinho, levei pro Dom José ; o Dom José disse: “ Meu Deus mas o que que é isso?” Dom José mandou, disse: “ Tu vai primeira oportunidade, vai pra Florianópolis, pega o Chiquinho e vai conversar com esse engenheiro da Eletrosul “. E o engenheiro da Eletrosul abriu pra nós toda a localização, ponto por ponto, onde que era, cada barragem aonde ia ser construído; ai eu conheci o que que era um altímetro, o GPS, a localização e a altitude que dava barragem, e nós voltamos com aquele mapa tal, e formamos, o padre Ivo e eu fomos em tudo que é reunião sindical, movimento e tudo. No meio disso surge a Peste Africana, um outro problema enorme, onde os agricultores praticamente perderam tudo, né. Quem tinha criação de porco, a polícia ia lá e matava se tivesse ou não tivesse Peste Suína. Neste período também surge daí a questão da luta pela reforma agrária lá do Rio Grande do Sul, a ocupação da Fazenda Burro Branco. Então houve todo um contexto que permitiu que pudesse ter toda esta reflexão e essa atuação tão forte da Diocese de Chapecó, e vivendo no periodo de ditadura, então nois tava ainda saindo do processo de derrubada da ditadura.[...]<sup>55</sup>

Além dos fatores destacados acima, Fritsch chama a atenção para as heranças e tradições trazidas e mantidas pela colonização, sobretudo europeia na região. Para além do

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> FRITSCH, José. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

contexto de exploração e de luta, o sentido de comunidade existente foi importante para a mobilização. Como destaca no trecho abaixo:

[...] mas a conjuntura com exploração que existia no oeste de Santa Catarina e a tradição que tinha vindo com a colonização, porque nós tínhamos uma tradição alemã, italiana, polonesa, que ocupou o oeste de Santa Catarina com a colonização. E muitas, [...], as empresas que faziam a colonização, fizeram muita brutalidade, muitos caboclos e índios, todo um processo de exclusão e mortes e tudo mais, né, que fazia parte do dia a dia daquelas ocupações. Então muitos italianos e alemães, principalmente, que vieram para o oeste de Santa Catarina, vindo do Rio Grande do Sul, com uma tradição de organização cooperativa, de organização comunitária, desde salão de igreja e cemitério, tinha diretoria pra tudo[...]<sup>56</sup>

Neste sentido, Fritsch chama atenção novamente para o fato de que o contexto de derrocada do regime militar e advento da constituinte de 1988 favoreceram para que novos movimentos se fortalecessem e que em termos de organização e mobilização, contribuíram para o surgimento de novos partidos, e conseqüentemente novos espaços de luta política. Dentre eles um partido novo, formado por trabalhadores.

[...] De partido ai só tinha MDB e ARENA, não tinha outro partido pra militar, e ai surge o movimento lá, por conta da relação que Dom José tinha com o pessoal de São Paulo, a Arquidiocese, Dom Paulo Evaristo Arns, e dai surgiu a discussão de que tava se organizando um Partido dos Trabalhadores lá no ABC. E ai, por conta da pastoral operária, que também agente tinha uma organização nacional, começou a ter contatos, e ai, surge o processo da Constituinte, que era a Constituição de 1988, quer era praticamente o começo do fim do bipartidarismo e da ditadura, e ai o processo de organização cresceu. A luta dos Sem Terras, a luta das mulheres agricultoras, a minha mulher também era da organização, a Luci apareceu neste período. Ai o MST começa a surgir, reforma agrária, Movimento de Barragens, o movimento sindical, a CUT, tudo isso foi surgindo dentro de uma organização que tinha o que, a dimensão praticamente da Diocese de Chapecó, e saia pra fora conforme atuava. Nas barragem ia pro Rio Grande do Sul, na área dos Sem Terra ia pro Paraná, na luta das mulheres era Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porque era questão do direito das mulheres quere se associar aos sindicatos. Era a primeira luta das mulher. Pra ter direito de ser sócia do sindicato, não era nem ainda organização, não era nem o MMA, ainda. Então, isso surge junto, numa conjuntura[...]<sup>57</sup>

O contexto citado acima impulsiona a organização e o surgimento do Partido dos Trabalhadores na região. Inserido nesta conjuntura de lutas, agora em um espaço democrático, o PT acabou levando o sentido de democracia para o interior de sua organização e atuação de suas lideranças. Em algum sentido, essa ampla participação popular carregava o sentido de participação vinda do aprendizado nos grupos de reflexão.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> FRITSCH, José. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

[...] E ai nós, dentro desse processo de organização, surge o PT. Surge os movimentos, surge o PT, e surge toda uma conjuntura de luta, de organização que era sempre o processo de participação, o processo democrático. A participação das pessoas em todas as decisões. E quando eu assumi, quando a gente se organizou, organizou o PT e acabou ganhando prefeituras, nós organizamos o orçamento participativo, que era um forma de fazer com que o povo pudesse participar das decisões de uma prefeitura municipal, saber aonde é que ia o dinheiro. Com o Dom José, ele participava muitas vezes, quando eu era prefeito de Chapecó, e o orçamento participativo, o Dom José comparava muito com a multiplicação dos pães. Que era o milagre de Jesus, onde tinha pouco pão e pouco peixe, e quando viu todo mundo comeu; e ainda sobrou doze cestos que não teve nem multiplicação dos cestos, em algum lugar eles acharam o pão. Então o processo de organização também no PT, nas organizações aonde a gente assumia, como no caso prefeituras, nós organizamos também o processo de organização popular.[...]<sup>58</sup>

E complementa no trecho a seguir:

[...] E isto se expadiu pelo Brasil inteiro. Tanto as experiências que nós temos com o orçamento participativo, tão todas elas alinhadas as lutas do movimento social, no movimento popular, movimentos ligados também às questões da Igreja, então a Teologia da Libertação, ela foi uma elaboração que foi construída num processo, Partido dos Trabalhadores, foi uma organização construída dentro de um processo, a Central Única dos Trabalhadores construída da mesma forma. Então não era uma coisa que veio de fora, ou que alguém trouxe.[...]<sup>59</sup>

José Fritsch reafirma o papel fundamental que a ICAR desempenhou na organização, na mobilização, na formação e na luta. Porém, a prática de luta e a experiência de atuação é que foram responsáveis pela formação de uma consciência de classe e caminhos a serem seguidos na luta política:

[...]Então a Igreja incentivou o processo de organização, de luta, de mobilização e formação; mas as consequências disso em termos de organização foi um passo que a própria luta mostrou tanto no PT quanto nas próprias organizações do movimento social.[...]<sup>60</sup>

E complementa com relatos de práticas e ações dentro daquele contexto no trecho seguinte:

[...]Dom José deixa um legado que todos nós temos no sangue, na época a gente fez, fazia muita romaria, muita manifestação, muita luta, muito acampamento, no oeste de Santa Catarina uma vez ficou uma semana todos os bancos fechados, mas quem fechou? Os colonos porque tavam querendo reivindicar coisa do governo federal, que o governo federal não respondia. Então os agricultores, sindicato, a gente tinha

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> FRITSCH, José. Relatos Concedidos[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

praticamente em todos os sindicatos movimento sindical Cutista. Tudo que é sindicato derrubava pelego, na eleição, fazia eleição e derrubava. Dali surgiu também as cooperativa de crédito, das organizações hoje que nós temos no Brasil inteiro.[...] <sup>61</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do Partido dos Trabalhadores em tempos atuais, em um primeiro momento pode parecer uma trabalho inútil, em vista do período de uma verdadeira “caça às bruxas”, em que vivemos. Longe de dizer que o Partido dos Trabalhadores sempre esteve imune às críticas estabelecidas pela mídia elitizada, presente no país. Porém, hoje se assiste a uma intensificação do teor presente nas falas, o que em alguns casos, chega a representar um ódio extremo ao partido e o que ele representa.

Fruto deste processo, é o cenário de forte polarização política e ideológica que vivemos nos dias atuais, na qual chega a lembrar o período da Guerra Fria. Expressões como: “vai pra Cuba”, “Comando de Caça aos Comunistas”, “Petralha”, “nossa bandeira jamais será vermelha”, entre outras “pérolas” presentes na nova onda da direita, que contribuem para criar um tempo hostil e de muitas incertezas.

Inserido neste contexto, o PT visualiza no horizonte dois tipos de visões a seu respeito: por um lado, múltiplos candidatos a videntes políticos, decretam seu fim, como partido, em vista da “grande impopularidade” que o cerca. Visto, por esses mesmos profetas, como o símbolo da corrupção e de tudo o que é inaceitável dentro de um sistema político e democrático. Por outro, seguem coexistindo neste caos, o seus fiéis seguidores, que apesar da infame campanha, ainda mantém sua esperança no projeto do partido, e organiza-se em manter de pé o baluarte do que chegou a ser chamado no passado de “socialismo do século XXI”. É bem verdade, que ao longo do “longo” período no poder, o PT, afastou-se de sua característica inicial, como um partido das massas, para tornar-se um partido eleitoral. A longa crise que se instaurou recentemente, curiosamente o fez retornar a sua gênese, pois, com a crise de suas alianças mal sucedidas, o retorno à base foi seu suspiro mais salvador, pois fez retornar ao início, para poder vislumbrar seu próprio futuro.

---

<sup>61</sup> Idem.

De um modo geral, todo este contexto é familiar aos companheiros mais antigos dentro do partido e que tiveram a possibilidade privilegiada, do ponto de vista de qualquer historiador, de ver a história do partido, do início, na ascensão, na queda e agora, na necessária recuperação de sua já conhecida capacidade de renascer, apesar dos prognósticos negativos.

Acima de qualquer suspeita, dentre os militantes e apoiadores do Partido dos Trabalhadores, é a fé depositada em torno do projeto político e econômico presente nas propostas e nas defesas históricas do partido de um projeto de país com desenvolvimento econômico, mas sobretudo social. Inclusive por muitos membros, é definido não apenas como um partido, mas como um projeto, utópico, plural, diverso, não sendo um partido unitário, mas sim, de muitas tendências internas, que apesar da divergência de caminhos a serem trilhados, mantém um sonho comum: um Brasil humano, com justiça social e igualdade de oportunidades.

Sob este último olhar, é possível entender o Partido dos Trabalhadores, não apenas como o inevitável reflexo dos erros cometidos por membros do governo, ou pelas infâmias, falsas e verdadeiras a que são acometidas suas lideranças; mas pela representação de um ideal de modelo de sociedade. As medidas e ações criadas ao longo dos governos Lula e Dilma, não significaram na prática, o conjunto de propostas originais do partido em seu nascimento. Porém, adiantaram aos seus militantes, a possibilidade de construção de oportunidades dentro do sistema já existente. Com isso, a conquista de direitos e acesso a benefícios para a classe trabalhadora, que antes era privilégio de apenas uma parcela da população; de certa forma legitimou o Partido dos Trabalhadores perante seu próprio público.

Como evidência do cenário acima descrito, durante as conturbadas eleições de 2014, quando o país assistiu a uma grande polarização ideológica entre a candidata Dilma Rousseff à presidência, pelo PT, contra o candidato do PSDB, Aécio Neves, na qual havia construído uma significativa coalizão de direita, o que se verificou foi uma vitória da candidata petista, com 54 milhões de votos favoráveis a sua permanência no poder. Ou seja, apesar das dificuldades impostas no pleito e a já aberta campanha de desmoralização do partido promovida pela oposição, a vitória mostrou-se expressiva.

Mesmo no cenário atual, onde permanece a instabilidade e a incerteza quanto ao processo eleitoral, previsto para o ano atual, e com o agravante, pelo fato de que o principal líder do partido, seu fundador Luis Inácio Lula da Silva, esteja preso e até o momento

impossibilitado de disputar as eleições; seus índices de popularidade e preferência de votos é superior aos demais candidatos, mesmo não sabendo se poderá concorrer ao pleito.

Sendo assim, considerando as informações acima, afirmar com todas as letras que o Partido dos Trabalhadores está morto, se configura em um verificado erro. Afinal, o PT, não se resume “apenas”, ao que se mostra no corrompido sistema eleitoral, nem de suas variantes corruptíveis, que mesmo recebendo esta alcunha, levantam dúvidas sobre a realidade das denúncias. O Partido dos Trabalhadores é uma organização múltipla, permeada de socialistas utópicos e científicos, de intelectuais e servidores públicos, de padres e trabalhadores. Essa é sua gênese. E como símbolo de um ideal, nada melhor que um padre, em uma visão sacerdotal, abençoar o sonho de cada trabalhador, em viver em um mundo “ideal”.

Este estudo objetivou compreender de que forma se deu a influência da Igreja Católica na formação de lideranças no Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó, bem como alguns aspectos do processo de formação do referido partido, além das identidades e experiências surgidas deste processo; considerando ainda o contexto histórico existente.

Para produzi-lo, foram considerados os aspectos teóricos e referenciais presentes no tema, o material existente sobre o contexto e a temática, bem como o uso de entrevistas e relatos de personagens que vivenciaram em alguma medida o contexto em questão. Foram utilizadas também, consultas às fontes documentais existentes nos arquivos da Diocese de Chapecó. Tendo ainda como fio condutor da análise metodológica o conceito de experiência presente em Edward P. Thompson, cujo objetivo foi de compreender estes grupos e instituições como organismos passíveis de experiências e ressignificações através de suas experiências práticas, com a construção de uma identidade própria.

O tema abordado demonstrou-se amplo, complexo, e por vezes já abordado sob determinado olhar. Porém, cabe destacar que ainda há muito espaço para novas abordagens e interpretações. Uma análise um pouco mais detalhada, contemplando outros sujeitos e diferentes contextos poderia render uma visão pormenorizada do todo.

Dentro do processo de pesquisa, alguns obstáculos foram notados, cabendo destaque quanto à falta de material produzido sobre o processo de formação do Partido dos Trabalhadores na região oeste de Santa Catarina, a dificuldade de acesso digital a documentos históricos, algo que, em tempos de intenso uso de tecnologias e mídias informatizadas, seria de grande ajuda. Com relação a particularidades logísticas, destaco ainda a dificuldade relativa à distância em relação à área de pesquisa, bem como a dificuldade em conciliar o

trabalho como professor, com a carga horária extensa, com as atividades relativas ao curso, o que claramente nos remete a uma dificuldade estrutural de nossa sociedade em fortalecer as instituições de ensino, bem como as possibilidades e condições de aprimoramento da classe docente.

No entanto, para além dos rotineiros obstáculos, típicos de qualquer grande conquista, o crescimento humano resultante do processo que envolveu a pesquisa foi de indiscutível valia. Perceber as contradições emanando e as rupturas em antigas certezas se esvaindo foi um verdadeiro ponto de mutação em minha escalada em busca da evolução intelectual e humana.

Ao concluir esta pesquisa, o termo que vem à mente é desconstrução. Desconstrução de ideias e conceitos pré concebidos que tinha a respeito da Igreja Católica. Entrar em contato com uma parte desta história me fez perceber que esta mesma história é múltipla e em constante transformação e que um olhar determinista sobre isso apenas obstrui a visão de algo maior. A convivência com os espaços de pesquisa, como por exemplo a Diocese de Chapecó, bem como as entrevistas e relatos me fizeram desconstruir na mente aquela visão que por vezes povoa alguns historiadores, de que a Igreja é a grande vilã. Na verdade, ao fazer este trabalho, pude perceber que, muitas vezes, dadas as devidas particularidades do contexto e da região, a Igreja Católica fez muito mais militância e muito mais revolução, do que muitos partidos ou movimentos de esquerda.

Após a conclusão deste trabalho consigo olhar para a Igreja Católica com um olhar de admiração e profundo respeito, pelo ativismo e pela energia colocadas a serviço dos mais pobres. Sobretudo pela visível vontade de ajudar a construir um mundo mais justo e humano, como aquele que um dia Jesus Cristo sonhou.

Para além de guerrilhas e motins, a Igreja soube promover formação política e engajamento social em um contexto nacional de ditadura militar, algo que não era tarefa fácil neste período, em um formato comunitário e popular. A coragem de padres, bispos e leigos em se colocar na linha de frente na defesa dos mais pobres, dos camponeses e dos oprimidos trazem hoje um exemplo de organização e motivação para movimentos futuros.

Através do processo de pesquisa, foi possível perceber que para que todo este movimento fosse possível, muito contribuíram os contextos social, político e econômico. Primeiramente, tratando do contexto social, a existência de uma população de pequenos agricultores, com forte ligação a tradição católica e com um sentido desenvolvido de

comunidade e cooperação. Em segundo lugar, do ponto de vista político, o contexto de luta contra o regime militar, em um período de luta por espaços de exercício da democracia em prol da defesa de direitos ameaçados contribuiu para a mobilização. Somado a isso, a atuação efetiva de Dom José Gomes, sua presença nas comunidades, seu engajamento nas lutas das realidades das comunidades atendidas fortaleceu o desenvolvimento dos projetos de atuação posteriores. Por fim, o contexto econômico de intensas crises vividas naquele período, como por exemplo a peste suína africana, a construção de barragens, bem como as crises do fim do “milagre econômico” e dos planos econômicos da era Sarney, intensificaram a insatisfação popular que viu a possibilidade de superação da crise na luta social.

É preciso também destacar que o contexto histórico vivido pela própria ICAR contribuiu para este processo. A necessidade de renovação e abertura por parte da ICAR em, de certa forma, dialogar com o novo contexto histórico também foram fatores importantes. O próprio Concílio Vaticano II ocorre em um momento de luta em defesa pelos direitos humanos, em processos de independências de colônias e necessidade de se adequar a um novo mundo.

Conseguir integralizar a formação política com os temas religiosos, transformando a Bíblia em um livro revolucionário e prático é algo de valor significativo e que contribui para possibilitar uma nova visão a respeito. A formação promovida em espaços comunitários com participação popular, tanto nos momentos de aprendizado quanto nos momentos de luta, de mobilização, nos mostra uma Igreja viva, uma Igreja transformadora. Transformadora da realidade de muitos que não tinham nada.

A democracia presente nestes grupos também merece ser destacada. A possibilidade de muitos ali, poderem ter um espaço para expressar suas angústias, suas ideias, sua visão de mundo faz deste movimento uma tarefa nobre. Possibilitar que as vozes que nunca antes foram ouvidas, fossem agora faladas, gritadas a plenos pulmões.

Neste sentido, cabe também destacar a figura importante que ajudou a transformar o oeste catarinense no que foi chamado na época de “celeiro dos movimentos sociais”. Dom José Gomes foi de vital importância para que se tornasse possível esta grande mobilização social promovida pelos grupos de formação e pastorais da Igreja. O fato de Dom José ser um líder carismático e popular, com forte presença na realidade do povo, de falas e gestos simples, mas que de certa forma, era como se fosse um arauto do que já vinha sendo proposto pela ICAR com o Concílio Vaticano II e as conferências episcopais latino americanas. O fato

de ocupar uma posição elevada dentro da hierarquia da ICAR favoreceu o fortalecimento e implantação da Teologia da Libertação como uma corrente teológica hegemônica, ajudando a aproximar os dogmas e estruturas da Igreja com maior ênfase no meio social.

Desta maneira, a formação teve uma existência contínua e com um suporte da Diocese que se materializou nos grupos de reflexão, na elaboração de materiais, nos planejamentos de grupos, nas pastorais e que culminou com uma estrutura eclesial sólida praticamente em toda a Diocese.

Como reflexo disso, o surgimento de lideranças participativas que foram formadas nestes quadros, mas que acabaram ocupando diferentes espaços na sociedade. A oportunidade dada pelos grupos de formação e reflexão para que existisse o protagonismo e a possibilidade de expressão política dos participantes, contribuiu para formar uma geração de lideranças que, invariavelmente surgiam de contextos sociais onde isso era muito difícil. Ao dar voz e oportunidade para que filhos de pequenos agricultores e filhos de trabalhadores operários pudessem formar consciência política, atuar na comunidade, construir projetos de vida, e interferir nas grandes questões importantes para a própria comunidade, transformou a forma como estas pessoas viam a própria realidade e mais ainda, a si próprios como sujeitos transformadores da própria história.

De todo este processo, a profusão de lideranças surgidas, assumem um papel político de muita importância de uma forma intensa, primeiramente na região, e posteriormente a níveis estadual e federal. O engajamento na coordenação e organização nos variados movimentos emergentes ajudou a desenvolver um militante, multimilitante capaz de atuar em diferentes segmentos e articulações.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar e perceber que as lideranças formadas naquele contexto e que hoje exercem ou exerceram por algum tempo o papel de liderança no Partido dos Trabalhadores, ainda carregam um profundo sentimento e ligação com seu passado de formação política dentro dos grupos e pastorais.

De certa forma, ainda carregam em algum sentido, em sua trajetória e atuação os aprendizados, a prática e a experiência trazidos daquele período. É possível perceber, sobretudo nos estudos de casos, uma profunda admiração pela figura de Dom José Gomes, que ocupa lugar de admiração e referência, tanto nas trajetórias pessoais, quanto quando olhado pela perspectiva do contexto.

Toda esta articulação, de certa forma, contribuiu para uma troca de experiências e conhecimentos, em partes vindo da aprendizagem política das pastorais e grupos de reflexão, e que fortaleceu ainda mais este ambiente democrático tanto de debate quanto de luta.

Neste aspecto, o contexto histórico do fim do regime militar e os passos dados em direção à reconquista da democracia favoreceram uma atmosfera em que novos movimentos políticos, representados por novos partidos, possibilitando a oportunidade de algo novo na política brasileira, algo que de certa forma, fugia aos partidos já existentes.

Desta forma, de um modo geral, o surgimento do Partido dos Trabalhadores representou um espaço dentro do cenário político da época, que representava em sua ideologia e identidade o que estas lideranças procuravam para corresponder com sua formação e luta.

O contexto do surgimento do Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó, de certa forma, representou o complemento de todo o trabalho antes desenvolvido na base, nos grupos de reflexão, nas pastorais. A possibilidade de uma atuação política dentro de um partido de certa forma levava a experiência dos movimentos sociais da região, bem como a metodologia trazida dentro da formação.

Isso nos remete ao sentido de experiência de Thompson (1981), quando percebemos que as experiências presentes nestas relações contribuíram para construir uma prática e uma autoconsciência característica; o que em algum sentido ajudou da mesma forma a desenvolver uma identidade própria dentro do Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó.

Mais do que isso, compreender que a consciência de classe por vezes depende não somente das condições materiais, mas das múltiplas experiências sofridas e do contato com a realidade a que se quer transformar. É possível sob este aspecto, observar que muitas vezes a formação política para fundamentar a prática, pode surgir do próprio meio em que se nasce, e de um processo bem mais simples do que se pensa. Mais do que teorias complexas, uma linguagem simples, a proximidade com o povo e um afeto de comunidade são a verdadeira revolução.

## REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)**, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABATTI, Alexandre. **Igreja Católica, ASSESOAR e Regime Militar no Brasil: resistência e luta pela terra no Sudoeste do Paraná (1962-1978)**. Dissertação de mestrado. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2018.

BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

BETTO, Frei. **Catecismo popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Mundialização, Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível: base social e projeto político (1980-1991)**. Porto alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CARTA CAPITAL. **A economia na ditadura**. [S.I] [2012?]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-economia-na-ditadura/>> Acesso em: 21 mar. 2019.

CASTRO, Lavínia Barros de. (2005), "Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989)", in Fabio Giambiagi et. al., **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 97-127.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DE FÉ. **Aspectos da “Teologia da Libertação”**. Vaticano, 1984. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19840806\\_theology-liberation\\_en.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19840806_theology-liberation_en.html)>. Acesso em: 12/01/2014.

CONTIERO, T. T. **João Paulo II e a Teologia da Libertação: volta à Grande Disciplina?** Ensaios de História (Franca) , v. 11, p. 187-194, 2006.

ENGELS, Friedrich.; MARX, Karl. **Sur la religion (SR)**, Paris, Éditions Sociales, 1960, p. 42.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**.Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.) - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLORA, Ângela. (2007). **A Teologia da Libertação e a Formação Político-Cristã de uma Geração de Jovens Rurais Militantes na Diocese de Chapecó-SC**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2007.

FRITSCH, José. **Relatos Concedidos**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – CPDOC. **Biografia de José Fritsch**. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/fritsch-jose>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

GIAMBIAGI, F. (Org.); VILLELA, A. (Org.); CASTRO, L. B. (Org.) ; HERMANN, J. (Org.) . **Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011. v. 1. 272p

GONÇALVES, E. F. M. ; Gabrielle Gomes Ferreira . **As Lutas Sociais no Brasil: da Ditadura ao Governo Lula**. In: V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013, Londrina. Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro, 2013.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: Giambiagi, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 93-115.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONORATO, Renan da Silva Melo. **A influência do Papa João Paulo II na queda do regime comunista na Polônia**. João Pessoa: UFPB, 2014.

KECK, ME. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

LACERDA, Gislene Edwiges de . **O surgimento do Partido dos Trabalhadores: uma análise de documento histórico de sua pré-fundação**. Virtú (UFJF) , v. 6, p. 01-12, 2008.

LEÃO, Rodrigo Augusto . **A Teologia da Libertação no Brasil: Das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais ? diálogos entre graduação e pós-graduação (II SPFCS), 2011, Goiânia. Anais do II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais ? diálogos entre graduação e pós-graduação (II SPFCS), 2011.

LEÃO, Rodrigo Augusto. **Teologia e Política: a Teologia da Libertação sob a ótica da Prelazia de São Félix do Araguaia**. In: IX CONPEEX - UFG, 2012, Goiânia. Teologia e Política: a Teologia da Libertação sob a ótica da Prelazia de São Félix do Araguaia, 2012.

LIBERTATIS NUNTIUS. **Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação**. Disponível em <<http://www.veritatis.com.br/conteudo.asp?pubid=892>>. Acesso em: 18/04/2006.

CHOINACKI, Luci. **Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas**. Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.

MACHADO, Henrique Adriano. (2010). **Os católicos Optaram? os “setores católicos” e o Partido dos Trabalhadores (PT) na grande São Paulo (1978-1982)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, História Social. PUC, 2010.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Luci Choinacki**. 2019. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/617-Luci\\_Choinacki](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/617-Luci_Choinacki)>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Pedro Uczai**. 2019. Disponível em: <[http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/805-Pedro\\_Uczai](http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/805-Pedro_Uczai)>. Acesso em: 04 de maio de 2019.

KRETZER, Altamiro Antônio. **Catolicismos em disputa**: discursos teológicos em confronto no Instituto Teológico de Santa Catarina (1973- 2003). Florianópolis, SC, 2013.

McNEILL, John R. **Algo nuevo bajo el sol**. Historia medioambiental del mundo en el siglo XX Madrid, Alianza Editorial, 2003.

PADUA, José Augusto. **Herança romântica e ecologismo contemporâneo?** Existe um vínculo histórico?. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, p. 58-75, 2005.

PAIM, Elison Antônio. **Aspectos da constituição histórica da região oeste de Santa Catarina**. *Saeculum* n° 14. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de PósGraduação em História/ UFPB, 2006.

POLI, Odilon. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999, p. 68.

RODRIGUES, Leôncio Martins. A composição social das lideranças do PT. In: **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROVER, O. **Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina**. *Cadernos da CEOM*, Chapecó, v.22, n.30, p. 101-118, 2010. Disponível em: <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/453/288>> Acesso em: 20 nov. 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 14.

SBARANI, Ivone Teresinha Tressoldi. **CEOM** – entrevista concedida em 08 de julho de 2010, Chapecó, 2010.

SCOTT, James M. *Deciding to intervene: The Reagan doctrine and American foreign policy*. Duke University Press, 1996.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra**: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997, p. 41.

SILVA, Sandro Ramo Ferreira da. **Teologia da Libertação**: revolução e reação interiorizadas na igreja. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Força dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981, p. 182.

UCZAI, Pedro. **Relatos Concedidos**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por<lucassgodinhopt@gmail.com> em 22 de abril.2019.

## FONTES

### CARTILHAS

CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.

Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/cedoc> > Acesso em: 24 de outubro de 2017.

ARQUIVOS DA DIOCESE DE CHAPECÓ – Mitra Diocesana

Av. Getúlio Dorneles Vargas,121 S

Centro, Chapecó - SC

### ENTREVISTAS

Relatos concedidos via correio eletrônico com: Pedro Uczai e José Fritsch.

FRITSCH, José. **Relatos Concedidos**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lucassgodinhopt@gmail.com em 05 Jun.2019.

UCZAI, Pedro. **Relatos Concedidos**[mensagem pessoal]. Mensagem recebida por<lucassgodinhopt@gmail.com> em 22 de abril.2019.

CHOINACKI, Luci. **Entrevista concedida a Larissa Viegas de Mello Freitas**. Florianópolis, Brasil, 20/10/2009. Acervo do LEGH/UFSC. Transcrita por Larissa Viegas de Mello Freitas.